



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Psicologia

Amanda Neves Rastrelli

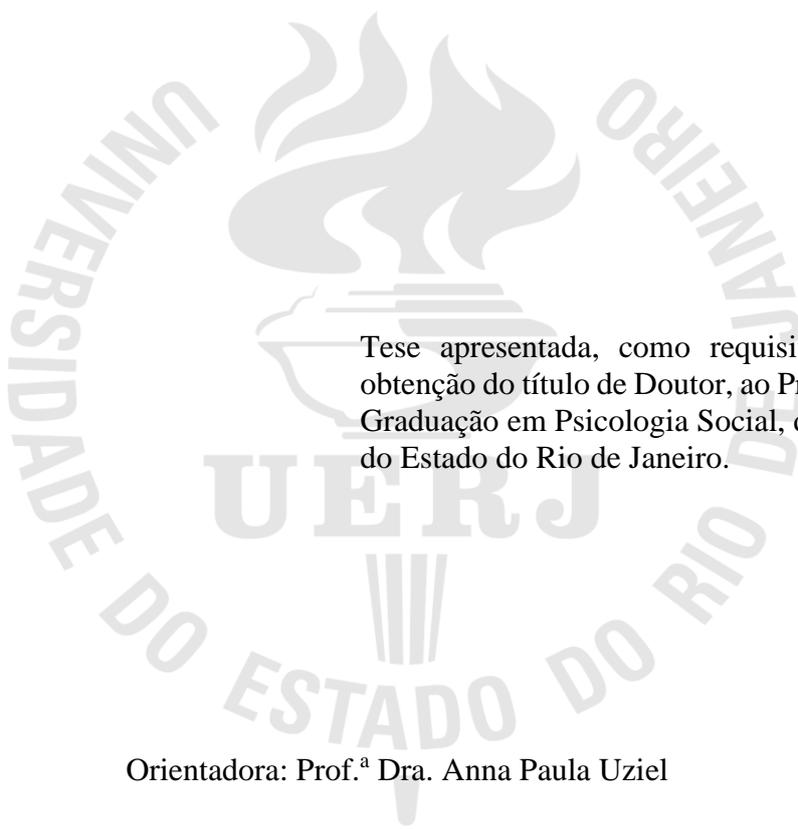
O duplo na maternidade lésbica: cartografia e decolonialidade

Rio de Janeiro

2023

Amanda Neves Rastrelli

O duplo na maternidade lésbica: cartografia e decolonialidade



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Anna Paula Uziel

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

R231 Rastrelli, Amanda Neves
O duplo na maternidade lésbica: cartografia e decolonialidade / Amanda Neves
Rastrelli. – 2023.
135 f.

Orientadora: Anna Paula Uziel.
Tese (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Instituto de Psicologia.

1. Psicologia social – Teses. 2. Maternidade – Teses. 3. Lésbicas – Teses. I.
Uziel, Anna Paula. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de
Psicologia. III. Título.

bs

CDU 316.6

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Amanda Neves Rastrelli

O duplo na maternidade lésbica: cartografia e decolonialidade

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 29 de setembro de 2023.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Anna Paula Uziel (Orientadora)

Instituto de Psicologia - UERJ

Prof. Dra. Anna Carolina Horstmann Amorim

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS

Dra. Mônica Fortuna Pontes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Prof. Dra. Angela Aparecida Donini

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio

Prof.^a Dra. Ana Claudia Lima Monteiro

Universidade Federal Fluminense - UFF

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

Àquelas que ousaram amar o gênero historicamente odiado

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo à Uerj, o lugar que apelidei de paraíso de concreto desde 2017, que me lembra sempre da imensidão de possibilidades. Mesmo depois de seis anos ainda me perco em seus corredores e blocos e talvez tenha sido assim que eu comecei a perceber que se perder também é arte, também é encontro.

Entendendo a necessidade de agradecer lugares, agradeço a Lumiar, suas árvores, rios, cachoeiras e montanhas. Ao tempo de cura que passei morando imersa na natureza. À possibilidade de tomar banho de cachoeira antes de começar a escrever, de descansar os olhos da tela do notebook em um horizonte de mata, montanhas e nuvens. Por ser um lugar (porto) seguro.

Agradeço aos encontros e afagos que esta escrita proporcionou, mas sobretudo agradeço aos desencontros que me movimentam, me reviram e me fazem querer pesquisar mais.

Agradeço à minha orientadora Anna Paula Uziel, não apenas por me orientar com tanto cuidado e paciência, mas também por me acolher como sua orientanda. A Academia ensina a ser acadêmica, seus atos ensinam sobre amparo e inclusão.

Agradeço às professoras que compõem a banca deste trabalho: Ana Claudia, Ângela, Anna Carolina e Mônica pela gentileza da leitura e o auxílio para esta travessia.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pela bolsa de estudos de doutorado.

Agradeço à minha mãe que me incentivou a estudar quando tantas pessoas me criticaram por insistir na minha formação. Obrigada por ter enfrentado os olhares tortos e bancado meu desejo comigo.

Agradeço a Aiana, meu amor, que nesses quatro anos de formação me reconheceu, namoramos e casamos. De tudo que eu te agradeço por todos os dias, quero registrar o agradecimento por permanecer. Em uma vida de tantas despedidas, você me ensina as dores e delícias de ficar.

Agradeço às minhas tias, em especial: Lena, Rosana e Lucia por serem abrigo, certeza, cumplicidade, identificação e gargalhadas garantidas em uma vida inteira.

Agradeço a Ana Luiza, que me conhece do avesso e ainda assim me ama, me dá a mão, me dá razão e motivos pra continuar viva.

Agradeço a Lívia Moura por ser a minha irmã de alma desde a graduação, por ser pra quem eu posso falar qualquer coisa sem medo ou vergonha (e vice-versa). À Lívia Kessedjian

pelos ouvidos sempre atentos e pela forma prática de ver a vida que é só dela. Agradeço ao que nós três criamos e sustentamos enquanto grupo, por todo o amor que a gente sente e demonstra independente da condição.

Agradeço a Sarita pela sabedoria, pelo ombro sempre disponível e por compartilhar uma forma de ver o mundo que é só dela e que me comove tanto.

Agradeço às mulheres do antigo Rolezinho, pelo lugar de afeto que compartilhamos e nos permitiu sentir um pouco menos sem lugar.

Agradeço ao Cid por ter me reencontrado. E à Adriana por não ter desistido. Agradeço ao que a gente constrói junto, ao esforço do ponto em comum entre três universos tão distintos. Vocês me ensinam a alegria da diferença e a importância de saber argumentar.

Agradeço ao Luccas por nos encontrarmos através das palavras e tornarmos nossos caminhos inseparáveis.

Agradeço a Lívia Passarinho, por ter colocado Maria Rosa no mundo e me permitido conviver tão de perto com ela em seu primeiro ano de vida.

Agradeço a Sabrina, mãe da minha sobrinha: você é incontestavelmente minha família. Agradeço a Maria Lua, que me ensinou a ser titia e a experimentar um amor forte e genuíno como eu nem sabia que existia.

Agradeço à Fernanda Novaes por ser minha inspiração acadêmica desde sempre, mas sobretudo por ser a minha inspiração de ética, caráter e cuidado.

Agradeço a Fernanda Placido e Maria Clara por me levarem pro meio do mato em toda e qualquer oportunidade, por dividirem sonhos, dores, dúvidas e muitas das minhas melhores histórias.

Agradeço a Carolina, por ampliar meus pontos de vista e me fazer perceber sempre além. Por todo cuidado, paciência e gentileza.

Agradeço a Geórgia por ser a parte boa que ficou de tudo que não pôde ficar.

Agradeço ao Hiltinho por sermos o cais um do outro. Por estarmos aqui faz tanto tempo e por termos aprendido tanto sobre o amor-amizade juntos. É muita sorte ser sua amiga.

Agradeço a Jhully por ter me ajudado a voltar pra mim mesma.

Agradeço a Raffa por ter me ensinado o conceito de família.

Agradeço a Marcella, Helena, Samyra e Lillian, por estarmos apenas começando desde 2001 e por encontrarmos maneiras de encaixar nossas diferenças.

Agradeço a Juju, por me ensinar a aprender sobre o outro. E à Mari por estar nos momentos bons e nos momentos precisando ser salva do fundo do poço.

Agradeço ao Matheus Sampaio por me apresentar uma nova Nova Friburgo, foi uma delícia viver tudo que vivemos.

Agradeço a Jéssica pelo amparo, cumplicidade improvável e pela psicanálise selvagem.

Agradeço a Alessandra Daflon, minha orientadora de graduação e desorientadora da vida, pela amizade que construímos e por acreditar mais em mim do que eu.

Agradeço ao Matheus Breder pelas idas e vindas e infinitas discussões, eu amo o fato de que a gente poderia passar dias falando sobre psicologia, sociedade, psicanálise, esquizoanálise e fofocando.

Agradeço ao Matheus Casagrande por me ouvir, por fazer questão, por toda diversão de senhoras de 80 anos que a gente se proporciona.

Agradeço às minhas primas Camilla e Nathália, por confiarem em mim, por dividirem a vida comigo, pelo jeito peculiar que a gente tem de demonstrar afeto e de se fazer presente. E ao meu primo Bernardo, por construirmos uma amizade verdadeira e potente mesmo ele sendo 24 mais novo que eu.

Agradeço à Moschen por não ter me deixado desistir quando me indicaram isso como única possibilidade.

Agradeço a Mariana Sampaio, por me incentivar.

Agradeço às mulheres que participaram desta pesquisa como entrevistadas, por toda elucidação e confiança nesta pesquisa e em mim.

RESUMO

Rastrelli, Amanda Neves. *O duplo na maternidade lésbica: cartografia e decolonialidade*. 2023. 135f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

A Constituição Federal de 1988 é um importante marco na transformação da família no Brasil, afirmando a igualdade entre homens e mulheres, reconhecendo a prole com os mesmos direitos, independentemente da sua origem e não exigindo o casamento como necessário para a constituição de família. Desde os anos 1990, em diferentes países, houve uma busca pelo reconhecimento do casal de mesmo gênero, fenômeno muito marcado pela aids, que levou à morte muitos homens gays, provocando desamparo emocional e financeiro em seus parceiros. No início dos anos 2000, a adoção tornou-se uma realidade jurídica para casais de homens e casais de mulheres, iniciando novos tempos. Em 2011, novo marco jurídico importante: o STF reconheceu a união estável entre pessoas de mesmo sexo como entidade familiar. Essas mudanças certamente permitiram que a maternidade lésbica fosse tematizada e saísse da invisibilidade. O objetivo desta tese foi discutir a dupla maternidade lésbica. Na perspectiva da cartografia feminista e a partir das questões que o feminismo decolonial provoca, foram realizadas entrevistas com 7 mulheres brancas de camadas médias que reconhecem suas maternidades como lésbicas, estando ou não, no momento, vivendo uma conjugalidade. Pensando nos efeitos dessa duplicidade de corpos anatomicamente reconhecidos como femininos e nas especificidades desta formação familiar, colocamos em pauta a gravidez, o puerpério e a amamentação. A experiência materna da mãe que não gestou, a ROPA, a possibilidade da dupla amamentação e do duplo puerpério contribuem fortemente para a discussão a respeito do que constitui a maternidade, redefinindo o lugar da biologia e sublinhando a convivência e o cuidado como marcas fundamentais deste exercício.

Palavras-chave: Maternidade lésbica; dupla maternidade; lesbomaternidade; decolonialidade; cartografia feminista

ABSTRACT

Rastrelli, Amanda Neves. *The double in lesbian motherhood: cartography and decoloniality*. 2023. 135f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

The Federal Constitution of 1988 is an important milestone in the transformation of the family in Brazil, affirming equality between men and women, recognizing offspring with the same rights, regardless of their origin, and not requiring marriage as necessary for the constitution of a family. Since the 1990s, in different countries, there has been a search for the recognition of same-gender couples, a phenomenon heavily marked by AIDS, which led to the death of many gay men, causing emotional and financial distress to their partners. In the early 2000s, adoption became a legal reality for male couples and female couples, marking a new era. In 2011, another significant legal milestone occurred: the Brazilian Supreme Federal Court recognized the stable union between same-sex individuals as a family entity. These changes certainly allowed lesbian motherhood to be thematized and come out of invisibility. The objective of this thesis was to discuss lesbian dual motherhood. From the perspective of feminist cartography and with the support of decolonial feminism, interviews were conducted with 7 white middle-class women who recognize their motherhoods as lesbian, whether or not they are currently in a conjugal relationship. Thinking about the effects of this duplicity of anatomically recognized female bodies and the specificities of this family formation, we put on the agenda pregnancy, postpartum, and breastfeeding. The maternal experience of the mother who did not carry, the ROPA, the dual breastfeeding and double puerperium contribute strongly to the discussion regarding what constitutes motherhood, redefining the place of biology and highlighting coexistence and care as fundamental hallmarks of this exercise.

Keywords: Lesbian motherhood; double motherhood; lesbomaternity; decoloniality; feminist cartography

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Grupo terapêutico “Maternidade e Feminilidade” conduzido por mim em setembro de 2019.....	12
Figura 2	Sala onde o grupo terapêutico acontecera, em outubro de 2019.....	12
Figura 3	Melanie Graile e Marcela Tiboni amamentando a filha e o filho, gêmeos, gerados por Melanie.....	14
Figura 4	Capa do livro MAMA escrito por Marcela Tiboni.....	14
Figura 5	Ni la tierra ni las mujeres somos territorio de conquista!.....	43
Figura 6	Pixo do Coletivo Boliviano “Mujeres Creando”.....	54
Figura 7	Cena da série espanhola “La casa de papel”.....	62
Figura 8	Pixo do Mujeres Creando nas ruas de La Paz, Bolívia, Janeiro de 2017.....	77
Figura 9	Sede Mujeres Creando, La Paz, 2015.....	86

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 DECOLONIALIDADE E CARTOGRAFIA: ENCONTRO ENTRE OS AFETOS.....	20
1.1 “Todo/a escritor/a é um pouco exibicionista”	20
1.2 Nas trilhas da decolonialidade.....	24
1.3 Atravessamentos cartográficos.....	30
1.4 As nossas conversas: quem são elas?.....	33
2 FEMINISMO DECOLONIAL E SEXUALIDADE: UMA PINCELADA NA HISTÓRIA, COLHENDO ALGUNS EFEITOS.....	43
2.1 Uma pitada de América Latina.....	50
2.2 Lesbianidades.....	53
3 “QUE COMECE O Matriarcado”: MATERNIDADES E CONJUGALIDADES LÉSBICAS.....	62
3.1 Conjugalidades lésbicas: sexualidade, direito ao prazer e encontros.....	63
3.2 Dá pra ser lésbica e mãe? Pistas sobre a construção do projeto parental.....	67
3.3 Esse tal maternar.....	77
4 OS DUPLOS DA DUPLA MATERNIDADE.....	94
4.1 O duplo da amamentação, a dupla amamentação: dois corpos, leite em dobro e o que mais?.....	96
4.2 Duplo puerpério e outras coisas em dobro.....	105
4.3 A outra mãe: duas mães, mas diferentes.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS.....	130

INTRODUÇÃO

O ano de 2019 foi de mudanças significativas para mim. Eu me sentia sem lugar em todos os campos da minha vida e reinventei meu caminhar. O primeiro passo foi buscar orientação da professora doutora Anna Paula Uziel, que me acolheu em um momento de vulnerabilidade profissional e pessoal. Nosso primeiro contato foi por uma conversa ao telefone onde ela, me ouvindo por alguns minutos e sem me conhecer, me propiciou o amparo necessário no processo de constituição enquanto pesquisadora. Para fazer pesquisa, eu observei naquela época, preciso de mais que a companhia dos meus livros, eu preciso de segurança, é ela que me movimentava.

Conforme eu me movimentava sentia como se meu corpo estivesse engessado e eu fizesse força para ir além dele. Encontrei o auxílio para começar a rompê-lo com a iniciativa de criar novos espaços físicos para mim e, na tentativa de mudar este cenário, criei um grupo no Whatsapp onde eu adicionei várias amigas e estas amigas adicionaram suas amigas com o intuito de tomar uma cerveja às sextas-feiras à noite, de se fazer companhia. Depois de uns meses de ajustes, enfim nos aproximamos todas, apresentamos nossos mundos umas para as outras e nos permitimos nos atravessarmos por todo o afeto que estávamos criando. Foi assim que conheci mulheres incríveis, nos tornamos muito amigas e tivemos um período da vida muito próximas. O que eu não imaginava quando comecei esse movimento é que eu encontraria outras mulheres com essa mesma sensação de não lugar que eu, por motivos distintos.

Um dos motivos frequentes para a sensação de desajuste é a maternidade. Eu vi de perto o que minhas amigas contavam, em diferentes configurações familiares, sexualidades e classes sociais. Eu entendi que a maternidade é uma fortaleza vulnerável de imposição e exposição. Não só, claro, mas eu nunca tinha olhado para isso daquela forma. Os nossos encontros só eram possíveis porque aconteciam na casa de alguém (geralmente na minha) onde as (os) filhas (os) podiam acompanhar. Então os meus finais de semana passaram a ser compostos por amigas, cerveja, conversas intermináveis e crianças. A nossa rede era fantástica, ali todo mundo cuidava de todo mundo: brincava, acolhia, trocava fralda, preparava comida e, em contrapartida, ouvia minhas amigas dizerem o quanto elas podiam se sentir mulher ali, podiam lembrar do que gostam e de quem são sem precisar abrir mão da necessidade do cuidar que a maternidade opera.

Talvez este afeto e esta abertura no olhar tenham sido possíveis devido ao nascimento da minha afilhada, em março de 2019. A nossa história é sobre termos nos escolhido. Maria

Rosa mudou meu mundo, minha forma de olhar, de sentir, do que esperar. Eu sinto que amoleci e me tornei uma potência como nunca tinha me sentido, me vi em um lugar de cuidado que não tinha experimentado até então. A mãe dela é mãe solo e eu fui uma de suas principais redes de apoio no primeiro ano da minha afilhada (e elas a minha rede). A gente se encontrava todos os dias, nos ajudávamos em tudo e nos cuidávamos muito. Fazer pesquisa mudou com o nascimento dela, porque a minha forma de ver o mundo como um todo mudou. Eu me permiti estar sensível, vulnerável, entregue aos meus próprios sentimentos e, quando olhei para mim, eu entendi que eu sempre estive vindo para cá.

Antes da Maria Rosa eu olhava para o mundo e não olhava para mim, e quando ela apareceu eu comecei a olhar para os sentidos da minha própria existência. Minha afilhada me mostrou, entre tantas outras coisas, a delícia e a dor que é administrar a vida de uma pessoa. Para quem já é mãe pode parecer óbvio, mas para mim que nunca experimentei esse lugar e estava ali observando de perto, foi uma surpresa.

Ao mesmo tempo em que isso aconteceu, e só agora escrevendo esse texto me dou conta do espaço-tempo, fui convidada para promover terapias de grupo em um espaço terapêutico na minha cidade natal, onde eu morava à época, com as mães que já frequentavam o lugar. E assim eu comecei o “Diálogo entre Feminilidade e Maternidade”, onde fiquei por um ano encontrando um grupo de mães mensalmente para discutir o que é ser mãe na sociedade atual e quem elas são além de mães. Aprendi muito naquele momento, mais com a prática do que com a teoria.



(continua) Fotografia 1: Grupo terapêutico “Maternidade e Feminilidade” conduzido por mim em setembro de 2019¹ Fotografia 2: Sala onde o grupo terapêutico aconteceu, em outubro de 2019²

¹ Arquivo pessoal

² Arquivo pessoal

Olhando em retrospecto eu vejo que o que não me faltou foi estímulo para olhar para a maternidade de forma mais sensível e crítica. Eu passei a infância dizendo que seria mãe solo, vi em algum programa de reportagem da Rede Globo que existe a fertilização in vitro como alternativa para pessoas que tinham alguma questão no processo de gravidez e julguei que seria através deste processo que seria mãe. Eu não sabia exatamente o que isso queria dizer, mas eu *pesquei* que eu poderia ter filho sem necessariamente precisar ser casada com um homem, já que casar com um homem era um dos meus maiores temores da infância/adolescência. Então, até o final da adolescência/começo da vida adulta eu reproduzia que a minha maternidade seria solo.

Quando descobri que ser mãe não era a única possibilidade de se constituir enquanto mulher, cheguei a ficar um tempo no limbo onde me via sendo mãe, mas vislumbrando a possibilidade de não ser, já que com a minha entrada na universidade pública eu finalmente entrei em contato com outras possibilidades de mundo e de ser mulher que não o destino da maternidade. Ainda agora, mesmo tendo a maternidade como desejo, não consigo saber onde encaixá-la em minha vida, entretanto, isto não faz com que eu tenha menos interesse no tema, pelo contrário, aumenta o desejo de compreensão dos processos do outro.

Desse desejo, intenção, plano para um futuro ainda incerto nasce uma ideia: como fazer uma pesquisa sobre esta maternidade que nomeio como lésbica? O que pesquisar, com quem, mas sobretudo como? Que caminhos metodológicos me permitiriam acompanhar esses processos, o meu e de outras mulheres lésbicas que decidem ser mães?

Aqui trata-se de uma cartografia feminista, que vai tomando corpo no decorrer do texto, e que diz respeito à compreensão de campo a partir do viés da cartografia unida ao feminismo decolonial.

Eu olhava para o mundo em demasiado e supunha que minha pesquisa estava apenas nele. Quando fiz o exercício de olhar pra mim eu vi que eu já estava pesquisando sobre maternidade fazia tempo: fosse no grupo terapêutico que eu conduzia e nas conversas que eu provocava em minhas amigas; fosse nos inúmeros perfis que eu seguia no Instagram e nos livros de Romance que eu li nos últimos anos; ou até mesmo acompanhando pelo Instagram o dia a dia de mães que dividiam/dividem seus processos, seja de gravidez, parto, pós parto, criação de crianças, etc no que elas chamam de maternidade-ativismo.

Como mencionei, percebi que a maior parte das contas que eu sigo nas redes sociais, além de pessoas próximas a mim, são de famílias compostas por duas mães e, além disso, já durante o Doutorado, li o romance “Mama”, escrito pela educadora brasileira Marcela Tiboni

a respeito de seu processo de gravidez junto à sua esposa. No livro, Marcela discorre sobre como conheceu Melanie, o namoro das duas, o casamento e o desejo de engravidar. Conta também como foi sua decisão de amamentar como mãe não gestante e como tudo se deu a partir desse desejo.



Figura 3: Melanie Graile e Marcela Tiboni amamentando a filha e o filho, gêmeos, gerados por Melanie.
 Figura 4: Capa do livro MAMA escrito por Marcela Tiboni.

Como compartilhar a maternidade atravessa o casamento daquele casal? Tratando-se de mulheres cisgêneros durante a gravidez, existe um corpo que gera biologicamente ao passo que o outro gera emocionalmente? Caso exista essa distinção, é assim que ela acontece? Como é o depois deste parto? O puerpério é apenas de uma mãe? A mãe que não pariu sente em si o efeito do puerpério, assim como a mãe que pariu? O que, afinal, é puerpério?

Olhando em retrospecto, percebo que o que me foi apresentado como história do Brasil e do mundo é unilateral. Com isso quero dizer que são histórias contadas por quem ocupa(va) um lugar de poder e não por quem estava em um lugar de oprimido. Porém a mesma história tem várias versões, depende de quem conta e depende também de quem a ouve.

Quando penso nisso, na maioria das vezes me vem uma cena de quando eu estava na terceira série. Este fato me marcou tanto que eu me lembro até o lugar em que eu estava sentada na sala de aula, do meu caderno e do meu estojo, memórias que me são difíceis acessar com tantos detalhes normalmente. A professora perguntou à turma se considerávamos bom ou ruim o fato de os portugueses terem *descoberto* o Brasil. Quem achava que não era bom levantava a mão quando ela perguntava primeiro e quem achava que era bom levantava a mão no momento seguinte. Quase toda a turma respondeu que não era bom, exceto o menino considerado por nós e pelas professoras o mais inteligente da turma.

Eu tinha certeza que pela primeira vez na vida eu tinha acertado uma coisa e esse meu colega errado, não era possível que alguém considerasse bom o fato de outro país chegar aqui e implantar sua própria cultura, não era possível que alguém preferia viver em um mundo onde somos obrigados a ir à escola e conhecer o mundo pela tv, eu pensava infantilmente, ao invés de passar o dia no rio, correndo pela mata, aprendendo sobre as plantas, sobre os animais, morando junto de todo mundo que se ama. Além disso, eu também achava bem injusto trocar, entre outros absurdos, Pau-Brasil e metais preciosos por espelhos.

Pois bem, era possível. A resposta certa era que sim, na verdade era ótimo que os portugueses tenham nos *descoberto*, não fosse isso, não seríamos quem somos hoje, nem teríamos as tecnologias e conhecimentos que acessamos. Como disse Gloria Anzaldúa, norte-americana, que estudou a teoria cultural chicana, feminista e queer:

(...)teóricos brancos acham que origens são passé ou desinteressantes porque eles não querem mergulhar no passado. Eles podem ter medo de descobrir que um de seus ancestrais escravizou pessoas, estuprou mulheres indígenas ou expropriou terras nativas. (...) eu vejo coisas no meu passado que não são interessantes. Mas é assustador para pessoas brancas pensarem “Quem sou eu? Quem é meu povo?”. (ANZALDÚA, 2021, p.:206)

Desde que eu me lembre até os quinze anos, mais ou menos, eu refutava tudo o que vinha de fora do Brasil. Eu era resistente em aprender outros idiomas que não o português, porque não via esse movimento dos outros países em aprender o português do Brasil e, portanto, na minha ingenuidade, não achava justo o contrário. Eu não queria viajar para fora do país como todas as minhas amigas da escola, eu queria conhecer esse território, de norte a sul. Hoje eu vejo que esta rebeldia foi mal canalizada. Na verdade, só no final da Graduação em Psicologia que eu entendi o que poderia fazer com a indignação que pulsava em mim.

Em 2015 conheci o trabalho de pesquisadoras ibero-americanas sobre o Abya Yala criticando a forma como aprendemos a própria história. Percebi que a indignação que me assolava constituía uma linha teórica, conheci então o Feminismo decolonial e o que ele elucidava.

Abya Yala é um termo originário da língua kuna e significa, entre outras coisas, *terra em plena maturidade* ou *terra de sangue vital*. Entretanto, Abya Yala é atualmente utilizado para designar o território na América que ainda sofre resquícios coloniais, como aponta a brasileira doutoranda em Sociologia Maria Eduarda Antonio (2019):

Abya Yala" vem sendo usado como uma autodesignação dos povos originários do nosso continente como contraponto e expressão “América” da mesma forma que começamos a usar o termo "feminismo decolonial" pontuando nossas especificidades e necessidades como mulheres pertencentes ao sul global A ideia de um nome próprio

que abarcasse todo o continente se impôs a esses diferentes povos e nacionalidades no momento em que resultou a superar o longo processo de isolamento político a que foram submetidos depois da invasão de seus territórios em 1492 com a chegada dos europeus . Junto com Abya Yala há todo um novo léxico que político também vem sendo construído onde a própria expressão povos originários ganha sentido. Essa expressão afirmativa foi a de que esses povos em luta recuperaram para se autodesignarem e superarem a generalização eurocêntrica de “povos indígenas”. Afinal, antes da chegada dos invasores europeus havia no continente uma população estimada entre 57 e 90 milhões de habitantes (...) Abya Yala é uma expressão que narra uma resistência, ela ao mesmo tempo almeja a ruptura com a história única sustentada pelas meganarrativas que legitimaram as ideologias do processo de colonização, naturalizando a dominação do homem pelo homem, a partir das diferenças raciais hierarquizadas como justificativa para o “processo civilizatório”. (ANTONIO, 2019, p.:1)

Utilizando o Feminismo decolonial como ponto de partida e de apoio, podemos pensar a sociedade de forma mais crítica, possibilitando que exista um “mas será que foi assim?” que movimente o desejo de pesquisar, de entender, de tirar as próprias conclusões, mesmo quando existe concordância com a história que está sendo apresentada. Talvez seja possível uma flexibilidade no olhar, um que perceba a infinidade de possibilidades sobre as mesmas experiências.

O que me atrai na óptica de mundo que a decolonialidade propõe pode ser muito bem traduzido pela escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie em seu Tedtalk que virou livro “Perigo de uma história única”. Para Chimamanda, a história única, como versão principal e conhecida das histórias de mundo que conhecemos, é perigosa. Como exemplo, conta sobre sua forma de olhar para o mundo enquanto criança que cresceu na Nigéria e sonhava em experimentar cerveja com gengibre como via nos filmes, ou desenhando pessoas brancas com olhos azuis como os britânicos, sua referência de mundo. Adichie (2009) elucida que a forma como reduzimos o outro a partir de como o enxergamos não nos permite saber sobre ele ou entender sobre outras construções de vida e de organização social, ou seja, não acessamos, de fato, quem o outro é, mas sim a ideia que temos do que ele seja. “Mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa repetidamente e será o que eles se tornarão. É impossível falar sobre uma única história sem falar sobre poder.” (Adichie, 2009, pág.:23).

A história única está diretamente ligada ao poder, a quem conta, como conta, quando conta e quais partes da histórias conta.

O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva. O poeta palestino Mourid Barghouti escreveu que se você quiser espoliar um povo, a maneira mais simples é contar a história dele e começar com “em segundo lugar”. Comece a história com as flechas dos indígenas americanos, e não com a chegada dos britânicos, e a história será completamente diferente. Comece a história com o fracasso do Estado africano, e não com a criação

colonial do Estado africano, e a história será completamente diferente”. (ADICHIE, 2009, p. 23/24).

Chimamanda, bem como as autoras do Feminismo decolonial, faz um convite para pensar sobre as muitas outras histórias que compõem um lugar e/ou um indivíduo, sem estereotipá-lo(s) “a única história cria estereótipos. E o problema com estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que eles sejam incompletos”(Adichie, 2009). Como proposta, existe a tentativa de não colocar as versões da mesma história de uma forma hierárquica, mas estar disposta a ouvi-las: as outras histórias além das que já conhecemos.

Há outras histórias (sobre a Nigéria) que não são sobre catástrofes. E é muito importante, é igualmente importante falar sobre elas. Eu sempre achei que era impossível relacionar-me adequadamente com um lugar ou uma pessoa sem relacionar-me com todas as histórias daquele lugar ou pessoa. A consequência da história única é essa: ela rouba das pessoas sua dignidade. (...) Histórias importam. Muitas histórias importam. Histórias têm sido usadas para expropriar e ressaltar o mal. Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida. (ADICHIE, 2009, p. 32/33).

Hoje eu entendo que os europeus não *descobriram* este continente (nem nenhum outro), esta é a história que eles contam. Para quem estava aqui, eles nos *invadiram* e *saquearam*, impuseram sua cultura sobre a nossa, deslegitimando o que os povos originários compreendiam como mundo. Nossa história enquanto continente não é romântica como aprendemos no Ensino Fundamental. Para sermos quem somos hoje e para que tenhamos acesso ao que temos, violências inimagináveis foram cometidas.

Não existe nada de pacífico em considerar a própria cultura como superior e implantá-la a qualquer custo. Não há nada de pacífico em querer que outros povos esqueçam seu próprio idioma e comecem a se comunicar a partir do seu. Que mulheres sejam violentadas sexualmente para servir de exemplo de obediência à dominação europeia. Que crianças tenham sido separadas de suas mães, de suas famílias. Que os bens naturais tenham sido saqueados em troca de objetos inúteis. Que os povos daqui tenham sido escravizados, torturados, estuprados, controlados junto ao de pessoas negras sequestradas da África. Que pessoas que falavam idiomas distintos tenham sido *compradas* pelo mesmo senhor de engenho e assim perdido o direito, inclusive, de se comunicar. Foi violento, a lógica da Colonização nos é perversa. E hoje, aos trinta e três anos, tenho certeza de que a minha resposta para aquela aula de 1999 seria a mesma. Porém agora eu tenho instrumentos para mostrar o porquê de eu nunca ter acreditado que a imposição para sermos outros que não quem somos não pode ser considerado avanço.

Talvez a mesma lógica que naturaliza a destruição que é contada como civilidade permeie a produção da maternidade lésbica. Ainda que cada vez mais possível, é uma prática que ainda causa estranheza, ojeriza, não entendimento. E quando é pensada, talvez o ponto de partida com frequência seja a naturalização do que é tido como feminino, como se o desejo pela maternidade, ou ainda um instinto colado nos corpos daquelas que se sentem mulheres fosse inescapável. Na maternidade lésbica cis são duas mulheres que possuem corpos semelhantes, em princípio ambas podem engravidar, amamentar, têm os mesmos hormônios. E certamente esta configuração aporta características singulares no exercício da maternidade, ou das maternidades.

A partir de uma perspectiva decolonial e tendo a cartografia como perspectiva teórico-metodológica, esta tese pretende discutir as peculiaridades de ser uma mulher que se relaciona erótico-afetivamente com outra mulher, com corpos anatômica e fisiologicamente semelhantes e ter filhas (os) com essa mulher em uma sociedade falocêntrica, machista e lesbofóbica.

O capítulo I, *Decolonialidade e cartografia: encontro entre os afetos?*, apresenta a cartografia, referencial teórico-metodológico desta tese. Aqui discuto o manejo cartográfico da entrevista, ressaltando o conceito de análise de implicação como ferramenta fundamental para esta perspectiva e apresento as entrevistadas da pesquisa, 7 mulheres-lésbicas-mães.

A fim de pensar acerca destes pontos e objetivando contribuir com a construção de uma outra perspectiva de olhar para o mundo, o segundo capítulo, *Feminismo Decolonial e sexualidade: uma pincelada na história, colhendo alguns efeitos*, será explicando o Feminismo Decolonial, seu surgimento, história, função social e repercussões na leitura que se faz sobre a sobre Colonização do Sul da América, relacionado com o tema lesbianidade e maternidade lésbica no intuito de reelaborar o que se entende como identidade lésbica, marcada também pela heterossexualidade compulsória e pela Colonialidade.

Começo a discutir a maternidade lésbica no capítulo 3, intitulado “*Que comece o matriarcado*”: *maternidades e conjugalidades lésbicas*, onde os diálogos com as mães lésbicas que entrevistei começam a ganhar corpo e permitem um questionamento: a maternidade é sempre colonial? Ao longo das entrevistas, enquanto as mães falam sobre sua experiência com a maternidade lésbica, surgem diversas críticas sobre a maternidade compulsória enquanto dispositivo de opressão. A obrigatoriedade do vínculo biológico para ser mãe é quebrada e os vínculos são criados, no caso das relações não-biológicas, através dos cuidados, do apoio emocional, da participação cotidiana na educação e do amor. Muitas das mães não gestantes participam inteiramente do processo da gravidez, vivenciando aquele momento sem

necessariamente gerar um (ou mais) bebê(s) em seu corpo, indo contra toda uma construção histórica e social da maternidade

No capítulo 4, *Os duplos da dupla maternidade* trato das especificidades de ser mãe-lésbica, de como é ser mulher e maternar ao lado de outra mulher que também é mãe de sua (seu) filha (o). Para isso, construo o capítulo destrinchando temas como dupla maternidade, dupla amamentação e puerpérios (da mãe biológica e da mãe não biológica). Desejo que este texto seja um bom encontro com quem o lê.

Quero considerar aqui a relevância da resistência política que é o fato de teóricas ibero-americanas que estão reivindicando espaço na academia se assumirem lésbicas e escreverem sobre o tema. Isso causa impacto na construção da sexualidade de quem as lê, inclusive outras pesquisadoras que, como eu, são lésbicas e/ou pesquisam sexualidades.

1. DECOLONIALIDADE E CARTOGRAFIA: ENCONTRO ENTRE OS AFETOS?

Algo que a cartografia e a decolonialidade têm em comum é o atentar-se à própria história e à história de tudo ao redor, a fim de uma compreensão de mundo crítica e ampliada. Neste capítulo, alguns pontos das duas teorias serão trabalhados como ferramentas para pensar como cheguei até o campo, como o adentrei, quem encontrei, o que eu absorvi dele e elegi como importante traduzir em palavras.

No campo dos estudos decoloniais, há um debate sobre o termo mais adequado para nomeá-lo. Importante marcar que a escolha feita para este trabalho pelo termo decolonial deve-se ao fato de que o mesmo remete aos efeitos da colonialidade, não do colonialismo, como elucida a professora brasileira Vívian Matias dos Santos (2018, p.:5). E “A colonialidade é referente ao entendimento de que o término das administrações coloniais e a emergência dos Estados-nação não significam o fim da dominação colonial”. Logo, aqui utilizar o decolonial é uma escolha teórica acerca do que entendo como os efeitos que a colonialidade ainda nos atravessa enquanto sociedade.

1.1. “Todo/a escritor/a é um pouco exibicionista”

Mesmo quando eu escrevo sobre coisas boas, as alegrias - a dor e a alegria chegam juntas. Escrever é como pular de uma montanha. É abrir seu estômago e examinar suas entranhas e dizer às outras pessoas: “Esse pedaço de víscera é sobre aquele tempo e tal e tal coisa aconteceu e está conectada a outras pessoas e ao mundo de tal e qual forma”. Você expõe seus sentimentos mais íntimos, você anda na rua completamente sem roupas. (...) Obviamente, escrever também é encobrir. Há quem se esconda na escrita.

(...)

Escrever é como abrir suas pernas. As pessoas vão entrar. Elas vão penetrar seus orifícios. Quando você me lê, está me adentrando. Há segredos íntimos alojados no meu corpo, os quais sigo expondo às pessoas completamente estranhas. Todo escritor/a é um pouco exibicionista. Expor a mim mesma é um ato consciente. (ANZALDÚA, 2021, P.:170)

Começo este capítulo marcando a dificuldade inaugural em escrever, na exposição consciente que Anzaldúa (2021) descreve que é a escrita. Desde que eu me lembre, eu domino as palavras e não o contrário. As palavras escritas sempre me serviram como forma de habitar esse mundo e maneira de organizá-lo para mim, em seus mais variados sentidos e falta deles.

Acontece que no meio do processo de doutoramento eu enlouqueci. Não de uma forma pejorativa como a gente costuma dizer socialmente quando está assumindo muitas funções ao

mesmo tempo - que é típico de mim mesma inclusive - se exigindo ou sendo exigida além da conta. Eu de fato tive um surto e, nos momentos em que eu conseguia ter noção de mim, me perguntava se um dia eu voltaria à sanidade. Eu tinha certeza que eu não voltaria a ser quem eu era, é impossível conhecer o descontrole de si, a dormência do eu, a sensação de desligamento do próprio corpo, a dor física que causa sensação de atrofia muscular, os pensamentos mais tenebrosos, uma angústia que nunca cessava (...) e permanecer igual. Penso e pensava muito naquela frase do Heráclito: “Ninguém pode entrar duas vezes no mesmo rio, pois quando nele se entra novamente, não se encontra as mesmas águas, e o próprio ser já se modificou”.

Voltei à sanidade, quando eu achava que não ia mais acontecer, quando eu já estava me acostumando com o corpo que eu lutava contra e com a angústia que parecia uma pata de elefante sobre o meu peito, o tratamento começou a fazer efeito: minha psiquiatra conseguiu acertar o remédio e eu consegui organizar os pensamentos na análise, o que fez com que eu começasse a conseguir me alimentar adequadamente, dormir menos, sentir meu corpo.

A depressão foi a última a ceder, só percebi que aconteceu em um dia que eu acordei cantando e pensando na tese. Abri o notebook e escrevi algum parágrafo, que eu não vou mais saber qual foi. Foi o parágrafo mais difícil desde que aprendi a escrever, eu imagino. As palavras que eu não consigo dizer pela voz costumam se organizar bem quando as escrevo. Ali não, naquele momento eu escrevi e apaguei e reescrevi e apaguei e abri o dicionário e escrevi mais uma vez. Ainda assim ficou confuso, mas estava ali o pontapé inicial.

Sinto que perdi muita coisa, a principal delas foi não ter conseguido fazer doutorado sanduíche, que era um desejo desde a graduação. Não deu tempo, a vida não pôde esperar o que ninguém sabia se iria passar. As outras coisas que perdi foram mais simples, mas ainda assim muito significativas como a participação em eventos, o envolvimento nos encontros de grupos de pesquisa e orientação, a experiência, enunciado que eu prezo tanto.

Mas hoje, com o luto desta vivência se fechando, compreendo que mediante tudo que eu vivi, com as ferramentas sociais e psíquicas que eu tinha e tenho, percorri o melhor trajeto, e, sobretudo, tive uma rede de apoio e suporte muito melhor do que eu poderia imaginar. Gloria Anzaldúa traduz o meu sentimento, mais uma vez, como no início deste capítulo:

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é

um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever. (ANZALDÚA, 2000, p.:232)

E pede:

Escrevam com seus olhos como pintoras, com seus ouvidos como músicas, com seus pés como dançarinas. Vocês são as profetisas com penas e tochas. Escrevam com suas línguas de fogo. Não deixem que a caneta lhes afugente de vocês mesmas. Não deixem a tinta coagular em suas canetas. Não deixem o censor apagar as centelhas, nem mordanças abafar suas vozes. Ponham suas tripas no papel. Não estamos reconciliadas com o opressor que afia seu grito em nosso pesar. Não estamos reconciliadas. Encontrem a musa dentro de vocês. Desenterrem a voz que está soterrada em vocês. Não a falsifiquem, não tentem vendê-la por alguns aplausos ou para terem seus nomes impressos. Com amor, Gloria (ANZALDÚA, 2000, p.:235)

A forma como fui recebida pela minha orientadora quando levava minhas dificuldades para ela fizeram com que eu acreditasse em mim e no que eu estava trabalhando. O respeito ao meu tempo, ao meu espaço, ao meu trabalho, criou espaço para potência em um campo que parecia infértil. Foi ela quem me apresentou a cartografia enquanto método de pesquisa, que neste momento tem sido como uma válvula de escape. Como o próprio termo significa no dicionário, havia uma pressão gigante em mim sobre como colocar em palavras os meus argumentos internos e pessoais, como elaborar, construir e solidificar esta pesquisa, que está sendo potencializado por ela. A cartografia me vem como uma alternativa, como algo que deixa a pressão sair em troca de mecanismos para pensar a escrita. Ela regula e se regula a partir de uma ideia de segurança. Mas esta segurança não é definida, nem definitiva. Dá contornos com balizas éticas.

Exibo esta parte de minha vida privada por acreditar que falar é abrir possibilidade para construção de alianças, assim como a professora e editora Ana Claudia Monteiro escreveu em 2017 - mesmo que em uma situação completamente diferente em que narrou um fato de sua vida privada - sobre a construção do próprio corpo a partir das alianças que constituem um corpo, nosso corpo. Falar sobre o que me afeta, o que me atravessou, como cheguei até aqui; ter a coragem de escrever em uma tese de doutoramento que enlouqueci no meio do caminho é algo ousado da minha parte, mas que vejo como necessário para afirmar que múltiplos corpos e subjetividades podem ocupar o espaço da universidade, inclusive os *neuroatípicos*.

Narrar esta história, à primeira vista, pode parecer intimista, digna de habitar apenas uma biografia, ou mesmo diários particulares. Porém, contar esta história não é apenas apresentar uma parte pitoresca de uma vida privada. Esta narrativa tem a força política de trazer à tona uma série de alianças que constitui um corpo. E, neste sentido, o uso da palavra “corpo” não é banal. Este termo vem carregado de sentido, pois entendo que o corpo é este espaço de constituição do sujeito e do mundo, a interface, sempre porosa, entre o “eu” e o “mundo” (MONTEIRO,2009). (MONTEIRO, 2017, p.: 146)

Assim sendo, tendo a decolonialidade como teoria argumentativa, da qual disponho na minha caixa de ferramentas, foi preciso encontrar um modo de pensar e praticar o pesquisar que não reproduzisse as hierarquias de opressão no manejo da pesquisa. Entendo a importância do olhar decolonial neste trabalho como o que sustenta a não chegar com a história pronta. É por ter a decolonialidade como aporte teórico que aposto no não saber, que vou para o campo disposta a ouvir, sem presumir que o meu conhecimento é o original, por conta desta ou aquela leitura desacompanhada de vivência. E no seu encontro com a cartografia esta perspectiva se fortalece. É saber que uma história tem várias versões e, portanto, o meu ponto de vista é só mais uma forma de olhar para o que acontece.

Em “cartas para mulheres do terceiro mundo”, Gloria Anzaldúa descreve a sensação de ser essa escritora do terceiro mundo com a qual me identifico:

Quem nos deu permissão para praticar o ato de escrever? Por que escrever parece tão artificial para mim? Eu faço qualquer coisa para adiar este ato — esvazio o lixo, atendo o telefone. Uma voz é recorrente em mim: Quem sou eu, uma pobre chicanita do fim do mundo, para pensar que poderia escrever? Como foi que me atrevi a tornar-me escritora enquanto me agachava nas plantações de tomate, curvando-me sob o sol escaldante, entorpecida numa letargia animal pelo calor, mãos inchadas e calejadas, inadequadas para segurar a pena? Como é difícil para nós pensar que podemos escolher tornar-nos escritoras, muito mais sentir e acreditar que podemos! O que temos para contribuir, para dar? Nossas próprias expectativas nos condicionam. Não nos dizem a nossa classe, a nossa cultura e também o homem branco, que escrever não é para mulheres como nós? O homem branco diz: Talvez se raspem o moreno de suas faces. Talvez se branquearem seus ossos. Parem de falar em línguas, parem de escrever com a mão esquerda. Não cultivem suas peles coloridas, nem suas línguas de fogo se quiserem prosperar em um mundo destro. “O homem, como os outros animais, tem medo e é repelido pelo que ele não entende, e uma simples diferença é capaz de conotar algo maligno.” Penso, sim, talvez se formos à universidade. Talvez se nos tornarmos mulheres-homens ou tão classe média quanto pudermos. Talvez se deixarmos de amar as mulheres sejamos dignas de ter alguma coisa para dizer que valha a pena. Nos convencem que devemos cultivar a arte pela arte. Reverenciarmos o touro sagrado, a forma. Colocarmos molduras e metamolduras ao redor dos escritos. Nos mantermos distantes para ganhar o cobiçado título de “escritora literária” ou “escritora profissional”. Acima de tudo, não sermos simples, diretas ou rápidas. (ANZALDÚA, 2000, p.:230)

Quando se pensa em maternidade lésbica, por exemplo, é compreender a pluralidade de mundos que podem caber no que é lesbianidade para cada mãe, o que é maternidade para cada mulher lésbica, sem uma pré-concepção, um pré-julgamento. Perceber a maternidade lésbica como um fator de/em desconstrução, de desconhecimento para conhecer.

A cartografia auxilia no acompanhar processos, a pesquisa não existe sem o movimento que a constitui, se não há um objeto a ser simplesmente observado e descrito, e é preciso habitar

territórios para que o trabalho aconteça, entendo que o encontro entre a cartografia e a perspectiva decolonial pode ser muito potente para pensar as maternidades lésbicas.

Como cartógrafa, vou em direção ao que a professora brasileira Suely Rolnik (1989) escreveu, compreendendo que quando adentro o campo, e isso como desde quando penso meu tema, o faço com meu corpo, que é perpassado por tudo que descubro pesquisando ao passo em que carrego para a pesquisa a minha história, minhas marcas, minhas possibilidades, inscritas no meu corpo. De acordo com Rolnik, o que define o perfil de uma cartógrafa é a sensibilidade ao adentrar e conduzir histórias reais e também, ao realizar o próprio trabalho.

Deixa seu corpo vibrar todas as frequências possíveis e fica inventando posições a partir das quais essas vibrações encontrem sons, canais de passagem, carona para a existencialização. Ele aceita a vida e se entrega. De corpo-e-língua. (Rolnik, 1989, p.:68)

Além disso, Rolnik (1989) explica que o critério de avaliação que a cartógrafa utiliza tem a ver com o grau de intimidade que se permite ter com o campo e a pesquisa, ao seu movimento de expansão.

1.2 Nas trilhas da decolonialidade

Entender sobre o território que ainda apresenta fortes marcas coloniais exige que os olhares e os outros sentidos construídos pela metodologia desenvolvida sejam decoloniais e feministas, ou seja, que não objetifiquem o sujeito pesquisado e nem a pesquisadora. Que não tenha um olhar como verdade absoluta e onde quem pesquisa se coloque também como aprendiz. Que o olhar seja descentralizado. É preciso ainda compreender os lugares de privilégio e opressão que cada pessoa ocupa, sem reforçá-los, mas marcando a linha social invisível que existe sob eles.

(...) as violências e opressões de classe, gênero, raciais, homo e transfóbicas são por nós abordadas de forma interseccional, entendidas como um fenômeno sistêmico material e simbólico profundamente articulado à cultura – e muitas vezes inclusive justificado por uma associação naturalizada entre natureza e cultura que marcou a história do pensamento geográfico. (SILVEIRA, 2021, p.:4)

Colocar a decolonialidade em prática é exercitar a escrita enferrujada, eu, uma mulher lésbica louca do terceiro mundo, eu que fui criada para me silenciar, insisto em contar a minha história e a história de outras mulheres, da família de outras mulheres que, assim como eu, amam mulheres.

Aqui, falaremos do ponto de vista da lesbomaternidade, ou seja, de mulheres cis que se consideram lésbicas e são mães. A sexualidade delas é o fator determinante para a definição de lesbomaternidade na construção do projeto parental.

O termo lesbomaternidade é utilizado no lugar de homoparentalidade visto que o termo homoparental designa famílias que não sejam heterossexuais, mas não marca o gênero, que neste trabalho são fatores fundamentais de serem repensados.

Em diferentes âmbitos, a decolonialidade é um caminho para compreendermos as especificidades históricas do lugar que habitamos, denunciando as formas como as relações de poder foram construídas e questionando as descrições históricas que são passadas adiante.

Para a antropóloga dominicana Ochy Curiel (2020) é preciso estar atenta ao fato de que grande parte das sociedades, inclusive de países que ela denomina de primeiro mundo, foram em algum momento colonizados, como os Estados Unidos, por exemplo. Entretanto, existe uma diferença entre ter sido colonizado em algum momento e viver sob a lógica colonial. Para a autora, uma forma de diferenciar as sociedades é perceber quais são as relações de poder entre elas, assim sendo, mulheres da América do Sul, por exemplo, são objetificadas por mulheres europeias no sentido de serem vistas como incapazes de legislar sobre si mesmas e ocuparem assim o lugar de vítima:

Ainda que os contextos em que esses conceitos foram aplicados pelas autoras sejam diferentes da América Latina e do Caribe, eles se aplicam perfeitamente a nós. Teorias, categorias e conceitos europeus e norte-americanos são transportados para a nossa região sem uma recontextualização, com a finalidade de analisar as realidades de muitas mulheres que se convertem em objetos de estudo de feministas com privilégios institucionais e acadêmicos, além de privilégios de raça, classe e sexualidade. (CURIEL, 2020, p.: 128)

Já sobre a Europa, Curiel (2020) acredita que transformar o Abya Yala em América do Sul foi uma forma de o continente europeu exercer seu poder para que nosso continente se transformasse em periferia de países colonizadores. Ou seja, desde a invasão europeia o Abya Yala precisa gerir lutas sociais que não foram originadas por nós.

A América é um produto da modernidade na construção de um sistema-mundo; a Europa, para constituir-se como centro do mundo, a produziu como sua periferia desde 1492, quando o capitalismo se faz mundial, através do colonialismo. (CURIEL, 2020, p.:131)

Tal qual apontou Quijano (2005), o Abya Yala é terra de originários, negros e pessoas bastardas, ou seja, pessoas racializadas.

Sobre pessoas bastardas, faço aqui referência ao termo cunhado pela psicóloga boliviana Maria Galindo (2014) “(...) es una verdade a medias de um lugar social brutalmente

conflictivo, desgarradoramente irresuelto, ardorosamente ilegítimo y cientos de veces prohibido” (Galindo, 2014, pág.:107), cunhando assim o termo bastardismo. Para Maria, utilizar o termo mestiçagem ao invés de bastardismo é não reconhecer a tentativa de apagamento territorial que europeus imperaram neste continente, não reconhecer sua tentativa de embranquecimento através de estupros, escravidão e assassinatos. É continuar contando a mesma história sem refletir sobre as histórias do lugar que habitamos, da forma como constituímos família, de como construímos a nós próprias.

De acordo com Manuela Monarcha Murad da Silveira, brasileira doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), para a criança “a aprendizagem da geografia começa pelo corpo” (2021, p.:2). Falando de forma mais ampla, começamos a entender sobre o território que habitamos através do aprendizado sobre nosso próprio corpo. Silveira (2021) afirma que aprender sobre lateralidade, noções de espaço, topologia, etc, são formas de uma criança entender sobre si para conseguir alcançar o entendimento do lugar que está, a noção de ir e vir e de localização.

Segundo Almeida e Passini (1994), a exploração do espaço ocorre desde o nascimento, através de um longo e contínuo processo que tem como base a tomada de consciência do espaço corporal em sua relação com os outros seres e com o próprio espaço que nos rodeia. Na educação infantil e nos anos iniciais, segundo as autoras, a aprendizagem de Geografia contribui para a progressão dessa noção de espaço gerada a partir de suas vivências, das descobertas frutos do movimento e deslocamento no/pelo espaço, partindo do corpo para a aprendizagem das relações de lateralidade e orientação e, posteriormente, das relações topológicas, que servem de base para o desenvolvimento do raciocínio espacial. A criança aprende a se orientar no espaço, tendo como centro o seu próprio corpo e, aos poucos, passando por um processo de descentramento de si, a partir do qual é capaz de identificar relações espaciais considerando também outras referências, além do seu próprio eu. (SILVEIRA, 2021, p.:97)

Quando penso em bastardismo, o termo aponta para o que a socióloga e professora argentina María Lugones (2008) defende ao afirmar sobre a necessidade de olhar para as hierarquias das opressões:

Investigo la intersección de raza, clase, género y sexualidad para entender la preocupante indiferencia que los hombres muestran hacia las violencias que sistemáticamente se infringen sobre las mujeres de color: 3 mujeres no blancas; mujeres víctimas de la colonialidad del poder e, inseparablemente, de la colonialidad del género; mujeres que han creado análisis críticos del feminismo hegemónico precisamente por el ignorar la interseccionalidad de raza/clase/sexualidad/genero. (LUGONES, 2008, p.:75)

Ou seja, ser mulher está em uma relação de poder inferior a ser homem neste caso, já que mulheres além de serem escravizadas, torturadas e mortas, eram também estupradas para gerar crianças na tentativa de embranquecimento do continente.

María Lugones, apesar de acolher a proposta de Quijano sobre colonialidade, diz que a raça não determina sozinha a configuração da colonialidade do poder; ela é acompanhada pelo gênero e, com ele, pela heterossexualidade. Por outro lado, Lugones aponta que Quijano admite uma noção de sexo hiperbiologizado. O gênero do qual ele fala, segundo ela, está ligado a um tipo de relação humana reservada ao homem branco europeu possuidor de direitos e sua companheira mulher que serve à reprodução da espécie. Para essa feminista decolonial, o tipo de diferenciação aplicada aos povos colonizados e escravizados é pelo dimorfismo sexual – macho e fêmea –, o que dá conta da capacidade reprodutiva e da sexualidade animal. Para Lugones, as fêmeas escravizadas não eram mulheres. Em outras palavras, o gênero é uma categoria moderna e colonial. (CURIEL, 2020, p.: 132)

No período em que impérios europeus dizimavam nosso continente, pessoas colonizadas não eram consideradas humanas, eram animalizadas sob o pretexto das violências que lhes eram impostas. O que acaba sendo aqui mais um motivo de questionamento sobre a história passada adiante: branca, masculina, eurocentrada. Logo, é importante que subalternos, que pessoas que antes apenas ouviam os preceitos sociais, agora consigam estar em lugar de quem fala, da voz que é ouvida.

Não afirmo com isso que apenas corpos dissidentes possam falar sobre as dores que sofrem, pelo contrário, acredito na importância de todas as escritas e, mais do que isso, acredito que homens brancos heterossexuais devem escrever desconstruindo preceitos deles, porque eles se ouvem entre si, como exemplo básico de como nossa sociedade funciona.

Entretanto, é inegável a força que existe na voz de quem vive no próprio corpo o que relata ali nas palavras. Enquanto lésbica, eu agradeço às alianças com mulheres heterossexuais que abriram caminhos falando sobre sexualidade para que eu estivesse aqui hoje falando de configurações familiares que um dia pode ser a minha. Entretanto, é quando leio outra mulher lésbica que me emociono. É quando uma *sapatão* fala que eu me identifico, vibro, que esse texto ganha combustível para ser o que é.

Uma posição decolonial feminista significa entender que tanto a raça quanto o gênero, a classe, a heterossexualidade etc. são constitutivos da episteme moderna colonial; elas não são simples eixos de diferenças, são diferenciações produzidas pelas opressões, de maneira imbricada, que produzem o sistema colonial moderno. Com base no exposto anteriormente, uma metodologia feminista decolonial deve se fazer várias perguntas: quais são os pontos de vista nas investigações feministas? Quanto estamos impondo de gênero nas pesquisas e nos processos epistemológicos, quando estudamos mulheres racializadas, principalmente mulheres negras e indígenas? Quanto estamos reproduzindo de colonialidade do poder, do saber e do ser, quando transformamos a raça, a classe, a sexualidade em meras categorias analíticas ou descritivas, de modo que não conseguimos estabelecer uma relação entre essas realidades e a ordem mundial capitalista moderno-colonial? (CURIEL, 2020, p.:137)

Localizar os saberes, reforçar as linhas que separam os territórios é uma forma metodológica de união das mulheres, por assim dizer. Quando as mulheres europeias nos citam, por exemplo, reconhecem seu lugar de privilégio e tornam possíveis encontrar brechas para alianças que considerem a nossa vivência contada por nós, que ecoem as nossas palavras. Também na tentativa de reconhecer, retribuir o espaço que tenho e continuar o movimento começado, nesta pesquisa as autoras são apresentadas e localizadas.

Assim sendo, a teoria decolonial é também uma maneira de me apresentar enquanto pesquisadora, teórica, psicóloga social, psicanalista e tantos títulos que me foram atribuídos ao longo da vida e que me possibilitaram estar aqui escrevendo este trabalho.

De acordo com a mexicana professora de psicologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Jimena de Garay Hernández (2017), a ciência sempre se posicionou politicamente, entretanto, os questionamentos acerca desse posicionamento e de quais políticas são feitas, são recentes. Se antes aceitávamos sem questionar o conhecimento colonial como incontestável, hoje a luta se faz no sentido de reconstruir saberes que tenham nossas vivências incluídas:

Estes apontamentos são relevantes na hora de nos encontrarmos com fortes discursos de que a ciência é ou deveria ser neutra e objetiva, argumento que tem sido desassossegado desde diferentes campos, sendo o feminismo um dos mais importantes. A ciência sempre teve um engajamento político, explícito ou não, e este foi durante muito tempo androcêntrico, centrado na civilização colonialista, adultocêntrico, heteronormativo, dentre outras posturas que têm constantemente explorado e objetificado corpos, vivências, ecossistemas, além de impedir que grande parte da população faça parte da produção de conhecimento. Diante disso, explicitar e pôr em análise a partir de onde nos situamos e de que forma estamos implicadas/os no campo político afetivamente, nos aparece como um dos princípios da metodologia feminista. (HERNÁNDEZ, 2017, p.:57)

Ter o feminismo decolonial e a cartografia como perspectivas teórico-metodológicas, é também ser comprometida com a produção teórica que nos trouxe até aqui enquanto sociedade, é respeitar todo este conhecimento, mas insistir para que haja recorte de gênero, classe, raça, sexualidade, etc em toda e qualquer pesquisa. É sobre ser coerente com a aposta que fazemos na pesquisa-intervenção. E é importante que isto seja elucidado, não são apenas as pesquisas que usam esta metodologia ou tratam de questões sociais que acredito precisar ter estes recortes, mas em todas as formas de construção de conhecimento.

Durante o mestrado, estive no Seminário Fazendo Gênero pela primeira vez, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em Florianópolis em 2017, e havia vários cartazes pendurados nas paredes onde perguntavam “quantas mulheres negras você leu durante

a Graduação?”, “quantxs autorxs negrxs você leu durante sua formação?”, “quantas autoras LGBTQIA+ você cita na sua pesquisa?”. Ser questionada sobre isso fez com que, a partir dali, pensar sobre os rumos das minhas pesquisas incluísse criticar o que eu estava pensando. E, mais ainda, buscar agregar mais autoras nos meus escritos, autoras que assim como eu fossem minoria, pessoas com realidades que eu identificava como dissidentes.

Foi assim minha aproximação com autoras que mais leio hoje e com quem mais me identifico, como a própria Maria Galindo e Ochy Curiel citadas acima. Que outros caminhos são possíveis para pensar, experimentar este corpo-território-colonizado nas teorias que já conhecemos e utilizamos?

Assim, sugiro sempre buscar o que tem sido produzido desde os feminismos, especialmente os que não são hegemônicos, sobre a temática e a população que escolhemos. Outro exercício que nos aparece pertinente é, na hora da escrita dos nossos textos ao explicitar esse movimento, ou seja, visibilizar de onde são (geográfica, política e subjetivamente) essas pessoas que estão nos inspirando e com as que estamos dialogando, no intuito de visibilizar essa prática de desmontagem do local único de sujeito produtor de conhecimento. Esta prática também é realizada, por exemplo, por autores/as decoloniais como o historiador negro sudafricano Sabelo J. Ndlovu-Gatsheni (2016). Além disso, é importante considerar que uma característica da pesquisa feminista é a interdisciplinaridade, que possibilita uma abordagem integral e diversa à nossa problemática (CASTAÑEDA, 2008). Assim, por exemplo, embora eu me posicione desde a Psicologia Social, como aponte no início do texto, ferramentas e análises de outras disciplinas são recorrentemente acessadas. Isto inclui saberes e conhecimentos de fora do âmbito acadêmico, tais como os elaborados pelas militâncias que não necessariamente se produzem na academia. (HERNÁNDEZ, 2017, p.:64)

Hernández (2017) explica sobre a importância de refletir sobre o que se quer pensar, movimentar, quando escolhemos o tema que estamos escrevendo. Para tal, usa o tema da lesbomaternidade, o mesmo que trato aqui e que ela escreveu sobre em sua dissertação:

(...) ao centrar uma pesquisa no tema da lesboparentalidade, observamos que este tema tem relevância no campo de produção de conhecimento feminista, no momento em que questiona o vínculo entre feminilidade e maternidade, discutindo, por exemplo, processos como higienização/legitimação da lesbianidade, direitos, configurações familiares, etc. Isso pode se observar na própria reivindicação do termo “lesboparentalidade”, que busca destacar as identidades políticas das lésbicas que exercem a parentalidade, ao tempo em que pode, de certa maneira, esvaziar o conceito de “maternidade”. Assim, o uso de conceitos inovadores e provocadores faz também parte desta pista metodológica. Assim, concordo com Avtar Brah quando ela aponta que “podemos nos centrar em um certo contexto e diferenciar entre a demarcação de uma categoria como objeto de discurso social, como categoria analítica e como sujeito de mobilização política, sem fazer suposições a respeito da sua permanência ou estabilidade através do tempo e do espaço” (2004:114, tradução livre). (HERNÁNDEZ, 2017, p.:61)

Pensar sobre o tema diz respeito ao comprometimento social que temos e diz sobre a teoria decolonial. Ainda que não seja obrigatório passar pelas situações, pelas opressões de

determinadas formas para se escrever sobre elas, como mencionado, parece totalmente relevante se questionar o que faz com que se movimente tanta energia em torno de uma pesquisa. Este movimento ajuda a não objetificar os sujeitos e a organizar as ideias quando o objetivo é falar de uma realidade que não se vive tão diretamente.

1.3 Atravessamentos cartográficos

Sempre que o cartógrafo entra em campo há processos em curso. A pesquisa de campo requer a habitação de um território que, em princípio, ele não habita. Nesta medida, a cartografia se aproxima da pesquisa etnográfica e lança mão da observação participante. O pesquisador mantém-se no campo em contato direto com as pessoas e seu território existencial. (KASTRUP, 2009, p. 56)

Na cartografia importa também o que aquela experiência causa em quem a provoca, o que a entrevistadora sentiu, quando sentiu, o que chamou atenção, o que não percebeu, os efeitos que produziu e como seu corpo vibrátil a conduziu. Tudo o que acontece no pesquisar compõe a pesquisa, até mesmo o que só percebemos depois, ou não percebemos. A entrevista é um dispositivo que permite produções conjuntas, encarnadas, engajadas.

A observação de um objeto compõe um saber sobre ele, marcada pelo olhar de quem observa, que é relevante e interfere diretamente em como a pesquisa é construída e na definição que o objeto ganha. De acordo com a psicóloga e historiadora brasileira Cecília Coimbra e a professora de psicologia Maria Lívia Nascimento:

A partir dessa influência fenomenológica, Lapassade e Lourau propuseram a pesquisa-intervenção, onde as noções de sujeito e objeto, de pesquisador e campo de pesquisa são colocadas em análise. Segundo tal formulação, essas noções se criam ao mesmo tempo, num plano de imanência, onde as práticas produzem os sujeitos, os objetos, os pesquisadores e os campos de pesquisa, não havendo determinações causais de uns sobre os outros. Assim sendo, teorias e práticas são sempre práticas. (COIMBRA; NASCIMENTO, 2009, p. 2)

Prática que se exercita nesta escrita encarnada, no processo de escrita da tese. Tem sido um processo conseguir organizar as ideias nas palavras. Os pensamentos aparecem, eu tento organizar e, quando consigo fazer isso, escrevo. Quando esse arranjo não é imediato, a ideia fica mais algum tempo sendo gestada, melhor desenvolvida até estar pronta para ser escrita aqui.

No estágio inicial desta pesquisa, a ideia era que o foco fosse no pós parto de casais de duas mães, mais especificamente, no puerpério. Entretanto, com a entrada no campo, a escrita do roteiro para a entrevista, o início das entrevistas e o que conversar com cada uma destas

mulheres atravessou em mim, o tema deixou de ser o puerpério e se construiu mais abrangente, se tornando as especificidades da dupla maternidade. Estava em ação uma cartógrafa, com seu corpo vibrátil (Rolnik, 1989), atenta às paisagens que se constituíam. Comecei a entender a cartografia na prática, me permitindo construir ideias conforme fui fazendo o caminho. A cartografia permitiu a compreensão de que, uma vez que a pesquisa deixa de existir apenas na minha cabeça e passa a existir nas palavras e no campo, ela ganha vida, expande as (pré)concepções, desnorteia e elabora formas novas de perceber o mundo: o território, o tempo, as pessoas, as relações; novas formas de habitá-lo. A cartografia foi o que mediou a fronteira entre as ideias e o mundo que compartilho com as outras pessoas.

Se antes eu tinha ideia de apresentar alguma conclusão, alguma definição, sobre o puerpério entre duas mulheres, agora abro questionamentos sobre dupla maternidade, dupla amamentação, duplo puerpério e a mãe que não pariu. E não se trata de definir, dar uma resposta fechada ou totalizante, mas mostrar como, ao longo da pesquisa, eu e as mulheres que dela participamos construímos tudo isso como parte da vida das mulheres que têm filhas e filhos em companhia de outra mulher e/ou que percebem sua maternidade como lésbica. Foram elas, essas mães, que conduziram a pesquisa e me mostraram sobre o que eu deveria tratar. Assim, explorei as reverberações, os efeitos, as possibilidades desse duplo da maternidade lésbica, tomando a semelhança funcional dos corpos como uma provocação. Afinal, o que podem duas mulheres, em termos de maternidade?

Venho então pensando sobre o processo de constituir família destas mulheres, sobre como é começar sem referências de modelo familiar a ser seguido como acontece em configurações heterossexuais - algo que foi muito repetido nas entrevistas - desde como engravidar até sobre criação de crianças. Essas mulheres falaram do desafio que é construir uma família pouco pensada, pouco falada, como se não existisse ou não fosse possível. E tem sido surpreendente este “fazer com” elas. Afinada com a jornalista francesa Claire Parnet e o filósofo francês Gilles Deleuze, é olhar junto dessas mães para o processo, analisar como se constrói, produzir em conjunto.

As questões são fabricadas, como outra coisa qualquer. Se não deixam que você fabrique suas questões, com elementos vindos de toda parte, de qualquer lugar, se as colocam a você, não tem muito o que dizer. A arte de construir um problema é muito importante: inventa-se um problema, uma posição de problema, antes de se encontrar a solução. Nada disso acontece em uma entrevista, em uma conversa, em uma discussão. Nem mesmo a reflexão de uma, duas ou mais pessoas basta. E muito menos a reflexão. Com as objeções é ainda pior. Cada vez que me fazem uma objeção, tenho vontade de dizer: "Está certo, está certo, passemos a outra coisa." As objeções nunca levaram a nada. O mesmo acontece quando me colocam uma questão geral. O objetivo não é responder a questões, é sair delas. Muitas pessoas pensam que somente repisando a questão é que se pode sair delas. (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 4)

Esta passagem nos dá duas pistas: não aceitamos as questões que vêm prontas, que são moldadas pela LGBT+fobia, que travam vidas, que nos fazem acuadas, que condenam, que patologizam, seja nossa orientação sexual, seja nosso desejo de maternar. E aqui também estamos fabricando questões. Descobrir-se, sentir-se, entender-se lésbica e querer ser mãe se constitui uma questão em uma sociedade patriarcal e heteronormativa.

Este processo diz respeito ainda ao abandono da (suposta) neutralidade, já que se compreende que, para além da construção mútua do pensamento que está sendo pesquisado ali, os encontros - na pesquisa e na vida - são marcados pelo lugar de onde se fala. “Portanto, analisa-se o lugar que se ocupa nas relações sociais em geral e não apenas no âmbito da intervenção que está sendo realizada; os diferentes lugares que se ocupa no cotidiano e em outros locais da vida profissional; em suma, na história” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2009, p.:2). Na Academia, como este tema é tratado, como ele se constitui como campo de pesquisa.

Portanto, para discutir os processos da forma com que essas mães experimentam o mundo, realizei entrevistas com mães lésbicas que encontrei presencialmente ou online, em diálogo com a revisão teórica do tema. Para tal, construí perguntas disparadoras. E a partir delas, tentei pensar em questões que pudessem me auxiliar a lapidar minhas elucubrações, dúvidas, curiosidades, medos, fantasias e, durante as entrevistas, conversei sobre a possibilidade de um novo encontro, justamente por entender que esta pesquisa não é estática, ela se faz em movimento. Ela vem amadurecendo ao mesmo tempo que eu como pesquisadora, e foi neste processo que refiz minhas perguntas, procurei ouvir atentamente o que me contavam.

As psicólogas brasileiras Silvia Helena Tedesco e Luciana Vieira Caliman e o psicólogo brasileiro Christian Sade entendem a entrevista como forma de encarnar o sujeito em seu próprio corpo, conforme vai se lembrando de sua história e contando-a. De acordo com Tedesco, Sade e Caliman (2013), é importante aprender a observar a entrevista como um todo, como as pessoas falam, do que falam, quando falam.

Tedesco, Sade e Caliman (2013) recomendam que não se feche questões, que a necessidade de responder não seja o que guia a pesquisa, mas que a entrevista seja um espaço para a fala e a escuta de fato, sem interpretações, com elucidações.

Na cartografia, a escuta acompanha a processualidade do relato, a experiência em cuja base não há um eu, mas, sobretudo, linhas intensivas, fragmentos de sensações, sempre em vias de constituir novas formações subjetivas. Nesse sentido, a entrevista se aproxima de uma conversa. Usando a distinção sugerida por Deleuze e Parnet (1998) entre conversa e conversação, diríamos que a entrevista funciona, não como uma conversação entre sujeitos pré-estabelecidos, mas como uma conversa, que

procede por interseções, cruzamentos de linhas, agenciamentos coletivos de enunciação. Um som qualquer ouvido durante a entrevista ou uma fala aparentemente sem sentido podem disparar processos imprevistos. Questões aparentemente desconectadas com a conversa podem traçar linhas de vizinhança ou de indiscernibilidade. Uma conversa não é condicionada por especificidades, ela se faz nos encontros (DELEUZE; PARNET, 1998).(TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013, p. 310).

A proposta, então, foi que o encontro entre pesquisadora e pesquisada fosse uma ferramenta de acesso e produção da própria experiência. A pesquisa, como disse antes, foi se transformando neste sentido, fazendo com que eu me encontrasse cada vez mais com a cartografia.

1.4 As nossas conversas: quem são elas?

Que lugar o ambiente das entrevistas ocupam na vida de pessoas entrevistadas? Seria um lugar onde a pessoa entrevistada se sente à vontade pra falar de si? Um lugar onde ela performa quem gostaria de ser? Ou que pode contar segredos sem julgamentos? Ou, até mesmo, um ambiente onde ela consegue se ouvir? Ou ainda, a constatação de que alguém se interessa por sua vida?

De acordo com Deleuze (1998) as perguntas feitas em uma entrevista nunca são respondidas porque a pergunta determina uma área delimitada pelo outro, que pode responder ou criar a partir do que foi perguntado. Deleuze inicia o texto “Uma conversa o que é para que serve” abrindo estes questionamentos:

É difícil "se explicar" – uma entrevista, um diálogo, uma conversa. A maior parte do tempo, quando me colocam uma questão, mesmo que ela me interesse, percebo que não tenho estritamente nada a dizer. As questões são fabricadas, como outra coisa qualquer. Se não deixam que você fabrique suas questões, com elementos vindos de toda parte, de qualquer lugar, se as colocam a você, não tem muito o que dizer. A arte de construir um problema é muito importante: inventa-se um problema, uma posição de problema, antes de se encontrar a solução. Nada disso acontece em uma entrevista, em uma conversa, em uma discussão. Nem mesmo a reflexão de uma, duas ou mais pessoas basta. (DELEUZE, 1998. p.:2)

As conversas estão na pesquisa desde o início. É delas que eu parto para falar do impacto do pré-parto, do parto e do pós-parto na vida de cada entrevistada, sendo ela ou sua (ex) esposa quem pariu biologicamente. As entrevistadas concordaram em me encontrar uma segunda vez se necessário e uma delas vez ou outra me chama online para falar sobre algo que ela fez ou pensou a partir da provocação de nossa entrevista que aconteceu faz meses. Isso me faz perceber que a construção compartilhada no encontro não termina quando a entrevista

acaba, ela é um processo e, como tal, permanece acontecendo. Eu continuo escrevendo a tese. E elas continuam vivendo a maternidade, experimentando, pensando.

As mulheres mães que participam desta pesquisa foram contatadas através do Instagram, por onde enviei uma mensagem me apresentando, apresentando a minha pesquisa e explicando a necessidade que vejo na produção acadêmica de conteúdos relativos à lesbianidade, sobretudo sendo uma mulher lésbica. Com todas elas foi preciso negociar um horário e encontrar uma brecha em que elas não estivessem cuidando de suas (seus) filhas (os) e pudessem conversar comigo. Em todos os casos, precisamos negociar e pré-estabelecer o tempo de duração da entrevista, de forma que não impactasse na rotina com as crianças. Não foi tarefa fácil, muitas mães desmarcaram em cima da hora ou não apareceram. Algumas recusaram: por falta de tempo ou por estarem imersas na maternidade sem conseguirem conversar, mas nunca colocaram como impeditivo a pesquisa em si, pelo contrário, recebi elogios durante a procura de mulheres que pudessem conversar comigo, embora não tenham sido todas que contatei que tivessem a disponibilidade para fazê-lo. Isto do tempo foi uma novidade pra mim, que trabalhei fazendo transcrição de entrevistas como freelancer desde a época da graduação. Olhando em retrospecto percebo que grande parte dos áudios que transformei em palavras digitadas foram de entrevistas com homens e que não tinham horário de fim, visto que viam as entrevistas como parte de seu trabalho e, sem o peso da maternidade, puderam dar mais atenção àquele momento. Talvez não tivessem outros turnos após aquele.

Todas as mães que entrevistei são brancas, de classe média, moram ou moraram em capitais, tiveram acesso ao Ensino Superior e estão inseridas no mercado de trabalho. Dentre elas, 6 utilizaram a reprodução medicamente assistida para terem suas crianças.

Desde 2013, a resolução do Conselho Federal de Medicina (nº 2013/13) sobre reprodução assistida deixa explícita a possibilidade de casais de mulheres fazerem uso das tecnologias para gerarem filhas (os). Ainda na parte inicial aparece:

CONSIDERANDO que o pleno do Supremo Tribunal Federal, na sessão de julgamento de 5.5.2011, reconheceu e qualificou como entidade familiar a união estável homoafetiva (ADI 4.277 e ADPF 132);

E mais especificamente, na parte sobre Pacientes da RA:

2 - É permitido o uso das técnicas de RA para relacionamentos homoafetivos e pessoas solteiras, respeitado o direito da objeção de consciência do médico.

A resolução de 2017 permite explicitamente o que é conhecido como ROPA (recepção de óvulos da parceira³):

3. É permitida a gestação compartilhada em união homoafetiva feminina em que não exista infertilidade. Considera-se gestação compartilhada a situação em que o embrião obtido a partir da fecundação do(s) oócito(s) de uma mulher é transferido para o útero de sua parceira.

Na resolução de 2020 a redação inclui pessoas trans: “2. É permitido o uso das técnicas de RA para heterossexuais, homoafetivos e transgêneros”, mas na última resolução, de 2022, fica apenas a redação que está desde 2010, que se refere a “todas as pessoas capazes que tenham solicitado o procedimento”. Se por um lado a opção foi por simplificar, já que as pessoas podem se submeter aos procedimentos independentemente de orientação sexual e identidade de gênero, fica-se submetida à decisão médica, já que o texto fica de livre interpretação por profissionais.

Embora a reprodução assistida não seja a única forma de mulheres lésbicas terem filhos - pode também ser por adoção, relacionamentos heterossexuais anteriores, co-parentalidades, esta foi a forma encontrada por 6 das 7 entrevistadas, como veremos a seguir.

Todas as mulheres entrevistadas se reconhecem como lésbicas, o que nos traz uma questão desafiadora e potente. Que termo usar? Maternidade lésbica? Dupla maternidade lésbica? Mãe lésbica? O que caracteriza uma maternidade como lésbica? Uma mãe lésbica determina uma maternidade lésbica, qualquer que tenha sido a procedência das crianças, desejadas e gestadas ou não no seio de uma relação entre mulheres que assim se reconheçam? Essas são questões que acompanham este trabalho e voltarão de diferentes formas durante a tese.

Das sete entrevistas que fiz, uma foi com uma mãe lésbica que só entendeu sua lesbianidade depois de ter sido casada e tido uma filha e um filho com seu ex marido, ao passo que as outras seis entrevistadas já se compreendiam lésbicas antes da maternidade, mesmo quando o primeiro relacionamento com outra mulher foi com a outra mãe de sua (seu) filha (o). Duas entrevistadas afirmam que o processo de divórcio é oriundo do processo de gravidez e nascimento da (s) filha (s). Além disso, somente duas das mães entrevistadas não geraram suas (seus) filhas (os) e três engravidaram através da ROPA. Três das quatro mães entrevistadas

³ A sigla ROPA vem do inglês “Reception of Oocytes from Partner”. Detalhando melhor, trata-se de uma das possibilidades da fertilização in vitro (FIV), onde o óvulo de uma das mulheres é fecundado e inserido no útero da outra, assim as duas participariam biologicamente do processo de concepção.

sempre quiseram ser mãe. E duas das mães que entrevistei são um casal que mora nos Estados Unidos atualmente, todavia são brasileiras.

Quase todos os nomes utilizados nesta pesquisa são fictícios e foram escolhidos por mim, respeitando a Resolução 196 do Conselho Nacional do Conselho de Saúde (1996). O que ficou acordado com as mães que entrevistei foi que sua identidade e de suas filhas e filhos ficariam em anonimato a fim de preservar a intimidade e a segurança de suas famílias. A única mãe com quem realizei um combinado diferente foi Ana, que é uma figura pública e alegou já ter participado de entrevistas públicas em rádios e programas de tv, onde tratou exatamente das mesmas questões, e portanto, poderia manter o seu nome e o de seu filho, que também já participou de entrevistas públicas e é maior de idade. Assim sendo, o nome de Ana e de sua família são os únicos que não são fictícios.

Através do relato, do olhar para a própria história em retrospecto, dos impactos e atravessamentos de nossos encontros, apresento a história destas mães. Utilizo ainda alguns trechos de nossas conversas por acreditar que ali nas palavras dela estão as ideias que sublinho aqui como relevantes para este contato inicial com suas histórias.

Lúcia

A primeira mãe que entrevistei trabalha com pesquisa de mercado e marketing e internet. Eu estava muito apreensiva ao entrevistá-la, por ser minha primeira experiência como entrevistadora, mas senti um esforço de Lúcia para me deixar à vontade dizendo que ela trabalha com pesquisa de mercado e que sabe das burocracias necessárias para entrevistas e que eu poderia perguntar o que desejasse, sem problemas. Ela é uma mulher sensível e tranquila.

Lúcia é mãe de Lua e ex-esposa de Tereza. Cheguei no perfil do Instagram dela e de sua esposa quando uma fotógrafa lésbica que eu sigo postou o ensaio fotográfico da gravidez das duas. Lúcia e Tereza foram as primeiras mães com outra mãe que segui e acompanhei relatos de maternidade via rede social. As duas são paulistas e, atualmente, dividem os cuidados com a filha, pois estão divorciadas. Lúcia e Tereza mantêm uma boa relação: Lúcia diz que são grandes amigas e que têm uma forma muito parecida de olhar o mundo, sobretudo no que tange à criação de Lua.

Lúcia fez questão de me dizer que não performa feminilidade. Acredita que para falar sobre si é preciso falar também sobre sua sexualidade, afirma que por não performar feminilidade, a sua sexualidade fica mais aparente do que a da outra mãe de Lua, que é “feminina”.

Mas eu falo muito sobre o fato de ser uma mulher lésbica, uma mulher que não performa feminilidade e eu acho que me posicionar como mãe e como mulher que não performa feminilidade também, é diferente assim na internet, eu acho que a minha bandeira é meio que essa, né? Ser uma mulher caminhão, que não performa e mãe com outra mãe. (Lúcia)

Lúcia conta que sempre quis ser mãe e que quando se percebeu lésbica, começou a se informar: “Sabia que seria mais difícil, sabia que eu teria que achar uma outra mulher que tivesse o mesmo desejo que eu; sabia que não ia ser por acidente, e isso é bom; mas sempre achei que fosse possível, sempre tive desejo de ser mãe”. (Lucia)

Rita

Rita é consultora imobiliária e é casada com Nicole, a outra mãe de seu filho Gael e sua filha Olívia, gêmeos. Ela gosta muito de conversar e de falar, é uma ótima contadora da história da própria vida. Tivemos uma conversa animada e descontraída sobre o tema, mesmo quando o assunto ficou impactante e até pesado, quando ela relata assuntos delicados da gravidez, parto e pós parto.

Assim como as mães de Lua, o casal Rita e Nicole também pensa muito parecido quanto à criação de sua filha Olívia e seu filho Gael. O casal também mora na cidade de São Paulo e tiveram uma experiência de indução à lactação (onde as duas mães amamentaram). Além disso, continuam mantendo uma relação de casal muito próxima e feliz. Enquanto algumas mães que entrevistei apontaram o impacto da maternidade na vida do casal como um dos motivos que levaram ao divórcio, Rita diz que ela e Nicole formam uma ótima dupla, no sentido de equipe e que, mesmo com as dificuldades cotidianas para conciliar todas as funções, sentem-se cada vez mais próximas e fortalecidas. E isso inclui a esfera do casamento na relação que as duas constroem. Rita participou de uma ovodoação no processo de gravidez:

a gente descobriu que existia o processo da ovodoação, que se você doasse seus óvulos você conseguia um abatimento de 100% do processo. Hoje é um pouco diferente lá, mas na época a gente descobriu que se eu pudesse doar metade dos óvulos o nosso tratamento sairia de graça. Então a gente optou por fazer com meus próprios óvulos, porque eu fiz a doação. E isso pra mim também era uma coisa importante de sentir que eu tava de alguma certa forma retribuindo alguma coisa pro universo. Eu vou ganhar...vou ganhar não, né, a gente vai acessar um banco de sêmem, mas alguém foi lá e doou esse sêmem, então nada mais justo do que doar, retribuir com esses óvulos e aí fizemos o tratamento pra eu gestar. E era uma FIV por causa da ovodoação, uma coisa foi gerando...foi acarretando a outra, assim. (Rita)

Paola

Já Paola foi uma mãe que Lúcia intermediou o contato. Quando foi entrevistada ela estava em processo sensível, de divórcio da mãe de sua filha, Beatriz.

Paola e Milena, sua ex esposa, também são paulistas e têm uma configuração familiar diferente das outras duplas de mães. Nos casos que entrevistei, as mães que geraram ficaram em casa enquanto a mãe não gestante conseguiu tirar apenas licença paternidade (que no Brasil dura até 20 dias) ou enfrentaram uma longa burocracia para que as duas tivessem direito à licença que lhes cabe: licença maternidade. Já na história de Paola e Milena a divisão foi um pouco diferente, Milena saiu do trabalho em que estava e abriu o próprio negócio (uma marcenaria de móveis infantis) para conseguir assumir os cuidados integrais de Beatriz, enquanto Paola voltou ao trabalho em uma empresa de exportação em poucos meses, onde exercia o ofício até o momento da entrevista.

Paola sofreu bastante no processo de amamentação, e precisou fazer uma cirurgia devido a uma infecção daí decorrente, então, diferente das outras mães entrevistadas, ela relata que a amamentação foi a parte mais difícil do puerpério.

Quando conheceu sua ex esposa, Paola já tinha muito bem definido que gostaria de engravidar e deixou isso explícito para ela:

(...) quando eu conheci a Milena eu já deixei isso muito claro, eu falei: olha eu quero ser mãe, quero ser em um curto espaço de tempo e a gente sempre conversou muito sobre isso. Quando eu conheci ela, ela não pensava sobre isso, ela tinha 25 anos na época mas não tinha... acho que ela até pensava: ah algum dia eu quero ter filhos mas nunca parou para pensar nesse assunto, né. Então a gente já começou a namorar já sabendo desse meu desejo e urgência desse meu desejo. E ela nunca quis engravidar então nunca foi uma questão, sempre o desejo de engravidar foi meu, então isso já estava muito claro na nossa cabeça. (Paola)

Ana

Fiz contato também com a Ana, mãe de dois adolescentes que atualmente vive separada da outra mãe de seus filhos, com quem casou justamente pelo projeto parental, ou seja, pelo desejo de ambas de construir uma família juntas, mesmo sem referências ou apoio social, inclusive no que tange à legislação.

Ana é advogada e teve importância na luta de mulheres lésbicas no Brasil no que diz respeito à reprodução assistida e visibilidade lésbica. Também foi a primeira mulher lésbica a fazer inseminação artificial com outra mulher no país.

Bom, eu sabia que eu iria fazer, mas ainda eu ainda me achava muito jovem para ser mãe, eu sabia que eu queria, mas eu ainda me achava muito jovem. Então foi um processo que eu fui desenvolvendo devagar também. Então assim, primeiro eu quero ter minha segurança financeira, ter casa, porque eu não quero depender de ninguém. Se ninguém concordar com a minha ideia, eu pelo menos tenho que poder me bancar e poder bancar esse projeto. E assim eu fiz, né. Eu fui pesquisando. Na época, com a pessoa que eu era casada (...) Talvez agora não tanto, né, mas na época que eu fiz, eu fui a primeira a ter feito no Brasil, a primeira mulher lésbica a ter feito no Brasil por inseminação artificial por doador anônimo dentro de uma relação homoafetiva. (Ana)

Isabela

Entrevistei Isabela por indicação de Lúcia e foi ela quem me indicou entrevistar sua esposa, Maitê. Nossa conversa foi leve e profunda ao mesmo tempo, visto que ela me narrou fatos de sua vida, suas visões políticas do Brasil e dos Estados Unidos, onde mora atualmente, junto de suas dificuldades e atravessamentos de ser a primeira mãe com outra mãe no país a fazer dupla amamentação e amamentarem juntas na maternidade.

Isabela atualmente mora nos Estados Unidos com sua esposa e os gêmeos Martin e Rebeca e trabalha com marketing na empresa para a qual foi transferida de São Paulo. Isabela foi quem gestou, através do método ROPA, com o óvulo de Maitê. Interessante dizer que tanto Isabela, quanto Maitê e Paola dizem que se fosse hoje em dia não fariam o método ROPA, por compreenderem através da convivência com suas filhas e filho, que genética não tem necessariamente a ver com maternidade.

(...) nós estávamos grávidas, a gente, assim... e antes de ter filho tem um monte de coisa que parece importante que hoje em dia eu não acho importante, genética pra mim é zero importante hoje em dia. O único papel da genética, eu acho, hoje em dia, na minha vida, tem a ver com doença, tipo entender predisposição a certos tipos de doença e tal. Mas antes d'eu ter filho, eu tinha a pira da genética, a gente fez uma inseminação cruzada, então eu engravidei, eu gestei, eu gerei, óvulos da Maitê com um doador anônimo (Isabela).

Maitê

Maitê é publicitária e, atualmente, vive nos Estados Unidos com sua esposa Isabela, a filha e o filho (gêmeos), devido à transferência de Isabela de São Paulo para lá.

Maitê foi a primeira mãe não gestante com outra mãe a amamentar em uma maternidade no Brasil: no hospital Albert Einstein em São Paulo. Maitê chamou atenção para como é ser a mãe não gestante, a mulher que também vai ser mãe, mas não tem a barriga grávida, logo, não tem a mesma atenção que a mãe gestante.

A maternidade onde Rebeca e Martin nasceram criou um protocolo de amamentação dupla em caso de duas mães devido a elas.

(...) foi muito interessante porque assim os bebês nascem, eles nasceram com trinta e três semanas e ainda não podia mamar, porque ainda não tem a maturidade neurológica para sugar. Até isso a gente aprende na vida, eu não sabia, descobri quando eles nasceram. Então quando eles nascem antes de trinta e quatro semanas eles não conseguem ir pro peito mamar, eles tem que aprender a mamar, então eles recebem o leite por uma sonda que vai do nariz até o estômago. Então enquanto isso a mãe vai tirando o leite e eles vão, do banco de leite do próprio hospital organizando para sua criança ter o leite que você tirou. Então não é um leite de doação, é um leite da mãe, da própria mãe. E aí eu já tava tirando leite, né, eu já tava com leite porque eu já tava fazendo a indução de lactação, já tava tirando leite em casa, mas já tava descartando. E aí quando eu cheguei lá eu falei: beleza, vamos nós duas tirar o leite, né, afinal de contas somos duas mães com leite aqui, mais leite para esses bebezinhos. E não tinha protocolo no Einstein, como é que faz? Mistura o leite das duas, não mistura? A gente não acompanhou esse processo, mas a minha pediatra falou depois pra gente que, assim, a primeira nutricionista que pegou o nosso caso falou assim: não, não pode, porque é amamentação cruzada, né, que eles chamam de amamentação cruzada é uma mãe dando leite para a outra criança. E aí a minha pediatra falou assim: não, não é amamentação cruzada, é tipo, são duas mães amamentando o filho, é outra coisa. E aí o chefe da pediatria do Einstein virou e falou assim: não, pera, não tem protocolo a gente precisa desenvolver porque essas mães são as primeiras, mas certamente não serão as últimas mães lésbicas que apareçam aqui. Então no Einstein, em São Paulo, a metrópole do Brasil, não tinha protocolo para duas mães em uma posição como a nossa. Então eles desenvolveram protocolo na hora, a gente não sabia disso (Maitê).

Celina

A última mãe que apresento é Celina que, diferente das descritas até aqui, é a única que não teve um projeto parental junto de outra mulher, ou seja, ela planejou e teve sua filha e seu filho junto de seu ex marido. Foi durante o casamento com ele que percebeu sua lesbianidade. O que antes era desconfiança veio à tona de forma muito forte durante o casamento, e desde então, vem experimentando o que é ser uma lésbica que “se descobriu” quando já era mãe, sobretudo por se relacionar erótico-afetivamente também com mulheres que experimentam a mesma configuração de família que ela. A escolha por entrevistar Celina é justamente por compreender que ser uma mãe lésbica tem especificidades que se constroem de acordo com a identidade sexual da mãe, independente de ela estar ou não em um relacionamento que condiz com seu desejo, com quem ela é. E, por este mesmo motivo, Celina não aparece nas discussões de dupla maternidade, mas nas de maternidade lésbica. Ela se identifica assim.

Conheci Celina através de uma amiga do grupo de mulheres, relatado na introdução deste trabalho. Celina é mãe de Cecília e de Valentin, que nasceram durante o casamento com seu ex-marido. A experiência dela é marcada por só ter conseguido olhar para sua lesbianidade na vida adulta, com alguns desejos quando era jovem, mas sem dar muita credibilidade a eles. E se entende realmente lésbica quando já era mãe e estava em um casamento heterossexual. Celina só colocou a maternidade como possibilidade em sua vida devido ao desejo de seu ex-marido, que queria muito ser pai. Hoje, ela define a maternidade como o que traz centralização

em sua própria vida e, em nossa conversa, narra as dores e delícias de se relacionar erótico-afetivamente com mães (majoritariamente) solo que tiveram filhos de relações heterossexuais.

Primeiro que eu acho maravilhoso você estudar essa diferença, por que embora eu nunca tenha pensado necessariamente na diferença, nunca parei pra pensar sobre esse assunto de uma forma pontual pra estruturar um raciocínio lógico e tentar entender as diferenças, eu sempre senti a diferença porque eu tô exatamente nesse lugar onde ninguém olha, assim a sensação que eu tenho é de fato uma invisibilidade, um lugar de...Ah, todo mundo quando fala de maternidade lésbica, tá falando de duas mães que optaram por ter um filho. né? E aí ninguém considera mulheres lésbicas que não estão dentro de um relacionamento lésbico ou dentro de um relacionamento, dentro de qualquer formato. Pra mim isso sempre foi uma agonia, eu ficava pensando “gente, como que faz pra compreender essa mãe que sou eu no caso, né? Dentro de uma realidade lésbica e se relacionando com outras mulheres que são mães, entendeu? Então assim, é um espaço que tem até muito assunto, né, tem muita necessidade de olhar. (Celina)

Paola, Lúcia, Isabela e Maitê relatam em suas entrevistas sobre a necessidade das mães estarem seguras quanto à própria sexualidade e a legitimidade enquanto família a fim de fortalecer a criança para que se sinta segura consigo mesma e com a família que ela tem.

Segue uma tabela que resume características de cada entrevistada:

Nome	Idade	Profissão	Escolaridade	Estado Civil/ Está com a outra mãe?	Gestou?	Amamentou?	Quantas (os) filhas (os)?	Nome/Idade das (os) filhas (os)	Qual método de Reprodução Assistida?
Ana	57	Advogada e ativista	Superior completo	Casada/ Não	Sim	Sim	2	André/20 e Ana/16	Inseminação Artificial (IA)
Celina	43	Publicitária	Superior completo	Namorando/ Não	Sim	Sim	2	Cecília/10 e Valentim/8	Nenhum (filhos de casamento heterossexual anterior)
Isabela	39	Marketing	Superior completo	Casada/Sim	Sim	Sim	2	Martin e Rebeca/6	ROPA
Lúcia	29	Pesquisa de mercado e internet	Superior completo	Namorando/ Não	Não	Não	1	Lua / 5	IA
Maitê	4	Publicidade e	Superior completo	Casada/Sim	Não	Sim	2	Martin e Rebeca/5	ROPA
Paola	35	Exportação	Superior completo	Solteira/Não	Sim	Sim	1	Beatriz/4	ROPA
Rita	34	Consultora Imobiliária	Superior completo	Casada/Sim	Sim	Sim	2	Gael e Olívia /5	IA

Na junção entre cartografia feminista e feminismo decolonial - ou quem sabe, uma cartografia feminista decolonial ou um feminismo decolonial cartográfico - pretendo pluralizar

ao máximo minha forma de percepção, ao mesmo tempo, explorar a percepção de cada uma das entrevistadas sobre si mesma, sobre o próprio mundo e a própria história. Compreendendo que cada história é diferente da outra, possui singularidades. Como diz a cartógrafa argentina Sandra Hoyos em seu vídeo disponível no youtube “Cartografía feminista: Interseccionalidad, Sandra Hoyos (UNITV) - Canal Encuentro”: “não somos somente uma coisa, por isso não nos oprimem somente de uma maneira” .

2. FEMINISMO DECOLONIAL E SEXUALIDADE: UMA PINCELADA NA HISTÓRIA, COLHENDO ALGUNS EFEITOS

Para a psicóloga boliviana Maria Galindo (2016), o território e as mulheres são vistos e tratados da mesma forma: como algo que se pode invadir e dominar.

Durante o período colonial no Abya Yala os corpos das mulheres, além das violências em comum a todas as pessoas escravizadas, também sofreram exploração sexual, o que continua a acontecer, ainda no século XXI. Ilustro este parágrafo com um pixo do Coletivo Boliviano Mujeres Creando pelas ruas de La Paz:



Figura 4 - Ni la tierra ni las mujeres somos territorio de conquista!⁴

De acordo com Maria Galindo (2016), a sociedade patriarcal que conhecemos hoje é o resultado do que vem sendo construído ao longo dos séculos. A desvalorização do trabalho das mulheres, seja no cuidado com a casa, seja no mercado de trabalho; o julgamento da conduta de mulheres; a violência obstétrica; a falta de discussão acerca da maternidade; a cultura do estupro; o trabalho de limpeza da casa e cuidado com crianças filhas (os) de patrões; entre outras violências relacionadas ao que significa ser mulher atualmente gera a necessidade de olhar para trás, para a história.

O sistema capitalista começou na Europa no século XV e foi implantado do lado de cá do Oceano Atlântico, no Abya Yala, quando os europeus invadiram e saquearam este continente durante seus impérios.

Do lado de lá, apesar de o trabalho de mulheres já ser desvalorizado na Europa feudal, quando o capitalismo foi implementado, as mulheres tornaram-se ainda mais subalternas aos

⁴ Disponível em <https://yekuana.tumblr.com/post/151545122458/ni-la-tierra-ni-las-mujeres-somos-territorio-de> acessado em 25/07/2021 às 11:34h)

homens, visto que o trabalho com cuidado passou a ser visto como inferior, e foi feminilizado, consequentemente, empobrecido, como elucida a filósofa e professora italiana Silvia Federici (2017):

A dependência das mulheres em relação aos homens na comunidade servil estava limitada pelo fato de que, sobre a autoridade de seus maridos e de seus pais, prevalecia a autoridade dos senhores, que se declaravam em posse das pessoas e da propriedade dos servos e tentavam controlar cada aspecto de suas vidas, desde o trabalho até o casamento e a conduta sexual. (FEDERICI, 2017, p. 152)

Para além disso, este momento antecede ao pronunciamento da divisão sexual do trabalho, ou seja, não existia separação social, e portanto hierárquica, entre o que hoje conhecemos como produção de bens e reprodução da força de trabalho:

(...) na sociedade medieval, as relações coletivas prevaleciam sobre as familiares e a maioria das tarefas realizadas pelas servas (lavar, fiar, fazer a colheita e cuidar dos animais nos campos comunais) era realizada em cooperação com outras mulheres, nos damos conta de que a divisão sexual do trabalho, longe de ser uma fonte de isolamento, constituía uma fonte de poder e de proteção para as mulheres. Era a base de uma intensa sociabilidade e solidariedade feminina que permitia às mulheres enfrentar os homens, embora a Igreja pregasse pela submissão e a Lei Canônica santificasse o direito do marido a bater em sua esposa. (FEDERICI, 2017, p. 53)

Diferente do que aprendemos no período escolar, a sociedade feudal era composta por uma constante luta de classe entre os feudos e, sobretudo, entre aldeões (ões) e senhores feudais. As lutas entre camponesas (es) e senhores feudais eram capazes de produzir mudanças nas relações de poder entre os gêneros, bem como entre as classes sociais e econômicas.

Foi a partir desta aliança entre os artesãos e as autoridades das cidades, junto com a contínua privatização da terra, que se forjou uma nova divisão sexual do trabalho (...) De acordo com este novo contrato social-sexual, as mulheres proletárias se tornaram para os trabalhadores homens substitutas das terras que eles haviam perdido com os cercamentos, seu meio de reprodução mais básico e um bem comum de que qualquer um podia se apropriar e usar segundo sua vontade. (...) Porém, na nova organização do trabalho, todas as mulheres (exceto as que haviam sido privatizadas pelos homens burgueses) tornaram-se bens comuns, pois uma vez que as atividades das mulheres foram definidas como não trabalho, o trabalho das mulheres começou a se parecer com um recurso natural, disponível para todos, assim como o ar que respiramos e a água que bebemos. Esta foi uma derrota histórica para as mulheres. Com sua expulsão dos ofícios e a desvalorização do trabalho reprodutivo, a pobreza foi feminilizada. (...) na Europa pré-capitalista, a subordinação das mulheres aos homens esteve atenuada pelo fato de que elas tinham acesso às terras e a outros bens comuns, enquanto no novo regime capitalista as próprias mulheres se tornaram bens comuns, dado que seu trabalho foi definido como um recurso natural que estava fora da esfera das relações de mercado.(FEDERICI, 2017. p.:191)

Federici (2017) aponta que o sistema capitalista surgiu como uma resposta à luta de camponesas (es) e artesãs (ãos) contra a classe feudal. Segundo ela, o capitalismo surge como

uma resposta a esta luta, ou seja, como uma contrarrevolução e não como um progresso do sistema feudal. As mulheres foram muito importantes neste momento histórico de luta.

A partir do desenvolvimento do capitalismo na Europa inicia-se a divisão sexual do trabalho, isto é, o trabalho de produção foi distinguido do trabalho de reprodução. Neste momento, o trabalho dos homens passa a ser o de produção, de sair para trabalhar fora de casa (geralmente em fábricas) e, portanto, assalariado. Em contrapartida, como ressalta Federici (2017), as mulheres ficaram responsáveis pela reprodução da vida e da força de trabalho, porém isso não lhes garantia salário ou valorização.

O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. A imposição dessas categorias dicotômicas ficou entretecida com a historicidade das relações, incluindo as relações íntimas. (LUGONES, 2014, p.:3)

Deste ângulo, o capitalismo pode ser sinônimo de desvalorização sistemática do trabalho de mulheres, bem como de apropriação de nossos corpos. Eu demorei a compreender o que significava o trabalho de reprodução e força de trabalho, mas trata-se de converter o corpo das mulheres em máquinas que, literalmente, reproduziam em seus corpos potenciais trabalhadores. Para tal, eram utilizadas penalizações do aborto e dos métodos contraceptivos, práticas corporais que até então era algo sobre o que as mulheres tinham autonomia.

A desvalorização capitalista do trabalho reprodutivo foi um marco da perda de controle das mulheres sobre os próprios corpos. Foi com a instauração do capitalismo que a maternidade passou a ser atribuída à mulher como destino *único* e *natural*. Como se gerar e criar crianças fosse a função de corpos que nasceram com útero e foram socializados como mulheres, como se fosse a própria serventia de nossas vidas. Ser mãe compulsoriamente e mais, ser apenas mãe anulando-se como sujeito foi algo inventado e imposto pelo capital.

No início do capitalismo a família tradicional composta por um homem e uma mulher vai ganhando contornos mais precisos, onde mulheres eram subordinadas aos homens justamente pela visão desvalorizada deste gênero e a falta de acesso ao dinheiro, que movimenta o Sistema. De acordo com a professora brasileira Tânia Navarro Swain:

A representação social das mulheres, centrada sobre a maternidade, institui uma imagem da “verdadeira mulher” e cria igualmente um corpo sexuado, o corpo feminino. Este corpo não é, nesta ótica, uma superfície pré-existente sobre a qual se modelam os papéis e valores sociais; é uma invenção social que sublinha um dado biológico, cuja importância, culturalmente variável, torna-se um destino natural e

incontornável para a definição do feminino. Certas teorias feministas discutem atualmente a criação do sexo pelo gênero, a criação do corpo pelo papel social atribuído às mulheres. A adoção de uma identidade nômade, em movimento, processo de construção de “mim” fora das representações sociais correntes poderia ser tomada como uma estratégia política de transformação do sistema sexo/gênero. (SWAIN, 2021, p. 13)

De acordo com Federici (2017), o capitalismo transformou as mulheres em servas dos homens, em outras palavras, homens camponeses e artesãos perderam suas terras na passagem do feudalismo para o capitalismo, porém obtiveram uma serva, uma mulher que se tornara esposa, mãe e empregada. Os antes senhores feudais ganharam então mão de obra para produção em suas fábricas, os homens camponeses ganharam servas. E as mulheres?

Logo, tal sistema tem como base de apoio a desvalorização das mulheres e a criação de hierarquias sociais, isto é, hierarquias de raça, gênero, sexualidade e classe. O efeito disso é a redução de custos de produção da classe trabalhadora.

É importante compreender que perceber o trabalho de manutenção da casa e da família como inferior se deve às condições capitalistas. A motivação para trabalhar torna-se o salário, e o trabalho dentro de casa, não remunerado, passa a ser visto como inferior ao trabalho fora de casa, ou mesmo sequer é visto como trabalho.

Se antes da invasão europeia a este continente não havia divisão sexual do trabalho ou recortes de gênero, com a colonização do Abya Yala veio junto esta noção. A ideia da *caça às bruxas* na Europa, do lugar social que as mulheres brancas devem ocupar, foi trazida para as Américas junto da colonização, que durou três séculos, e foi um importante marco de apoio à construção de um novo papel social da mulher e do trabalho.

No Brasil Colônia, por exemplo, a mulher branca que chegara da Europa, a única que não foi escravizada pela sua racialidade, deveria ser obediente, submissa e se abster dos prazeres sexuais, bem como de expressar sua opinião⁵. E estes eram exemplos de mulher a serem seguidos e modelos sociais que o feminismo se esforça em extinguir até os dias atuais: mulheres que são desencorajadas de expressar suas opiniões, desejos, sexualidades, etc. Este é um dos motivos, portanto, que retrata como é importante e revolucionário enxergar a construção do capitalismo pela ótica da história das mulheres.

Federici (2017) acredita na importância de estudar a caça às bruxas na América por achar que atingiu um grupo mais amplo que na Europa. Aqui no Abya Yala este processo

⁵ Dizia-se que mulheres falam demais e criavam conflitos com suas opiniões. Nesta época, usava-se em mulheres o mesmo objeto preso à cabeça e que tapava a boca de pessoas escravizadas no Período Colonial no Brasil.

abrangeu mulheres não escravizadas (brancas), mulheres escravizadas (indígenas e negras) e homens escravizados.

A Inquisição chegou ao Brasil nos barcos europeus entre 1570 e 1580, criminalizando pessoas que não queriam ir às missas da Igreja Católica ou que praticavam (o que os europeus consideravam como) magia. Um dos castigos aplicados àqueles que não se rendiam à Inquisição era levá-las para Lisboa, onde eram presas e torturadas (Federici, 2017).

Não é exagero dizer que as mulheres eram tratadas com a mesma hostilidade e com o mesmo senso de distanciamento que se concedia aos “índios selvagens” na literatura produzida depois da Conquista. O paralelismo não é casual. Em ambos os casos, a depreciação literária e cultural estava a serviço de um projeto de expropriação. Como veremos, a demonização dos povos indígenas americanos serviu para justificar sua escravização e o saque de seus recursos. Na Europa, o ataque contra as mulheres justificou a apropriação de seu trabalho pelos homens e a criminalização de seu controle sobre a reprodução. O preço da resistência era, sempre, o extermínio. Nenhuma das táticas empregadas contra as mulheres europeias e contra os sujeitos coloniais poderia ter obtido êxito se não tivesse sido sustentada por uma campanha de terror. No caso das mulheres europeias, foi a caça às bruxas que exerceu o papel principal na construção de sua nova função social e na degradação de sua identidade social. (FREDERICI, 2017, p. 203)

Assim, a ideia que hoje perpetuamos em nossa cultura de diferenciação do então chamado *sexo oposto* é oriunda da Colonização do Abya Yala. O gênero se constrói a partir de uma perspectiva social e, diferente do período pré-colonizatório, compreendemos os gêneros de forma biologizante, binária e carregado de opressões e submissões. Em outras palavras, o que se entende como gêneros nesta sociedade é colonizatório.

Antes da chegada dos colonizadores, esta diferença não era marcada, o que quer dizer que os sujeitos não eram divididos em grupos sociais no que tange ao conceito de maioria e de minoria.

O sistema de gênero é não só hierárquico mas racialmente diferenciado, e a diferenciação racial nega humanidade e, portanto, gênero às colonizadas. (...) o gênero é uma imposição colonial. Não apenas por se impor sobre a vida vivida em sintonia com cosmologias incompatíveis com a lógica moderna das dicotomias, mas também por habitar mundos compreendidos, construídos. E, conforme tais cosmologias, animaram o ente-entre-outros/as em resistência a partir da diferença colonial e em sua tensão extrema. (LUGONES, 2010, p. 942)

Para exemplificar, Lugones (2010) conta que na Bolívia os termos para designar homens e mulheres antes da colonização eram *koshskalaka*, *chachawarmi* e *urin*, ou seja, existia uma diferenciação. Porém esta diferença não determinava o que é ser homem ou o que é ser mulher, era apenas uma forma de estar no mundo de acordo com como cada sujeito se identificava ou era identificado, não havia opressão de gênero.

Ampliando este fato para todo o sul da América, fica nítido que o que entendemos como gênero atualmente é também o resultado da colonização europeia.

A missão civilizatória usou a dicotomia hierárquica de gênero como avaliação, mesmo que o objetivo do juízo normativo não fosse alcançar a geração dicotomizada dos/as colonizados/as. Tornar os/as colonizados/as em seres humanos não era uma meta colonial. A dificuldade de imaginar isso como meta pode ser vista nitidamente quando percebemos que a transformação dos/as colonizados/as em homens e mulheres teria sido uma transformação não em identidade, mas em natureza. E colocar os/as colonizados/as contra si próprios/as estava incluído nesse repertório de justificações dos abusos da missão civilizatória. A confissão cristã, o pecado e a divisão maniqueísta entre o bem e o mal serviam para marcar a sexualidade feminina como maligna, uma vez que as mulheres colonizadas eram figuradas em relação a Satanás, às vezes como possuídas por Satanás (LUGONES, 2014, p. 313)

De acordo com a professora brasileira Francine Oliveira (2015), antes do período colonizatório as relações afetivas, amorosas, sexuais entre as pessoas se constituíam infinitas formas de coexistência, que variavam conforme as crenças, experiências, vivências, interpretações e rituais de cada grupo. Termos como homossexualidade, tão corriqueiros, e que nos remete não apenas à relação sexual entre pessoas de mesmo gênero, mas a todo um conjunto de disputas de poder, não se aplicavam a uma sociedade que não estava estruturada em função de dois gêneros. A partir do momento em que colonizadores invadem este território e começam o processo de docilização de quem aqui estava, a sexualidade é domada e entendida a partir de certos parâmetros.

À época da colonização da América Latina, no século XVI, viajantes europeus relataram a presença de índios e índias sodomitas no Novo Mundo (“sodomia” era a palavra usada para se referir a qualquer prática sexual “não-natural”, incluindo homoerotismo, sexo anal, oral etc.). Esses atos eram vistos pelos colonizadores como pecaminosos e selvagens, e junto com a catequização dos nativos vieram também as tentativas de apagamento do histórico dessas práticas. (OLIVEIRA, 2015, p. 2)

Segundo a professora estadunidense Tanya Saunders (2016), o cristianismo na Europa Ocidental, que teve uma forte influência na vida das pessoas, conta a história a partir da lógica do criacionismo. Nele, Eva foi criada por deus a partir da costela de Adão, logo, todo o universo (vida, mulheres, homens, lugares) foi construído e é governado por um deus onipotente e onipresente que tudo sabe, vê e controla. Esta lógica nos foi importada e ainda hoje vivemos a partir dela.

Entre os muitos fatores da importância da Igreja na colonização do Sul da América está a disseminação do criacionismo que entende Adão e Eva como casal modelo: heterossexuais, monogâmicos, brancos e cristãos.

Nas tradições cristãs da Europa Ocidental é ensinado que no início o homem e a mulher foram criados. Ignorando a história de Lilith, o cristianismo da Europa Ocidental começa com a criação de Adão e depois Eva, como um apêndice de Adão. No entanto, na leitura das primeiras narrativas cristãs após os movimentos científicos (sociais) do século XIX, aqueles que procuraram categorizar e classificar diferentes tipos de humanos, há uma confusão do texto religioso com o conhecimento científico. Ou seja: desde o início (novamente ignorando Lilith), Homem e Mulher são heterossexuais. Eles também são brancos, burgueses e, claro, cristãos. Além disso, nessa narrativa a Mulher é a companheira do Homem, ela deveria obedecer ao Homem, servir ao Homem, carregar seus filhos e como a companheira sexual que só pertence a ele, se ela possui algum desejo sexual, este era apenas em relação ao Homem a quem ela deveria servir. Essa lógica não muda durante as revoluções sociais burguesas do Ocidente. (SAUNDERS, 2017, p. 106)

Essa perspectiva marca o imaginário, ainda que nem todas as pessoas sejam cristãs, acreditem em deus ou optem por esta versão de criação do mundo, em detrimento da versão científica. Para além do mito das nossas origens, ficam impregnados os valores que marcam as relações de gênero.

A fim de reinventar a lógica de dominação masculina, o que compreendemos como Feminismo teve início nos Estados Unidos na década de 60 e tinha por objetivo libertar as mulheres dos padrões de gênero e, mais tarde, de sexualidade com o surgimento do Feminismo Lésbico na década de 70. Curiosamente este movimento tem um pressuposto próximo ao das reuniões de mulheres que foram estigmatizadas de *bruxas* em 1450 - perseguição que durou cerca de três séculos: ser um espaço de acolhimento e proteção de/entre mulheres que reivindicava/objetiva garantir direitos equitativos. Adequando-se ao espaço-tempo, o Movimento Feminista faz transições na tentativa de abarcar todas as mulheres, compreendendo que existem subgrupos inseridos nos grupos de minorias. Logo, o Feminismo é um movimento de autonomia por se propor a oferecer instrumentos a mulheres para que melhor nos compreendamos e nos articulemos entre nós mesmas, quanto mais contato temos conosco, mais sentido faz pensar em vertentes dentro do movimento que contemple cada mulher. Como Lugones (2014) aponta no início de seu artigo “Rumo a um feminismo descolonial”:

(...) feminismo não fornece apenas uma narrativa da opressão de mulheres. Vai além da opressão ao fornecer materiais que permitem às mulheres compreender sua situação sem sucumbir a ela. Começo aqui a fornecer uma forma de compreender a opressão de mulheres subalternizadas através de processos combinados de racialização, colonização, exploração capitalista, e heterossexualismo. (LUGONES, 2014, p.:2)

Embora tenha uma origem transgressora por si só, o movimento feminista tem um alcance restrito, sobretudo no que tange às interseções de raça, identidade de gênero e sexualidades, e isto se deve a sua origem branca, cis e europeia-estadunidense. Entretanto, se

afirmando enquanto movimento, o Feminismo produz e abarca diferentes vertentes, compreendendo a existência de diferentes mulheres.

Lutamos muitos anos com diferentes instrumentos e de diferentes formas, pois o movimento passou por uma longa história, mas, basicamente, reivindicamos a necessidade de construir um movimento feminista heterogêneo. Essa homogeneidade dentro do feminismo latino-americano, em geral, de mulheres jovens brancas, profissionais, de classe média, é uma homogeneidade que nos entedia, que nos incomoda e que não nos interessa. (GALINDO, 2016, p.

Como pista para saídas, Galindo diz que, na Bolívia, ela e o coletivo Mujeres Creando utilizam-se das ruas para propagar a ideia feminista: “Defendemos que o cenário político mais importante para o feminismo é a rua e trabalhamos partindo da rua. Nós convertemos a rua, fizemos da rua nosso fórum político principal” (GALINDO, 2016, p.:3)

O movimento feminista também promove a discussão do que é ser mulher e, seja através de discussões amigáveis ou calorosas, encontra saídas para que a inclusão de cada mulher em sua singularidade aconteça.

(...) o feminismo é um imaginário político que trabalha o público, mas também o privado. Nem os negros, nem os indígenas, nem o mundo gay colocavam a questão do cotidiano como político, do privado como político. Esse é o potencial mais subversivo, mais importante do feminismo, isso sempre ficou de fora do imaginário patriarcal. (GALINDO, 2016, p.:6)

Mas essas discussões chegam a todas as camadas de classes sociais? Conseguem atravessar os muros da Academia?

2.1 Uma pitada de América Latina

De acordo com a filósofa brasileira Suzana de Castro (2020), o feminismo decolonial acadêmico surgiu em 2008 através de Maria Lugones, a partir de seu texto “Colonialidad y género” que tem como uma das muitas intenções entender quem é a mulher iberoamericana e qual lugar ela ocupa.

O feminismo decolonial latino-americano se junta ao movimento das mulheres negras e não brancas na reivindicação de que a questão do racismo é central no eixo da opressão patriarcal-capitalista. Não podemos pensar em feminismo brasileiro ou latino-americano sem considerar nossa herança colonial escravista. Pensar um feminismo decolonial latino-americano e brasileiro significa elaborar formas de combater um imaginário racista que considera inferior ao europeu tudo o que é oriundo das comunidades originárias e da cultura afro-brasileira. (CASTRO, 2020, p. 4)

Lugones cunhou assim o conceito de colonialidade de gênero, a partir do qual propunha entender as pessoas a partir de seu gênero e racialidade, compreendendo que existe um sistema de opressão na nossa construção enquanto sociedade.

Chamo a análise da opressão de gênero racializada capitalista de “colonialidade do gênero”. Chamo a possibilidade de superar a colonialidade do gênero de “feminismo decolonial”. A colonialidade do gênero permite-me compreender a opressão como uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados, na qual cada pessoa no encontro colonial pode ser vista como um ser vivo, histórico, plenamente caracterizado. Como tal, quero compreender aquele/a que resiste como oprimido/a pela construção colonizadora do lócus fraturado. Mas a colonialidade do gênero esconde aquele/a que resiste como um/uma nativo/a, plenamente informado/a, de comunidades que sofrem ataques cataclísmicos. Assim, a colonialidade do gênero é só um ingrediente ativo na história de quem resiste. Ao focar naquele/a que resiste situado/a na diferença colonial, minha intenção é revelar o que se torna eclipsado. (LUGONES, 2010, p. 941).

Mulheres latinas que habitaram e habitam territórios não estão no mesmo lugar social que as mulheres europeias e de outros países de renda alta. Nós vivenciamos (no passado e no presente) a experiência do mundo capitalista e, portanto, patriarcal, de forma diferente das delas. Assim sendo, é importante pensar *quem* fala e de *onde* fala, mesmo dentro dos movimentos sociais. Se na Revolução Feminista dos anos 60 a demanda era resistir à ditadura e olhar para a mulher de forma universalizante sem pensar que essas mulheres tinham cor, classe social, sexualidade e localidade, hoje as necessidades são outras, é preciso que os marcadores sociais sejam considerados.. Entendo que aquele era o Movimento Feminista possível e relevante naquele momento, porém atualmente é preciso olhar para as interseccionalidades, para os lugares que estamos enquanto oprimidas, mas também enquanto opressoras e pensar a partir deles.

O feminismo decolonial insiste na tentativa de reconstruir o olhar que se tem para este continente e, conseqüentemente, o olhar sobre si mesma (o). Pensar para além da heteronormatividade compulsória, que cria a ideia de um mundo binário, heterossexual, monogâmico, reforçando esterótipos de gênero e refutando qualquer composição que fuja deste modelo, como descreveu a professora estadunidense Adrienne Rich (2010):

As mensagens da Nova Direita dirigidas às mulheres têm sido, precisamente, as de que nós somos parte da propriedade emocional e sexual dos homens e que a autonomia e a igualdade das mulheres ameaçam a família, a religião e o Estado. As instituições nas quais as mulheres são tradicionalmente controladas – a maternidade em contexto patriarcal, a exploração econômica, a família nuclear, a heterossexualidade compulsória – têm sido fortalecidas através da legislação, como um fiat religioso, pelas imagens midiáticas e por esforços de censura. (RICH, 2010, p. 19)

É preciso falar do racismo estrutural, que escancara a nossa busca pelo embranquecimento, como elucidada a professora brasileira Lia Vainer Schucman no Ted talk intitulado “Porque queremos olhos azuis?”. No vídeo, Schucman (2017) coloca a branquitude como uma forma de ver e estar no mundo, como uma racialização predominante onde o sujeito branco aponta o outro como racializado se colocando no lugar de neutralidade racial.

O racismo no Brasil não é uma adesão. Tirando alguns poucos que se juntam ao grupos de “white power”, todos os outros aprendem a ser racistas, aprendem a ser racistas desde que nascem. (...) E o mais interessante é pensar que o racismo prega peça em todos nós. Não acredito que exista racismo “on” e racismo “off”, que você esteja ligado ou desligado. Então se a gente aprende a ser racista e não há nada de essência em ser branco ou ser negro é tudo um aprendizado, há como aprender a deixar de ser. (POR QUE queremos olhos azuis?. TEDxSaoPauloSalon. São Paulo, 2017)

A filósofa afro-caribenha Yuderkys Espino-Miñoso (2012) aponta que o processo de descolonização é também um processo de restituição genealógica do que foi perdido conforme o conhecimento científico europeu foi se instaurando, ou seja, um processo que abre, entre outras possibilidades, o de encontrar outros significados de sociedade, outros horizontes de pensamento que não tenha necessidade de serem universalmente aprovados, mas reconhecidos por cada comunidade. Produzir teorias e passar conhecimento adiante é importante, mas lendo Espinosa-Miñoso vejo que causar sensação de identificação em quem o acessa é prioridade.

(...)feminismo decolonial questiona radicalmente a leitura de um "progresso na conquista dos direitos das mulheres", que se estimou ter sido possível na Europa, EUA e alguns países "avançados" do "terceiro mundo", tornou-se a medida do horizonte para atingir o feminismo e o marxismo e outros movimentos sociais. Em primeiro lugar, porque reproduz a ideia da Europa como o início e o fim da história e da modernidade como o grande projeto de melhoria a que todos os grupos humanos devem vir; em segundo lugar, porque denunciemos a forma como este programa é uma falácia que só se sustenta graças às sombras que projeta no resto de tudo o que existe. (ESPINOSA-MIÑOSO, 2012, p. 144/145).

Espinosa-Miñoso (2014) chama a atenção, enfim, para a necessidade de romper com a dependência entre conhecimento e ciência e incorporar os conhecimentos “comunitários, indígenas, afros, populares urbanos”. Que, na América do Sul, paremos de defender estratégias políticas e, conseqüentemente, de conhecimento, que perpetuem o modelo imposto por um Estado colonial, branco e burguês. Entendendo, porém, a dificuldade enorme que há por trás deste esforço decolonial, visto que a colonialidade está enraizada em nossa constituição enquanto indivíduo e enquanto sociedade. Danielly Christina de Souza Mezzari, brasileira doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Estadual Paulista contribui com o pensamento:

Angela Donini (2017) já nos apontou para a necessidade de pensar a descolonização do corpo e do pensamento como processos que devem caminhar juntos. Ainda assim, é a própria autora também quem nos adverte do desafio que implica essa caminhada. Talvez ali, no exato momento em que me sinto mais tomada por práticas e discursos comprometidos com a invenção de outros mundos, é onde também percebo que “não é tão evidente, assim, abrir mão de ser branca – de onde isso vem e para onde isso vai?” (DONINI, 2017, p. 208).(MEZZARI, 2019, p.:19)

Muitas vezes entende-se a crítica ao modelo colonial de família e ao casamento monogâmico heterossexual como um posicionamento contra os mesmos. É preciso compreender que criticar um modelo social não é o mesmo que propor seu fim, mas sim pensar na estrutura em que estamos todas (os) inseridas (os). Como elucidada a psicóloga boliviana Maria Galindo (2021):

Lamento si de mis declaraciones o libros se puede deducir algo así. No se debe imponer ningún modelo de convivencia, como ha ocurrido con la familia heterosexual, un dispositivo de colonización perfecto que separa a las mujeres y reduce los horizontes al bienestar de tu entorno más inmediato. Debemos ir más allá. Reivindico las soberanías del cuerpo, atrevernos a equivocarnos, entender que el Estado nacional está llegando a su crisis. Propongo hablar y escribir sobre otros horizontes, sobre geografías en lugar de naciones: la andina, la caribeña, la amazónica. Es hora de abandonar la sumisión a genealogías históricas y epistémicas eurocentradas –feminismo de la primera, segunda y tercera ola, por ejemplo– para buscar saberes y genealogías alternativas al socialismo y al liberalismo, de raíz ilustrada, que nos liberen de un futuro donde se avizora un mundo arrasado por el ecocidio capitalista. No tengo las respuestas de cómo construir un mundo no racista ni clasista, liberado de la homofobia y la transfobia, que acoja como iguales a los animales y las plantas. No las tengo porque tenemos que construirlas.(GALINDO, 2021, p. 9)

Esta tese se pretende uma aposta com Galindo, no sentido de ousar construir outras possibilidades de mundo. O que pode aportar uma tese sobre lesbianidade, sobre maternidade lésbica? Seria possível dizer que o casamento de duas mulheres é sim algo revolucionário? O que isso aportaria para o debate e para a construção desse outro jeito de estar no mundo?

2.2 Lesbianidades

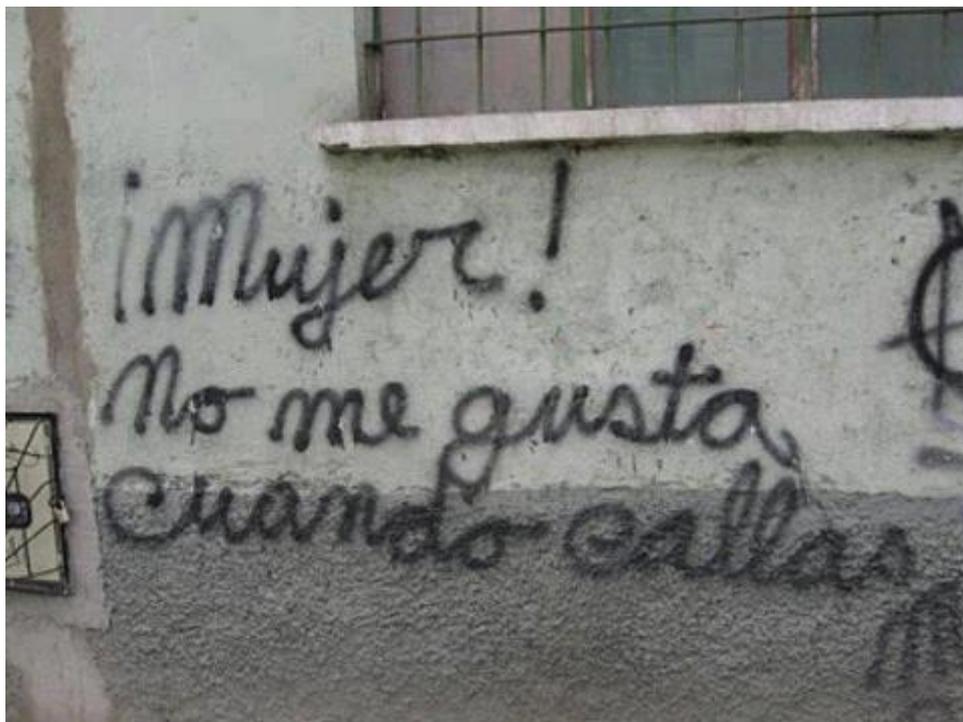


Figura 6: Pixo do Coletivo Boliviano “Mujeres Creando”⁶

O Feminismo Lésbico, de acordo com a antropóloga afro-americana Ochy Curiel (2017), surgiu nos anos 70 a partir de divergências dentro do Movimento Feminista entre mulheres lésbicas/bissexuais e mulheres heterossexuais. De acordo com Curiel (2007), a ideia de feminismo lésbico - que naquele momento era chamado de lesbianismo feminista - surgiu na década de 70, época de grande revolução do pensamento político

Por un lado, el descrédito del comunismo soviético y los procesos de descolonización de países africanos y asiáticos dio paso a una nueva izquierda inspirada fundamentalmente en la revolución cubana y la guerra de Argelia. Surgen los movimientos de liberación nacional y las guerrillas latinoamericanas cuestionando las políticas imperialistas de Estados Unidos y las dictaduras en América Latina. En muchas universidades surgió el movimiento estudiantil radical a través de lo que se denominó el mayo del 68 lo que produjo posteriormente nuevas concepciones en el campo de las ciencias humanísticas y sociales. Por otro lado, el hippismo, la liberación sexual, el ecologismo, el pacifismo, el antirracismo y sobre todo el feminismo, fueron las expresiones políticas más importantes de la época dando lugar a lo que posteriormente se denominó "nuevos movimientos sociales". (CURIEL, 2007, p. 29)

Entre outros acontecimentos, o que influenciou para que o Feminismo Lésbico na América Latina e Caribe pudesse acontecer foi a Revolta de Stonewall, nos Estados Unidos. A rebelião de 28 de junho de 1969 fez com que este dia fosse conhecido como o momento em

⁶ Disponível em: <https://twitter.com/AsuntosDelSur/status/247128438882836481> acessado em 24/10/2022 às 13:58h

que a comunidade gay e outros grupos não cisheteronormativos, que hoje identificamos pelas letras LGBTQ+, resistiram à violência policial cotidiana e começaram a ocupar as ruas da cidade de Nova York, ao invés de continuarem se escondendo no Stonewall Inn, bar que foi incendiado pela polícia no dia da referida manifestação. Também vale lembrar que em junho de 1970 aconteceram as primeiras marchas do então denominado *Orgulho Gay* nos Estados Unidos.

A Segunda Onda do Feminismo⁷ teve início nos Estados Unidos na década de 60 e propunha a ampliação do debate sobre sexualidade feminina (incluindo direitos reprodutivos), desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho e em outros espaços da sociedade, foi de grande importância neste momento, visto que seu impacto propiciou que o feminismo lésbico começasse a tomar forma. Curiel (2007) diz que foi neste momento que, entre outras reivindicações, a heterossexualidade começa a ser vista pelas feministas lésbicas como sistema que oprime mulheres, ao passo que o casamento foi analisado como uma instituição patriarcal.

Esta nueva ola feminista ya no buscaba la igualdad en el mundo androcéntrico, muy por el contrario, algunas tendencias comenzaron a considerar la diferencia sexual como algo a reivindicar para la lucha feminista, bajo el supuesto que la desvalorización que se hacía de lo femenino era parte de la estrategia del patriarcado para acabar con las mujeres como grupo social. Se inicia entonces la mayor experiencia de autonomía de las mujeres. Cada vez más grupos sólo de mujeres, lejos de partidos y grupos de izquierda se organizaban en colectivos. Los grupos de autoayuda se convirtieron en escenarios importantes de la política feminista donde "lo personal se hizo político", así, el cuerpo, la sexualidad, pasan a ser centrales en la política de estos años. (CURIEL, 2007, p. 30)

Assim sendo, desde o momento histórico citado o feminismo lésbico segue sendo o que tem por intuito construir um discurso próprio, compreendendo a existência de hierarquia de poder mesmo entre um grupo somente de mulheres e, a partir daí, perceber quais as diferenças entre estes grupos. Curiel (2007) aponta que quando o feminismo coloca todas as mulheres no mesmo lugar, como um bloco homogêneo, reproduz a lógica heterossexista e racista que critica, visto que ignora as particularidades de mulheres negras, pobres e/ou lésbicas. De acordo com Mezzari (2019), os feminismos são uma forma de aposta na pluralidade de existências de mulheres:

Interessa-me, nesse sentido, apostar nos feminismos não enquanto prescrições de modos de comportamento mais ou menos subversivos, de práticas sexuais e de fantasias mais ou menos legítimas, mas sim na própria pluralidade que lhes caracterizam, naquilo em que os constituem enquanto abertura para transformar a própria vida (flores, 2010). Desta perspectiva, como nos explica

⁷ A Primeira Onda do Feminismo, que antecedeu à Segunda Onda, aconteceu entre os séculos XIX e XX e focava, sobretudo, no sufrágio feminino.

flores, o corpo não se encontra sob uma exaltação do dever ser, mas ao invés disso, é situado como ponto de inauguração da paixão pela invenção. Feminismos como ato político de inventar a própria existência (flores, 2018), como formas de fazer micropolítica com os restos, com resíduos. (MEZZARI, 2019, p.:16)

Pensar a identidade lésbica através do feminismo lésbico é reivindicar direitos com as pautas que vêm sendo construídas desde os anos 1970, focando a invisibilidade lésbica e a fetichização das relações entre duas mulheres. Apalavra lésbica só foi oficializada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975, reconhecido como o ano internacional da mulher, e isso tem, certamente, um peso simbólico importante. De acordo com a professora de psicologia brasileira Maria Cristina Smith Menandro (2021):

O uso desse termo aparece inicialmente como forma de diferenciação e inferiorização das mulheres que não seguiam o padrão heterossexual, podendo, nos diversos contextos históricos, se referir a uma prática, a um sentimento, a um crime/pecado, a uma doença ou, mais recentemente, a uma identidade (Toledo & Filho, 2010). (MENANDRO, 2021, p.: 2)

E aos poucos o termo vai sendo ressignificado. Exatamente porque o uso das palavras, suas invenções, os contextos em que circulam, expressam relações políticas, de poder. Monique Wittig (1970, p.:88), francesa, escritora e teórica feminista diz que “as lésbicas não são mulheres” já que mulher é um termo social que está referido ao machismo. Wittig (1970) aposta que ser mulher é depender de homens em alguma instância social: seja ela afetiva, econômica e até mesmo parental. Já que os homens estão em lugar de dominação, de privilégio, as mulheres estão em lugar de opressão, de submissão e até mesmo de serventia. Serventia esta que é descartada para lésbicas.

A escritora argentina Valéria Flores (2009) ressalta: “La sexualidad femenina no reproductiva ha sido expulsada y excluída del discurso de occidente”. (p.:2). Qual o espaço que um sujeito tem em uma sociedade em que não tem valor? Em uma sociedade capitalista: quem não tem serventia? A que(m) serve um útero que não gera?

La lesbiana, como sujeto de un conocimiento distinto, tal como dice Wittig, no es una mujer, no es el sujeto social mujer, sino el sujeto de una particular “práctica cognoscitiva” que permite rearticular las relaciones sociales y las condiciones mismas del conocimiento desde una posición excéntrica respecto a la institución de la heterosexualidad. De esta manera, posibilita transformar las condiciones de visibilidad social y redefinir el campo de lo visible, es decir, de lo que se puede ver, en tanto las formas de la visibilidad social y las formas de subjetividad están determinadas y delimitadas por una perspectiva heterosexual. Esta práctica cognoscitiva de la sujeto-lesbiana se manifiesta en la escritura como práctica de la contradicción y se vive en la conciencia de escribir, pensar, sentir, desear, en la no coincidencia de experiencia y lenguaje, en los intersticios de la representación, en los intervalos que nuestros amos no han conseguido llenar con sus palabras de

propietarios. Y la lucha con el lenguaje para re-escribir el cuerpo, más allá de sus representaciones convencionales y precodificadas, no puede contentarse con la reapropiación ni la representación del cuerpo femenino tal como está, domesticado, materno, sexuado por Edipo o por un imaginario dual, es necesario y prioritario pensarlo, hacerlo accesible en otra economía socio-sexual. Por ello, la lengua bífida es una lengua capaz de producir una ficción teórica, una práctica de escritura en femenino experimental en la forma, crítica y lírica, autobiográfica y filosófica, que atraviese los límites impuestos por los géneros - entre poesía y prosa, entre palabra e imagen, entre narrativa y crítica- creando nuevas correlaciones entre signos y significados, entre lenguaje y cuerpo. Una lengua bífida es la que se resiste a ser saneada o heterosexualizada. (FLORES, 2009, p.:4)

Assim sendo, quando não se tem uma relação afetiva sexual com um homem ou não se depende financeiramente ou em qualquer instância de um, é preciso que haja um outro termo. Ser lésbica, portanto, constitui identidade, faz parte da construção da subjetividade que se diferencia, quando a rede de apoio, familiar, etc é constituída apenas por mulheres. De acordo com a socióloga e professora francesa de filosofia da Universidade Paris 8-St Denis, Jules Falquet (2012):

O que Wittig mostra é que a heterossexualidade (1) não é natural, mas social, (2) não é uma prática sexual, mas uma ideologia, que ela chama de “o pensamento straight [hétero]”, e, sobretudo, (3) que esta ideologia que é a base da opressão patriarcal das mulheres, de sua apropriação pelos homens, é fundamentada na crença fervorosa e incessantemente renovada na existência de uma diferença dos sexos. (FALQUET, 2012, p.:22)

Curiel (2007) também contribui com esta discussão ao descrever a lesbianidade feminista como algo que não se resume no relacionar-se com outra mulher. Para a antropóloga, a lesbianidade foge à lógica da heterossexualidade reprodutiva e monogâmica, tensionando-a. A constituição subjetiva da lesbianidade não se encerra aí, ser lésbica é um ato de resistência ao sistema colonial que elencou a heterossexualidade e a monogamia como modelo. Ser lésbica, por si só, já é identidade e sexualidade decolonial, quando pensamos na organização religiosa da nossa sociedade.

El lesbianismo feminista para muchas de nosotras no es ni una identidad, ni una orientación, ni una opción sexual; sino una posición política, posición que implica entender la heterossexualidad como un sistema y un régimen político, implica aspirar y construir la libertad y autonomía de las mujeres en todos los planos. Es una propuesta transformadora que supone no depender ni sexual, ni emocional, ni económica, ni culturalmente de los hombres. Significa entender que la sexualidad es mucho más allá que coito, supone crear lazos y solidaridades entre mujeres, sin jerarquías ni relaciones de poder. Significa entender como el patriarcado afecta los cuerpos de las mujeres, cuerpos históricos a los que les toca de cerca la mundialización y transnacionalización del capital, el racismo, la pobreza, la guerra, pero también, cuerpos que han construido la resistencia y la oposición a la desigualdad que produce el patriarcado, cuerpos que han imaginado y creado otras relaciones sociales, otros paradigmas, otros mundos. (CURIEL, 2017, p. 7).

A lesbianidade pode ser tida ainda como sistema político que, para além de identidade ou orientação sexual, se pretende enquanto possibilidade de construção de autonomia e liberdade de mulheres em todos os níveis. Logo, a sexualidade também pode ser compreendida como criar laços de solidariedade entre mulheres que objetivem ir contra a lógica de poder e opressões. É como se, enquanto sexualidade que foge à instituição heteronormativa, a lesbianidade conseguisse perceber o efeito do patriarcado no corpo e na vida das mulheres e ir além da relação erótico-afetiva, dando autonomia às mulheres para enxergar possibilidades de vida além das que existem até então, consolidadas a partir de violências do estado patriarcal.

Para Curiel (2007), pôr fim nesta relação financeira, cultural, sexual ou emocional é emancipatório. Portanto, não é a relação com o outro que legitima a sexualidade, mas o que muda na constituição do próprio sujeito na experimentação de uma vivência que foge à heteronorma.

Necesitamos de una intervención política que suponga no solo ver el amor, la sexualidad y el placer como una cuestión de alcobas y del ámbito privado, sino que implique asumirnos como sujetas políticas que tenemos una responsabilidad histórica de afectar a este mundo, para que las lesbianas y las mujeres puedan vivir en libertad y con autonomía, sin ser explotadas económicamente, ni violadas ni asesinadas. (CURIEL, 2007, p. 8)

Ao questionar a heterossexualidade enquanto sistema, ser lésbica é construir uma identidade sexual divergente daquela imposta e dominante, é romper com a estrutura desta sociedade, é desestabilizá-la, é uma forma de reinventá-la.

Segundo Curiel (2007), a lesbianidade é uma posição política. É revolucionário, em um continente colonial e, portanto, patriarcal, não depender de homens em nenhuma instância.

O mundo foi feito por homens e para homens: brancos, cisgênero, heterossexuais e ricos - entretanto, em escalas de opressão, ser homem ainda está em vantagem mesmo quando não se encaixam todos os privilégios - e pessoas que fogem a este padrão foram por muitos anos vistas como desviantes, doentes e até mesmo como pessoas perigosas, como relata a brasileira doutora em psicologia social Leandra Sobral (2018):

Os séculos XIX e XX são marcados pelo processo de naturalização da sexualidade e das diferenças oriundas da orientação sexual, trazendo assim para o exercício de uma cidadania restrita os sujeitos que se encontravam desviados do padrão definido como moralmente adequado, estabelecido e comprovado - o heterossexual. Nesse sentido, a vivência ou expressão de uma sexualidade desviante, “além de ser julgada crime, era considerada causa de outros crimes. Esses ‘invertidos’ foram vistos como extremamente perigosos”. (SOBRAL, 2018, p.:4)

Foram os movimentos sociais que começaram a criar fissuras para que esta realidade se modificasse. Embora a ciência enquanto produção de conhecimento insista na patologização

de sujeitos que fogem à heteronorma, o movimento social tensiona para que esta lógica seja revisitada e estes sujeitos deixem de ser marginalizados.

Podemos afirmar seguramente que a década de 1960 abriga mundialmente uma efervescência de costumes, pautas e estratégias coletivas, sendo ainda fortemente marcada pelas concepções científicas que a antecedem, e que continuarão sendo perpetradas nas décadas seguintes. É onde podemos localizar as inevitáveis tensões que permitem as transformações dos modelos hegemônicos. (SOBRAL, 2018, p.:6)

Mas, de acordo com o historiador estadunidense James Naylor Green, foi só em 1978 que o movimento de gays, lésbicas e travestis surgiu no Brasil, fazendo oposição ao golpe militar que o país sofreu. E só em 1990, como descreve Sobral (2018), aparece um movimento afirmativo organizado e endereçado às lésbicas. E apenas em 2003, no dia 19 de agosto, se institui o dia nacional do Orgulho Lésbico promovendo a primeira caminhada de lésbicas no país, na cidade de São Paulo.

“Se a História não fala das relações físicas e emocionais entre as mulheres é porque não existiram?” (NAVARRO-SWAIN, 2000, p.13). A História não fala das relações físicas e emocionais entre as mulheres porque a elas sempre coube um papel secundário na própria História! As produções científicas e sociais de cada época deflagram não apenas os temas de relevância, mas os agentes legitimados neste processo discursivo. Quem escreve? Sobre o que? Para quem? Quais temas parecem necessários a cada período da história e quais tramas permitem visibilidade ou silenciamento? (SOBRAL, 2018, p.:10)

Como encontrar espaço para ser algo além da lógica heterossexual? Como ser mulher em um contexto que exige que pessoas com útero sejam mães e pessoas que não se relacionam com homens não são mulheres? Flores (2009) destaca a importância de bifurcarmos a linguagem a fim de potencializar o que dizemos, tornando acessível o que se diz.

La lengua que se bifurca multiplica los sentidos, amplía y potencia la capacidad de establecer una relación significativa con el mundo. Se erige contra un lenguaje burocrático y retórico, de frases hechas, estériles y repetitivas. Una punta, formula el pensamiento en los términos con los que aprendió a hablar, y la segunda, intenta reformular esos mismos términos, dar pie a la extrañeza. Una lengua que niega y afirma, de reacción y de creación. Dando lugar a la apertura del pensamiento, desde la confianza de quien aprendió a hablar, edifica un lugar tentativo y otro afirmativo, que instalan una rebelión de la sujeta silenciada, del deseo negado, del impudor, y retoman una genealogía ocultada o suprimida. De este modo, hablar desde una zona inexplorada permite escenificar los sentidos borrados, proyectando un nuevo imaginario en una especie de formación inestable que desconcierte. (FLORES, 2009, p.:1)

Para a autora, a língua lésbica seria bífida porque traz o sentido equivocado do mundo heteronormativo. Como se de um lado tivesse a ver com o repúdio ao que temos contra

nós no que diz respeito à Igreja, à medicina e, conseqüentemente, a toda uma estrutura social. E esta mesma língua tenta tecer relações motivadas pelo desejo.

Así nuestra lengua bífida sale al espacio público para combatir la economía del deseo heterosexual que genera un abrumador mutismo sobre nosotras o también, en su (d)efecto, una producción de fantasías que dominan el imaginario hetero masculino, sustentado en una relación de poder y violencia. Y esta economía también implica procesos de producción, distribución, circulación y uso de las palabras, una administración y distribución de recursos expresivos, que produce una única Lengua, la que penetra y coloniza las bocas, los ojos y las manos que hacen inteligible el mundo. En el discurso del deseo masculino, las mujeres tienen una posición de objeto, la mujer está formulada desde la ausencia, desde aquello de lo que carece. Si la mujer es la ausencia, las lesbianas somos lo ausente de la ausencia, una sujeta ausente pero prisionera del discurso, inexpresable pero exhibida. Es en la dialéctica entre los recursos de la Lengua y la otra lengua, intrusa o fronteriza, donde se preserva la creatividad lingüística. (FLORES, 2009, p.:1)

Em 2011, Ochy Curiel escreveu sobre o contrato heterossexual que nos é imposto desde o momento em que nascemos sem que se quer nos demos conta. De acordo com este contrato, todos os indivíduos, em teoria, nascem iguais e têm o mesmo direito. Entretanto, para que haja um contrato social é necessário que venha junto um contrato sexual, que, de acordo com a Curiel (2011), daria livre acesso dos homens aos corpos, subjetividades, enfim, às vidas das mulheres. Homem e mulher são categorias sociais e não biológicas.

Que la Constitución del 1991 haya sido un pacto patriarcal, está claro, tanto por quienes participaron legítimamente en su firma (simbólica) como por el tipo de análisis y propuestas que sostuvieron en torno a las mujeres. Estas propuestas no cuestionaron la familia nuclear ni la naturalización de la maternidad, tampoco tocaron en absoluto a personas no heterosexuales, —entre otras muchas cuestiones que analizaremos más adelante. Monique Wittig avanza más allá que Pateman al analizar el contrato social como heterosexual. Planteó que la cuestión del contrato social es un problema filosófico y político en la medida que implica todas las actividades humanas, las relaciones, el pensamiento. Este contrato, para Wittig, amordaza el consentimiento para las mujeres como clase de sexo, pues no existe reciprocidad, condición necesaria para la libertad. Wittig analizó cómo Rousseau fundamentó su idea de contrato social como la ley del más fuerte, lo cual evidencia la contradicción de su propuesta. El contrato social para Wittig es el conjunto de reglas y convenciones que nunca han sido formuladas y enunciadas explícitamente, que se dan por supuestas al estar unidos por un vínculo social, por el hecho de vivir juntos. Pero para Wittig ese “vivir juntos” supone vivir en heterosexualidad por tanto, desde este punto de vista, contrato social y heterosexualidad son dos nociones que se superponen (Wittig, 1992). Para el caso que nos ocupa, fue en 1988 la primera vez que las mujeres, como sujetas políticas, propusieron reformas a la Constitución y fue en 1991 que participaron en un proceso constituyente en Colombia, aunque en la Asamblea Nacional Constituyente sólo cuatro tuvieron categoría de constituyentes. Podríamos preguntarnos, ¿con este bajo nivel de participación en estos espacios puede asumirse que hubo consentimiento, acuerdo, por parte de más de la mitad de la población que vive en una nación colombiana, como son las mujeres? A esto se suma el hecho de que las cuatro mujeres constituyentes no representaban ni al movimiento feminista, ni al movimiento de mujeres sino que eran representantes de partidos políticos. (CURIEL, 2011, p.:34)

A lesbianidade é, portanto, sexualidade, uma instituição, um movimento social. Todavia, é ainda forma de estar no mundo, de se apresentar, de se compreender, de entender sua localidade e localização geográfica e afetiva. Ser lésbica é se comprometer com outras mulheres na construção de uma sociedade mais justa entre nós, sobretudo, uma sociedade mais igualitária para lésbicas.

Ser lésbica, aqui neste trabalho, é também ir de encontro a toda uma luta política que as mulheres conquistaram: o direito de serem mães ou não. Enquanto as mulheres conquistam o direito de legislar sobre o próprio útero (e ainda assim com grandes restrições), lésbicas lutam pelo direito de engravidarem, de amamentarem, de maternarem. Enquanto as mulheres querem desfazer a ideia de família tradicional brasileira, lésbicas desejam que as famílias sejam reconhecidas pelo Estado. É quase como a língua bífida de Flores (2009): um desencontro na mesma luta emancipatória.

Resumir nossa existência a construção de nossa sexualidade é uma vantagem?

Passando por estes questionamentos acerca da lesbianidade, é importante ressaltar ainda a fetichização que acontece em torno das relações lésbicas que é estimulada pela indústria pornográfica e é tida como mais uma forma de apagamento da sexualidade de duas mulheres que não se relacionam com homens.

A lesbofobia está incluída no escopo daquilo que é chamado de homofobia. Borrillo (2016, p. 13) define a homofobia como "uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal" e como a consequência de uma representação social que, "pelo fato de outorgar o monopólio da normalidade à heterossexualidade, fomenta o desdém em relação àquelas e àqueles que se afastam do modelo de referência" (p. 23). Entretanto, a lesbofobia é entendida como uma forma de homofobia específica destinada às mulheres lésbicas (Borrillo, 2016), constituindo-se com uma especificidade particular, definida pelo duplo desdém direcionado à mulher lésbica pelo fato de ser mulher e homossexual. A mulher lésbica, portanto, acumula discriminações contra seu gênero (misoginia) e contra sua sexualidade (lesbofobia). O autor aponta ainda a caracterização das lésbicas nas relações sociais fundamentadas na opressão de gênero, que acabam sendo invisíveis e silenciosas. Conforme já explanado na introdução deste trabalho, tornar a sexualidade da mulher lésbica invisível está no cerne da violência que as atinge. (MENANDRO, 2021, p.:6)

Ser lésbica, afinal, também é carregar consigo o peso da misoginia e da lesbofobia, é lutar insistentemente contra o constante não lugar.

3. “QUE COMECE O MATRIARCADO”: maternidades e conjugalidades lésbicas



Figura 7: Cena da série espanhola “La casa de papel”

A maternidade é um fenômeno social em que a maternagem e o estabelecimento de relações sociais extrapolam o sentido biológico de gestar e parir, podendo ser viabilizada por vínculos sociais e relações de parentesco que não se fundam em laços sanguíneos. É portadora de múltiplos sentidos que se articulam com o contexto, a trajetória de vida da mulher, sua sexualidade, desejo ou não de maternidade, a construção das identidades e reconhecimento social. (SOARES⁸, 2010, pág. 6)

Não comecei a investigar a maternidade lésbica pelos textos acadêmicos, que é de onde costumo começar. As especificidades da maternidade lésbica me apareceram pelo Instagram, onde conheci o perfil de diversas mães falando sobre o tema. Percebi que muitas mães que eu sigo na rede social acabaram se conhecendo também pelo Instagram e, mesmo morando em diferentes estados do Brasil, se reúnem e levam consigo suas (seus) filhas (os) vez ou outra. Assistindo ali, e ouvindo-as dizer que essa bolha de mães lésbicas e crianças com duas mães fortalece cada uma dessas famílias individualmente, mas também enquanto minoria social, fiquei com a sensação de que havia algo na conexão entre essas famílias que ia além da maternidade que conheci, por exemplo, com as minhas amigas que são mães solo, que contei na Introdução deste texto.

No Instagram, elas falavam sobre um espaço seguro para mulheres lésbicas existirem, demonstrarem afeto por suas esposas, não se preocuparem de suas (eus) filhas (os) sofrerem

⁸ Trecho retirado do artigo “Experiências reprodutivas e desejos de maternidade em lésbicas e bissexuais” de Gilberta Santos Soares, psicóloga brasileira

violência por terem duas mães. Essa sensação ganhou corpo quando li *Mama* (Tiboni, 2019). O livro foi como um de portal se abrindo, eu finalmente sabia da história, da vida e do processo de gravidez de um casal lésbico, descrito por uma mãe lésbica que não engravidou, compartilhando a sensação do não saber que ser lésbica e querer ser mãe pode causar:

Algumas pessoas próximas nos dizem que tornamos nossa gravidez política e militante demais, que devemos curtir a gestação apenas como mães, e não levantando bandeiras. De fato, para quem nos acompanha no dia a dia ou nas redes sociais fica clara a nossa posição ativista pela maternidade homoafetiva. Nos posicionamos, escrevemos e contamos casos de preconceito no dia a dia, postamos fotos nuas, explicamos sobre fertilização, consultas, protocolo de amamentação. Eu entendo que, para algumas pessoas, isso seja cansativo, invasivo e até irritante como se estivéssemos tratando a nossa gravidez como mais importante do que qualquer outra. Ou como se quiséssemos ser mártires. O que muitos não entendem é que ser um casal de mulheres, mesmo na sociedade atual, é, sim, uma batalha diária. O simples fato de andarmos de mãos dadas na rua ou no shopping atrai olhares de todos os lados, beijar minha mulher em lugar público às vezes causa desavença, como se nosso amor só pudesse existir na privacidade. Agora imaginem o que é ser um casal de mulheres e estar grávidas? (TIBONI, 2019, pág. 161)

São muitos atravessamentos que precisam ser considerados aqui, e para mim, a segurança para ser quem se é sem se preocupar com violências estruturais é um importante tema. Aqui, lembro de um trecho de Amorim (2019) que diz do quanto publicações acerca da dupla maternidade nas redes sociais, fortalecem a militância:

Falar de filhos, família e casamento é, portanto, um caminho de luta, de ativismo e mobilização social. Neste sentido, não se pode deixar de falar que estas publicações virtuais referenciam práticas familiares e parentalidades que contribuem para um estremecimento de fronteiras excessivamente-rígidas e fixas que demonstram que os modelos de famílias heterocentradas são passíveis de serem questionados, ganhando relevo neste cenário virtual, não por isso menos real, a construção política das identidades. Constituindo-se, desta forma, importantes espaços de organização e porque não, de militância. (AMORIM, 2019, 182)

Ainda que nem todas as maternidades venham de relações conjugais, nesta tese a conjugalidade fez parte do projeto de todas as entrevistadas, por isso vamos começar por ela.

3.1 Conjugalidades lésbicas: sexualidade, direito ao prazer e encontros

Frederici (2017) explica como o capitalismo interfere na noção de que sexo tem a função de reprodução, visto que desde a dizimação da população mundial decorrente da *Peste Negra*, os métodos contraceptivos usados por mulheres foram proibidos e a sexualidade de mulheres passou a ser controlada. Logo, sexo não era feito por prazer, mas para gerar.

As coisas, no entanto, mudaram drasticamente logo que o controle das mulheres sobre a reprodução começou a ser percebido como uma ameaça à estabilidade econômica e social, tal como ocorreu no período subsequente à catástrofe

demográfica produzida pela Peste Negra, a praga apocalíptica que, entre 1347 e 1352, destruiu mais de um terço da população europeia. (FEDERICI, 2019, p. 85)

Na contramão do que foi colocado como modelo para as mulheres cis, desde o feudalismo, quando é datado o começo do controle da sexualidade e o sexo como fim reprodutivo para mulheres - que tinham como norma a heterossexualidade - o sexo entre mulheres não gera filhas (os). E nem sempre é evidente para as (os) filhas (os) que suas mães façam sexo. A maternidade em casais de duas mulheres está, portanto, em um lugar diferente de como é para famílias heterossexuais.

De acordo com Scavone (2001), desde o século XX, com a industrialização e a urbanização a maternidade vem se tornando uma questão de escolha, sobretudo com o avanço da tecnologia e da medicina com seus métodos para engravidar e para prevenir a gravidez com maior eficácia. Entretanto, ressalta que este poder de escolha não atinge todas as mulheres da mesma forma, visto que somos marcadas por nossas racialidades, classes sociais, orientações sexuais, etc, o que faz com que seja necessário uma análise cuidadosa sobre a maternidade ao longo dos anos e nos diferentes contextos.

Nas sociedades rurais que antecedem ao capitalismo, a maternidade tinha um sentido diferente do que hoje percebemos, a vida da criança era vista como mão de obra para auxiliar na renda familiar e garantia de ajuda nos cuidados durante a velhice dos pais.

Com a transição social industrial, a maternidade também passa por uma modificação onde as mulheres deixam de serem exclusivamente mães (geralmente de muitas crianças) e passam a ter outras possibilidades que não apenas ser mãe, o que faz com a maternidade seja planejada e reduzida. Porém, apenas as mulheres de classes sociais abastadas conseguiram fazer esta transição familiar, as mulheres pobres tiveram menos acesso a métodos contraceptivos, e raramente tinham oportunidade de acompanhar o crescimento da sua prole, visto que passavam a maior parte do tempo trabalhando para mulheres ricas

Os motivos da escolha da maternidade podem estar ligados a inúmeras causas que, isoladas ou conjuntas, se explicariam no ponto de interseção do biológico, do subjetivo e do social: o desejo atávico pela reprodução da espécie, ou pela continuidade da própria existência; a busca de um sentido para a vida; a necessidade de uma valorização e de um reconhecimento social (como no caso de algumas mães adolescentes, ansiosas por ocupar um espaço de maior respeitabilidade na sociedade); o amor pelas crianças; a reprodução tradicional do modelo da família de origem, entre outros. Em relação aos fatores especificamente sociais estão as condições econômicas e culturais das famílias; os projetos e possibilidades profissionais das mulheres. As facilidades ou as dificuldades variam de uma classe para outra e de país para país: a situação e a qualidade dos serviços públicos e/ou particulares disponíveis; o apoio ou proximidade da família extensiva; as redes de solidariedade femininas. Entretanto, as condições materiais de existência não determinam, via de regra, a escolha da

maternidade, embora elas definam as características e as possibilidades desta escolha. (SCAVONE, 2001, p.:6)

Apesar de serem várias as formas de se aceder à maternidade, quando ela acontece no interior de uma relação heterossexual, supõe-se que foi decorrência de uma relação sexual, como se o objetivo do sexo heterossexual cis fosse instaurado socialmente como espaço onde se faz sexo com o intuito de gerar. O sexo, neste sentido, fica comprovado com o nascimento de um bebê. Em um casal de mulheres, uma vez que o sexo não gera, ele traz outras evidências, como conta a entrevistada Rita:

Você ser lésbica é...é expor na cara da sociedade que você transa. Porque eu acho que isso é uma coisa muito...eu já fiquei conversando com a Nicole uma vez. O casal hétero, parece que eles tem filhos, mas que é de tipo...ninguém associa isso ao sexo, ninguém associa a uma questão sexual, de desejos sexuais. É tipo 'ah, é um casal, normal, eles vão ter filhos'. Mas de repente se são dois homens ou duas mulheres, e que há teoricamente uma questão de (...) identidade de gênero e de sexualidade, de repente as pessoas olham e falam assim 'nossa, mas dois homens vão ter filho, como que vai ser? duas mulheres?'. Gente! Família né, que diferença faz? Mas parece que a gente tá escrachando na cara da sociedade que a gente transa, que a gente faz sexo, é... E são muitas camadas de muitos preconceitos envolvidos. (Rita)

Quando resolveu terminar o casamento com seu ex marido e se assumir lésbica, a entrevistada Celina conta que as pessoas a sua volta, não entendiam como ela podia abandonar a família padrão, “um pai tão bom para os filhos”, “um marido tão compreensivo”, para viver sua sexualidade, para experienciar sua lesbianidade que por tanto tempo ela precisou deixar de lado devido ao regime heterossexual que a atravessou. Segundo ela, quando você termina um casamento heterossexual para relacionar-se com o mesmo gênero, automaticamente, as pessoas entendem que, já que você está começando um relacionamento, você transa.

É uma denúncia que mães transam, que mães gozam, né? Que mães sentem prazer, elas não são apenas objetos maternos, elas são mulheres. Cara, é muito louco isso! E assim, dentro dessa lógica, se a gente parar pra pensar, realmente isso fez toda diferença pra mim. (Celina)

Rita compactua com o pensamento de Celina quando diz sobre sua saída do armário e também do quanto ser mãe com outra mãe e engravidar através de tecnologias reprodutivas denuncia que ela e sua esposa são um casal, que fazem sexo sem um fim reprodutivo, mas por prazer, visto que seu filho e sua filha não vieram do sexo entre elas, mas de uma tecnologia reprodutiva.

O lugar que o ato sexual ocupa na vida de mães que são lésbicas causou elucubrações em outro momento. Na conversa com Celina, ficamos nos questionando se não precisar do ato sexual para engravidar causa espanto porque o sexo entre aquele casal passa a ser visto como

o que serve para sentir prazer e não para constituir família. Existe espaço para legitimação do sexo por prazer? Pensar nisso é importante porque abre espaço para que aqui o sexo deixe de ser tido como algo para reprodução, como algo que gira em torno do prazer e do gozo do homem cisgênero e passa a ser sobre o prazer de mulheres, sobre mães gozarem, sobre uma mulher fazer outra mulher gozar.

Em sua pesquisa de doutorado, a psicóloga brasileira Mônica Fortuna Pontes relata a dificuldade que sentiu ao entrevistar filhas e filhos que não sabiam da sexualidade da(s) mãe(s) desde sempre, visto que a mesma não foi falada ao longo da vida delas (es). Mesmo sendo criadas (os) por duas mães, o tema sexualidade não era discutido. Esse silêncio não é violento apenas para filhas e filhos destas mães, mas também para elas, que acreditam que silenciar é uma forma de proteção, a fim de evitar que filhas (os) sejam socialmente expostas (os) ou que elas sejam acusadas de influenciar na construção subjetiva da sexualidade e da identidade de gênero delas e deles. Para Pontes (2019), relações que fogem à heterossexualidade são comumente dissociadas do que se entende como família. Portanto, se faz importante que o ativismo em torno da maternidade lésbica compreenda aquela mãe também como mulher e como lésbica.

(...) mães não tentaram impor condutas sexuais ou de gênero para suas/seus filhas/os, nem tampouco filhas/os relataram temer a identificação homossexual. Contudo, o olhar social dá outros contornos à situação. O medo de serem acusadas de transmissoras de algo indesejável aparece, no caso das mães; assim como o medo de serem vistas/os como contagiadas/os também, no caso das/os filhas/os. (PONTES, 2019, p. 201)

Apesar de tanto pessoas heterossexuais quanto pessoas LGBTQ+ estarem inseridas no sistema heterossexual, uma das questões com a compulsoriedade da maternidade lésbica é que muitas vezes a legitimação da união entre duas mulheres se dá a partir de filhas (os).

A maternidade é um fenômeno social em que a maternagem e o estabelecimento de relações sociais extrapolam o sentido biológico de gestar e parir, podendo ser viabilizada por vínculos sociais e relações de parentesco que não se fundam em laços sanguíneos. É portadora de múltiplos sentidos que se articulam com o contexto, a trajetória de vida da mulher, sua sexualidade, desejo ou não de maternidade, a construção das identidades e reconhecimento social. (SOARES, 2010, pág. 6)

O modelo nuclear de família vigente foi fundado no final do século XVII e início do século XVIII e foi estruturado de forma a excluir pessoas LGBTQ+. Gerar/adotar uma criança garante reconhecimento social.

Enquanto em casais heterossexuais o casamento em si já é uma validação, em casais de mulheres lésbicas ter filhas (os) faz com que a relação deixe de ser vista como *só uma fase*, por exemplo. De acordo com a antropóloga brasileira Maria Luiza Heilborn (2004), o casamento é um vínculo social privilegiado frente aos outros vínculos sociais onde cria-se uma relação de dependência com a pessoa com quem se relaciona. Estar em um casamento é estar vulnerável em relação ao outro.

É na conjunção da forma preferencial do casamento com a ordenação simétrica da troca que está a origem de engrenagens sociológicas comuns. Entre elas, a que se pode como uma espécie de contabilidade conjugal. Trata-se de um mecanismo de aferição do contrato que, frequentemente, tem por alvo a disponibilidade de cada um dos seus membros em cumprir o acordo de mútua dependência que o casamento encerra". (HEILBORN, 2004, p.: 145)

E no casamento, mesmo heterossexual, o prazer não é muito tematizado, é facilmente substituído pelo companheirismo, pela produção de uma prole, construção de uma família.

3.2 Dá pra ser lésbica e mãe? Pistas sobre a construção do projeto parental

Muitas mulheres, quando se percebem lésbicas, imaginam que estão impedidas da maternidade e por isso retardam o projeto parental ou têm dificuldade em pensar como podem viabilizar este sonho.

Como, diferente de um casal heterossexual, entre mulheres cis a gravidez não pode acontecer por acaso, quisemos saber como a maternidade apareceu na vida de cada uma e como foi a construção deste projeto comum.

Rita, Paola, Isabela, Maitê, Ana e Lúcia, todas elas idealizaram suas famílias ao lado de outra mulher e acreditam que a reprodução assistida foi um alívio, já que se perceber lésbica não anula o desejo de ser mãe e este era um caminho viável. Há que se lembrar aqui que as mulheres entrevistadas têm todas uma condição financeira que permite o acesso a clínicas.

A garantia de direitos à reprodução assistida conquistada na Resolução do CFM de 2013, como mencionado acima, fez com que mulheres possam vivenciar sua sexualidade e o processo de gerar, parir, amamentar, etc. Seja a descoberta da sexualidade na adolescência como Lúcia ou já na vida adulta como Paola, o desejo de maternar prevaleceu e foi combustível para buscar formas de fazê-lo sem abrir mão de quem se é.

Na pesquisa de Pontes (2019), algumas mães não contaram para sua prole sobre sua lesbianidade, algumas (alguns) filhas (os) descobriram quando eram adolescentes ou adultos. Uma menina encontrou explicações próprias para o fato de sua mãe e sua madrinha dormirem

na mesma cama, isso nunca a fez pensar que eram um casal. Aqui, todas as mulheres dizem do orgulho que esperam que suas (eus) filhas (os) sintam de si mesmas (os) e de suas histórias, da história de suas famílias, que são contadas de forma a naturalizar a existência de famílias plurais, neste caso, compostas por duas mães. Lúcia, por exemplo, relata que sua filha sabe contar toda a história de seu nascimento, desde a concepção até o parto.

(...)então eu sempre conto essa história, que a minha filha nasceu e a primeira pessoa que encostou nela no mundo inteiro fui eu, ela saiu direto da Tereza., minha ex mulher, pros meus braços. Então é um momento muito marcante, eu conto essa história pra minha filha e ela lembra! Se você perguntar pra ela, ela consegue contar certinho como ela foi feita, como o dia que ela nasceu! Ela fala que nasceu molinha no meu colo (...). (Lúcia)

Assim como para ela e a outra mãe de Lua, acontece para Paola e Milena. Ao final de nossa conversa perguntei a Paola, como fiz em todas as outras entrevistas, se havia algo que eu não tinha perguntado ou que a gente não tinha falado e que ela achava importante dizer. Foi nesse momento em que ela disse do quanto considera importante que Beatriz saiba de sua história:

(...)eu vejo muitas mães da dupla maternidade que às vezes inclusive tem já um preconceito interior e acaba não se... não se impondo nessas situações porque realmente ainda tem um nível de preconceito, de vergonha e que isso acaba prejudicando muito a educação da criança, né... porque se ela percebe que aquilo ali é motivo de vergonha, ela vai... ela vai se sentir dessa forma, então eu acho que a única coisa que eu acrescentaria é isso... a questão de como a gente tem que lidar com a sociedade o tempo todo, é... de forma a não demonstrar nenhum tipo de vergonha da nossa configuração familiar porque qualquer coisa que a gente demonstrar a criança vai sentir e vai ser passado pra ela, né...

Amanda: - Como que é pra você isso de pensar que a Beatriz vai ter que responder por ela mesma esses comentários e tal...

Paola: - Eu não vejo grande problema porque a gente já... desde sempre é... traz uma educação pra ela de realmente reforçar muito a... a mentalidade dela, então a nossa educação sempre foi voltada pra isso, pra ela saber quem ela é, pra ela saber como ela merece ser tratada, é... pra ela saber que ela pode sim se manifestar quando alguma coisa que não tá agradando. Então a nossa educação sempre foi voltada pra isso, principalmente pensando em realmente reforçar o psicológico dela, né... Então, então não é alguma coisa que me preocupa muito não mas que eu sei que precisa ser dada atenção, não me preocupa porque eu já estou atenta a isso desde agora, mas não é alguma coisa que vai simplesmente cair um pózinho mágico e dar esse fortalecimento para criança. Não, a gente tem que provocar isso, mas como a gente sempre esteve atenta a esse tipo de coisa, isso sempre foi trabalhado, não só na educação da Beatriz, mas como na nossa reeducação, porque eu já mudei muito desde a gravidez (...). (Paola)

O desejo de que Olívia e Gael conheçam sua história intimamente, como acreditam que deve ser, fez com que Rita e Nicole ponderassem bastante como seria o processo de concepção dos gêmeos. Durante o processo de gravidez, ambas fizeram um post no Facebook dizendo que

gostariam de engravidar e pedindo ajuda, por não saberem por onde começar. São muitas as lacunas em torno da maternidade lésbica, desde como torná-la possível, até o seu exercício e esta dúvida também esteve presente na vida de Isabela.

Quando a gente engravidou, a gente não tinha nenhum amigo, hoje a gente conhece dezenas de casais lésbicos pelo Brasil, fora também, aqui nos Estados Unidos, é... a gente engravidou no Brasil, né... meus filhos são brasileiros. A gente se mudou pra cá tem dois anos, e meus filhos tem 5. Na época a gente conhecia histórias, a gente já tinha ouvido falar, mas a gente não tinha amigas, conhecidas, que tivessem tido filho. Foi muito difícil pra gente e ainda é, de alguma forma, é... certos elementos da maternidade lésbica, porque ainda é muito difícil... tem pactos sociais que são horríveis, do casal... da maternidade... da parentalidade heterossexual, mas eles são pactos existentes e você pode questionar os pactos, a existência de pactos pré-concebidos, socialmente, também faz com que tudo vire um desafio, né... do tipo qual o seu papel nesta relação, e pro bom e para o ruim, porque as vezes você se vê insegura se você está dando o seu melhor como mãe, e qual o seu papel como mãe do lado da sua, é... companheira, parceira, mulher, sei lá qual o termo que se usa, eu vou dizer o amor da minha vida, minha co-mãe. (Isabela)

No entanto, Rita e Nicole, uma vez que tomaram conhecimento das possibilidades para a gravidez, entenderam juntas que o método seria a fertilização in vitro, por dois motivos: por ser o que lhes proporcionaria maior segurança, já que o doador de sêmen seria e permaneceria anônimo; e pela decisão de Rita de doar seus óvulos, já que assim conseguiria, além de o abatimento de 100% do valor do processo, se sentir retribuindo ao universo, por ter acessado a um banco de sêmen que também precisou da doação de outra pessoa para existir.

A gente não queria fazer inseminação caseira⁹. A gente conversou sobre isso e a gente optou por não fazer porque a gente não bancaria contar essa história com naturalidade pros nossos filhos. Aqui em casa a gente sempre tem uma coisa de conversar muito sobre os assuntos até eles não se tornarem tabu. Não existe um assunto proibido em casa, não existe algo que a gente não possa conversar até o fim. Então qualquer problema, qualquer desentendimento a gente conversa até aquilo ficar normal e a gente poder fazer piada se a gente quiser sobre o assunto. E a gente sacou que se a gente fosse falar...fosse fazer uma inseminação caseira com alguém que a gente conhecesse, tivesse acesso, a gente ia sentir um incômodo desconfortável com essa pessoa. Não seria algo saudável pra nossa relação e que não era algo que nenhuma das duas se sentia bem em fazer. (Rita)

Nenhuma das mães que entrevistei esconde sua sexualidade de suas (eus) filhas (os), pelo contrário, conversam abertamente sobre o tema, naturalizam, tiram dúvidas, apresentam livros de histórias infantis sobre todos os tipos de família para as crianças, dispõem de conhecimento para que estas crianças combatam o preconceito que possam vir a sofrer e não que façam parte dele através do silêncio ou sem oferecer ferramentas que as auxiliem em

⁹ Inseminação caseira (IC), como o próprio nome diz, é a inserção de gametas masculinos no colo do útero de uma pessoa com capacidade de gestar, de forma artesanal, sem recursos médicos.

diálogos que possam aparecer sobre o tema conforme forem questionadas sobre sua configuração familiar. Ficou evidente o comprometimento destas mães em naturalizarem seus relacionamentos com outra mulher, em ser mãe com outra mãe, em falarem a verdade para as crianças no que tange a história enquanto casal e enquanto família. Aqui, refiro-me às outras mães. Rita se percebeu lésbica quando entendeu, em sonho, que gostaria de ser mãe com outra mãe:

Eu brinco que eu soube que eu era lésbica quando eu sonhei pela primeira vez que eu estava ao lado de uma mulher grávida com um neném, sabe assim? Ali eu falei 'cara, isso é possível'. Porque não é uma realidade da nossa geração de ter visto referências de mães lésbicas, assim. (Rita)

Paola avisou Milena desde quando a conheceu que queria ser mãe e que gostaria que fosse logo.

Então, eu já tinha muita vontade dá... é... de ter filho, já tinha um bom tempo, né... e quando eu conheci a Milena eu já deixei isso muito claro, eu falei: olha eu quero ser mãe, quero ser em um curto espaço de tempo e a gente sempre conversou muito sobre isso. Quando eu conheci ela ela não pensava sobre isso, ela tinha 25 anos na época mas não tinha... acho que ela até pensava: ah algum dia eu quero ter filhos mas nunca parou para pensar nesse assunto, né... Então a gente já começou a namorar já sabendo desse meu desejo, e... e... urgência desse meu desejo. E ela nunca quis engravidar então nunca foi uma questão, sempre o desejo de engravidar foi meu, então isso já estava muito claro na nossa cabeça. Então quando a gente começou a pensar sobre métodos também é... como eu tinha uma grande vontade de engravidar, parir, tudo isso a gente sabia que uma das crianças, pelo menos, viria é... de um... de algum procedimento e logo no começo a gente já pensou sobre a pré fertilização in vitro, né... porque tem toda aquela questão de barriga de uma e óvulo de outra, todo mundo participa e toda essa, é... esse pensamento muito comum, né... hoje... hoje eu reprovo totalmente esse tipo de pensamento, mas na época foi alguma coisa muito bacana para a gente imagina e... e imaginar sobre a aceitação da sociedade, de... é... [inaudível]... então foi fertilização, a gente também tinha vontade de adoção, então a gente também entrou na fila de adoção e tudo mas não aconteceu e... e a gente começou a preparar toda a nossa vida, né... do momento que eu fiquei com a Milena até a gente iniciar os procedimentos foram dois anos então nesses dois anos a gente é.. começou a planejar tudo, né... desde vida profissional, financeira, casa, enfim, foi arrumando a vida para receber uma criança e depois de dois anos a gente conseguiu e a gente falou assim: beleza, a gente conseguiu organizar mais ou menos tudo como a gente queria então a gente pode começar os procedimentos agora e a gente começou, mas foi quase um ano depois que a gente conseguiu finalmente que a gravidez desse certo e tudo. (Paola)

Lúcia pensa e pesquisa sobre maternidade lésbica desde quando percebeu sua sexualidade, na infância e entendeu que precisaria de tecnologias reprodutivas para engravidar, mesmo que não denominasse assim.

Sempre quis ser mãe, cara, eu lembro de quando eu era criança e eu falava o seguinte: aos vinte e três eu vou casar e aos vinte e sete vou ter filho, eu falava isso criança, aos vinte e três eu vou casar e aos vinte e sete vou ter filho! Eu casei assim, fui morar junto, com vinte e tive filho aos vinte e quatro. Então adiantei o processo aí, mas sempre quis, sempre foi um desejo! Eu era criança e não sabia como, né?

Então a partir do momento em que eu vi que eu era mulher lésbica e que eu não teria como ter filho da forma tradicional, eu fui me informando! E eu nunca achei que fosse ser algo impossível, assim. Sabia que seria mais difícil, sabia que eu teria que achar uma outra mulher que tivesse o mesmo desejo que eu; sabia que não ia ser por acidente, e isso é bom; mas sempre achei que fosse possível, sempre tive desejo de ser mãe. (Lúcia)

Isabela tinha medo de ser mãe, de qual efeito isso teria para as (os) filhas (os) que teria, em como seria. Mas foi trazida para a realidade por uma tia:

É, mas assim, eu tinha vontade de ter filho, mas uma vez eu lembro que eu virei pra minha tia e falei assim: ai tia, se eu casar com uma mulher eu acho que não vou querer ter filho, porque imagina a cabeça dessa criança, isso tem vinte anos, tá, essa conversa. Aí ela falou assim: Isabela com quantos... Eu falei assim: cara, essa criança vai ser muito fudida, né. Aí ela virou e falou assim: Isabela, com quantos anos você começou a fazer terapia? Ai eu falei: Com sete. Aí ela falou assim: Você é filha de duas mães ou dois pais? Ai eu falei: não. Ela: Isabela, pessoas tem problemas, e se seu filho tiver uma dificuldade em relação a seu tipo de maternidade procura um psicólogo para ele, mas agora eu te garanto que vai ter muito mais gente que vai ter muito mais problema por outras razões que não é por ser filho de pais gays, lésbicas, bissexuais. Cara, aquilo, eu tinha dezoito anos, eu acho, foi um despertar pra mim. Então desde aquele dia eu fiquei muito mais confortável com o tipo de maternidade que eu teria. E eu já sou casada há doze anos, então eu já tinha planos há muito tempo. (Isabela)

Maitê questionou como faria para ser mãe imediatamente quando se percebeu lésbica, já aos 26, 27 anos.

eu nunca fui daquelas pessoas mega convencidas, sabe, que o sonho da minha vida era ter filho, mas quando eu fui ficando mais velha, lá pros 25, mais velha, assim, menos adolescente, passado aquele terror da adolescência de engravidar, eu comecei a pensar que de repente poderia ser uma coisa legal e que eu queria. E aí quando eu conheci... Quando eu me descobri lésbica tarde, assim, a primeira vez que eu fiquei com uma mulher mesmo eu tinha 26, 27 anos. Então uma das minhas questões de ficar com mulher era: caramba, e se eu quiser ter filhos, e no futuro? Pra mim não aparecia nem como uma possibilidade, né, naquela época. Até que depois, como lésbica, eu comecei, lésbica já, me identificando como lésbica, conversando com outras amigas, me disseram: não, isso é possível, existem mulheres que tem filhos e tudo bem. (Maitê)

Ana, assim como quase todas as outras mães que entrevistei, conta que sempre quis ser mãe, que sempre quis ter essa experiência, de construir seu projeto de família, e que por algum tempo achou que não seria possível, devido à sua sexualidade. Ficou tanto tempo desejando ser mãe que acabou tendo o projeto parental como principal objetivo do relacionamento com a outra mãe de sua filha e seu filho.

Então, quando eu me dei conta que, que eu gostava de outra mulher, a minha maior dificuldade interna não era com a questão da orientação sexual, ou de como eu ia lidar com isso, eu não tive o menor problema com a minha orientação sexual, eu até brinco quando as pessoas me perguntam assim: mas como é, quanto tempo você levou para sair do armário? E eu falo que eu nunca entrei, né. Eu não tinha essa questão do sair do armário, mas eu tive uma questão que me pegou muito séria, quando eu

me dei conta que aquele meu projeto de ter filhos estava comprometido. (...) Eu comecei a ver que existia fora do Brasil bancos de semem e eu fui conversar com a minha médica, ela deu todo apoio, me explicou como eu fazia, me deu o nome de especialistas no Brasil que faziam inseminação artificial (...) Na época, com a pessoa que eu era casada, a gente foi, é, planejou desta forma, primeiro ter a nossa casa e, apesar da minha família aceitar muito bem a ideia, mas eu não queria depender de ninguém para isso. Os custos eram muito altos naquela época, ainda são, mas naquela época eram muito mais. E banco de semem no Brasil quase não dava informação sobre o doador e eu queria ter mais informação, então eu resolvi que iria trazer de fora. Então eu passei uns dois anos escolhendo de qual banco de semem eu ia trazer o semem, depois passei um ano escolhendo de qual doador. Dentro daquele banco de semem, escolher de qual doador. (Ana)

Nem sempre a família extensa acolhe a maternidade de um casal de duas mães, como foi o caso de Maitê e Isabela, por exemplo. Maitê só percebeu e contou sobre sua sexualidade depois dos 27 anos e diz que a mãe acabou aceitando por não ter muita opção. Já Isabela teve um pouco mais de dificuldade por ser de uma família judaica tradicional, acredita Maitê:

Quando eu contei pra minha mãe, como eu já era mais velha, já morava em São Paulo e etc, acho que também ela não tinha muita opção além de aceitar, sabe, tipo minha filha já não precisa do meu dinheiro, já não mora na minha casa, já tem uma carreira, já tá longe e etc, o mínimo que eu posso fazer é, acho que na cabeça, é aceitar. Então ela aceitou, não to dizendo que foi fácil, mas ela nunca... mas não foi um processo muito complicado com minha mãe não. Com os pais da Isabela foram mais, porque eles são de uma família Judaica mais tradicional, Rio de Janeiro, blá blá blá, então pra ela foi um pouco mais difícil, ela quando contou pros pais a gente já tava casada, assim, já morava junto. E a mãe dela ficou mais de um ano sem querer me conhecer, mas depois que me conheceu ficou tudo bem.

(Amanda) Ela ficou mais de um ano sem contar de você quando vocês já estavam juntas? Ou da gravidez?

(Maitê) Não, quando a gente se conheceu a Isabela ficou uns meses, a gente foi morar junto e uns meses depois ela contou pros pais, mas a mãe dela, depois que a Isabela contou ficou, tipo, mais de um ano, ou um ano, sem querer falar, sem querer me ver, assim, sem querer saber quem eu era.(...) E o pai da Isabela não, o pai da Isabela quis me conhecer mais rápido, foi curioso. E aí depois virou uma chave, eu acho, na cabeça dela, assim, ela quis me conhecer. Quando, eu acho, que ela ficou pronta pra me conhecer, ela ficou pronta pra me conhecer e me aceitar, mesmo. Então eu ia lá, a gente ia pro Rio, ficava na casa deles e etc, blá blá blá. E aí, seis anos depois, né, porque a gente ficou casada sete anos, até ter filho. É, quando a gente falou que ia ter filho e contou que ia ser filho, né, meu óvulo na barriga da Isabela, a reação dela foi assim: mas quando é que você vai ter meus netos de verdade. Foi horrível, eu fiquei assim, me sentindo muito mal. Quer dizer que os meus filhos, primeiro que não são os meus filhos, são nossos filhos, e segundo que só porque é o meu material genético significa que não é seu filho, não é seu neto? Tipo, da onde você tirou isso? E aí foram alguns meses, assim, de um certo desconforto, mas acho que depois que as crianças nascem, tipo, é filho do seu filho, filho da sua filha e pelo menos com a gente foi assim. Eu tenho, infelizmente, eu conheço várias histórias que não tiveram esse mesmo final feliz, mas pra gente foi só avós babões, sabe, assim. E quando a gente resolveu se mudar pra cá foi um drama, porque agora, né, caramba, vocês vão ficar longe, a gente não vai poder acompanhar tão de perto e etc. Então foi difícil se mudar pra cá e foi uma decisão... deixa eu só fechar, eu acho que é meu whatsapp que tá aberto aqui. Foi uma decisão sofrida pra gente. (Maitê)

Paola fez outras tentativas de engravidar antes de sua filha nascer. Por isso, a gravidez de Beatriz foi permeada de ansiedade e medo de que o processo não desse certo, sobretudo por ser um procedimento com valor alto, que ela não poderia pagar novamente para tentar.

Como eu falei a gravidez foi uma coisa muito desejada por mim eu já estudava sobre gravidez e parto há muito tempo, eu já sonhava com isso há muito tempo e eu realmente queria muito aproveitar todo aquele período. Foi uma gravidez tranquila, do ponto de vista fisiológico, eu tive um sangramento no início da gravidez, mas assim do ponto de vista fisiológico foi tranquilo, só que como a gente já tinha feito outras tentativas que já tinham dado negativo e a gente não tinha mais dinheiro pra conseguir tentar, pra continuar tentando, então foi uma gravidez que teve uma pressão psicológica muito grande, eu tinha muito medo de perder. Do dia um ao nascimento eu realmente tava assim, em pânico, eu diria, com medo de perder. Então foi uma gravidez psicologicamente um pouco complicada nesse aspecto, né... porque eu sabia que se eu perdesse eu não tinha dinheiro para fazer de novo, é... tanto que assim, os três primeiros meses, principalmente, eu acordava toda madrugada com crise de ansiedade, começava a procurar no google sobre aborto, toda madrugada, os três meses inteiro, eu acordava de madrugada pra pesquisar no google sobre aborto. Então assim, pra Milena foi muito mais tranquilo, ela confiou muito mais nessa gravidez mas eu não, eu até o último momento eu achava que poderia dar algo de errado. Então pra mim foi um peso psicológico muito grande, tanto que eu fui divulgar mesmo pra família, eu fui falar com três meses, e pro resto das pessoas. (Paola)

Uma vez decidida a gravidez e o método para alcançá-la, outras questões aparecem para o projeto parental, como a escolha do doador. Maitê e Isabela, bem como Rita e Nicole, comentaram sobre a dificuldade na escolha. Tanto por decidirem características físicas de alguém, quanto pelo cuidado de escolher alguém que será 50% do material genético de suas filhas e filhos.

A gente escolheu um banco gringo, primeiro porque o banco brasileiro que deram pra gente era uma planilha de excel que tinha cor do cabelo, cor do olho, que tipo de comida gostava, qual a cor preferida e profissão. Eu achei aquilo meio bizarro. E o banco gringo que deram pra gente era super... tipo era um questionário gigantesco, vinte e quatro páginas, tudo obviamente auto declarado então várias coisas que eu vejo dos meus filhos eu falo assim... cara, não sei se esse cara sabia o que ele estava preenchendo. Mas tem alguma coisa, que foi útil, porque meus filhos nasceram prematuros e eu pude entregar pra pediatra um PDF enorme que falava várias coisas que ajudavam na hora ali que a gente teve que ver algumas coisas que precisavam ser feitas, sei lá (...) Escolher um doador é difícil pra caceta, porque você se sente fazendo eugenia, né... assim, tipo, você está escolhendo racionalmente baseado em características físicas, assim, é horrível, assim, foi uma experiência horrível pra gente fazer essa escolha. A gente não entendia e a gente levou um tempo para entender que a gente estava sofrendo porque a gente estava tendo que fazer uma escolha em cima de uma coisa que não é bacana, que são características físicas, quando o amor não tem nada a ver com características físicas. Tesão, sei lá, até pode ter a ver com características físicas, você vai em uma noitada e acha alguém muito gata e você quer pegar aquela pessoa porque você achou gata ou estilosa, beleza isso é tesão, não é amor. E filho, cara, tecnicamente é amor, né... e isso foi muito, foi muito foda. (Isabela)

A clínica que a gente usava dava a opção da gente ter doador no Brasil e doador Americano e o banco Brasileiro é muito pobre de informação. E já que era um processo, essa pra mim foi uma das partes mais, é como que eu vou dizer, estranhas do processo, porque você entra no banco pra fazer uma escolha e parece que você tá escolhendo um produto, sabe. E você vê lá: cor dos olhos, cor do cabelo. Então na nossa cabeça, de novo, vamos emular as características físicas da Isabela neste doador para, né, parecer com a gente mesmo. Então a gente foi e só que o banco brasileiro tem pouquíssima informação, por exemplo, minha avó morreu com alzheimer e eu queria poder escolher, já que eu posso escolher alguém que não tivesse alzheimer na família, porque assim minimiza as chances de no futuro essa doença aparecer para os filhos. Esse tipo de informação não tinha no banco brasileiro e no banco americano tinha. (Maitê)

Na época a gente conversou com psicóloga da clínica e ela nos apresentou o banco de sêmem internacional, o banco de sêmem que tem aqui nacional, que é na Paulista né, associado a algum daqueles hospitais de lá, e a gente optou pelo da clínica que era o que tinha o menor número de informação possível. Ele só tinha peso, altura, cor dos olhos, cor do cabelo, ascendência, fator sanguíneo e só, eu acho. Não tinha nem profissão, nem nada. E essa opção por esse banco era por ter menos opção possível desse doador e tentar deixá-lo menos presente possível na nossa vida. No sentido de que quanto mais informações você sabe daquela pessoa, mais aquilo vai voltar quando vir a criança, sei lá... 'ah, a Olívia gosta de Maria Bethânia, lembra que o doador colocou que a música preferida dele era da Maria Bethânia?', sabe assim? Nesse lugar... 'ah, desenha muito bem, porque o doador era artista'. A gente não queria entrar nesse lugar, a gente queria que realmente fosse uma pessoa que tivesse doado e hoje a gente entende que é uma pessoa muito presente, por mais que a gente não quisesse que fosse, ela é muito presente, porque ela é 100% presente, ela é 50% do material genético dessas crianças. A gente fala muito sobre ele, é...o tempo todo, mas fica num lugar mais...enfim...ele é menos real, menos...a gente não consegue botar uma cara nessa pessoa, a gente não sabe quais são as características a mais. (Rita)

Além disso, existe a possibilidade de irmãs (ãos) das mesmas mães compartilhem também o mesmo material genético utilizando-se do mesmo doador. Como foi o caso de Ana, que escolheu o mesmo doador para sua filha e seu filho, mesmo os dois tendo 4 anos de diferença de idade.

Mas quando eu decidi ter um filho lá nessa segunda relação, o plano era, eu teria o primeiro porque eu era mais velha e ela teria o segundo. É, na época nem se falava sobre essa coisa de ter o óvulo de uma na barriga da outra, nem se falava nisso. E, então eu engravidei primeiro por ser mais velha e o projeto era das duas terem o mesmo doador, para que as crianças fossem de fato, não só irmãs sociais mas irmãs biológicas também. Depois a gente até viajou para conhecer alguns outros irmãos, irmãos não porque a gente nem chama de irmãos, né, mas outras crianças fruto do mesmo doador. Que também tinham famílias com duas mães. Conhecemos algumas crianças...(Ana)

A preocupação com a eugenia, ao mesmo tempo a possibilidade de evitar certas doenças, a dificuldade em lidar com certa incongruência entre o amor que já existia entre elas e a frieza da escolha de um perfil que seria fundamental para dar vida à criança, a ideia de que quanto menos se sabe, menos presença desse terceiro na vida familiar foram algumas das questões que essas mulheres relatam como importantes no momento de escolha do doador. Na

literatura, a principal preocupação destas mães são o fenótipo e a *saúde* dos doadores, como apontam a médica brasileira Camila Vitale et al (2017). Outro fator relevante que as autoras levantam é que grande parte dos casais de mulheres que procuram o banco de sêmen para realizar reprodução assistida buscam por um doador que se assemelhe fisicamente à mãe que não vai participar da gestação:

(...) as mulheres entrevistadas buscavam um doador que se assemelhasse à co-mãe objetivando reconhecer no filho gestado a representação da contribuição de ambas no processo. Nesse sentido, o parentesco é tomado na perspectiva de contribuição biogenética dos integrantes do casal em igual proporção, como uma partilha de material genético no ser a ser criado, independente do fato de que uma das partes esteja representada de modo simbólico pelo material genético de uma terceira parte (doador). Nesse contexto, “ter um filho com sua carinha” aparece como sinônimo para proporcionar uma filiação que possua laços com as duas integrantes do casal. (VITALE ET AL, 2017, p.:6)

Para as autoras, é como se o fato da criança ter características fenotípicas também da mãe que não gera pudesse promover um reconhecimento do casal na criança e também reconhecimento social de pertencimento àquela família.

Maitê também fala sobre a escolha do doador, os riscos de ser alguém conhecido, e levanta um outro ponto fundamental na construção do projeto parental que é quem vai engravidar

A gente resolveu que ia ser uma inseminação cruzada e como eu sou dois anos mais velha a gente decidiu começar com os meus óvulos na Isabela porque o óvulo é o que envelhece primeiro e depois a gente faria o contrário, os óvulos dela em mim. Só que vieram gêmeos, né, então a gente acabou desistindo da jornada da volta, né. Do caminho de volta, assim, então foi só, foi só não, foi dessa vez e a gente acabou meio que desistindo depois de ter o terceiro filho. Então foi essa decisão, a gente chegou até na época até a pensar em ter um doador conhecido, é e aí a gente falou, ah, a gente até chegou a conversar com o melhor amigo da Isabela e tal, e a gente descobriu muito rápido que talvez ia ser mais uma complicação, sabe. Então, é, se fosse uma pessoa na nossa, assim, pela nossa experiência, muito próxima talvez, é, em algum momento ia: ah parece, olha como parece, e aí a figura do pai ia começar a aparecer. Porque afinal de contas, aquele cara, aquela pessoa estava por ali. Então a gente achou que talvez gerasse uma família com três, três paren... parents, né, é mais fácil em inglês, mas com três pais/mães. Enfim, a gente achou que ia ser muito complicado e optou por um doador anônimo. Então essa basicamente foi a decisão, como a gente tomou a decisão. (Maitê)

Na maternidade lésbica há a possibilidade de escolha sobre quem vai engravidar, visto que no caso de mulheres cis, são dois corpos fisiologicamente idênticos, ou seja, aptos a gestar.

O brasileiro doutor em Saúde Pública Edu Cavadinha (Corrêa, 2012) aponta que:

A decisão de quem deve engravidar pode ser considerada um ponto crítico em uma relação lésbica, pois a mãe que não engravidou pode sentir-se invisível em relação a sua parceira, principalmente no que diz respeito aos cuidados e vínculos com o filho (BROWN, 1992), já que nas sociedades ocidentais a ideia de mãe como ser que engravida, gesta e dá a luz é muito forte. (CORRÊA, 2012, P.:89)

Ainda é forte essa dimensão apontada em sua tese (Corrêa, 2012), mas talvez esses 10 anos que separam as duas pesquisas tenham transformado um pouco as práticas sociais. No caso das mães que entrevistei, escolher quem engravidaria não pareceu uma questão difícil de ser resolvida, tampouco gerou tanta tensão em relação ao reconhecimento da maternidade de quem não gesta. Paola comunicou a Milena que desejava engravidar desde o momento em que se conheceram, em contrapartida, Milena já não tinha desejo de gestar. O casal Maitê e Isabela decidiu de acordo com a faixa etária: Isabela engravidou por ser mais velha que Maitê e ambas pretendiam que Maitê engravidasse depois, porém ficaram grávidas de gêmeos e desistiram da segunda gravidez. Rita conta que Nicole pensava em engravidar até que ela comunicasse o seu desejo de gestar, fato que, de acordo com ela, fez com que a esposa percebesse que desejava ser mãe e não gestar. Ana também diz sempre ter estado decidida sobre engravidar primeiro e, depois, a outra mãe de seu filho e sua filha, engravidou. E Lucia narra que sempre quis ser mãe, mas quando se percebeu lésbica não sabia como já que não queria gestar, de modo que quando encontrou Tereza que gostaria de engravidar, foi até um alívio.

Paola e Milena planejaram que a chegada de Beatriz seria algo somente das três, onde teriam um momento para se conhecerem, criarem conexões, estarem junto. Assim como Lúcia conta sobre o seu desejo com Lua, Paola diz que Milena foi a primeira pessoa a segurar Beatriz, tiveram um momento de pós-parto bem próximo e íntimo.

A Beatriz quando nasceu foi realmente a Milena que tava ali esperando ela sair e veio direto pros braços dela e foi uma coisa que a gente fazia muita questão. Foi muito como a gente sonhou, foi do jeito que a gente planejou o parto. A gente ficou, depois do parto, cerca de uma hora e meia com ela no quarto, então eu comecei a amamentar, a gente ficou conversando, ficou rindo, é... foi pesar e fazer as coisas mas logo ali do lado do quarto, então a gente ficou uma hora e meia nessa interação, eu Milena, a bebê e as médicas, e... e foi uma hora muito gostosa e depois disso a gente foi pro quarto e a Beatriz ficou com a gente todo o tempo, né... acho que foi umas duas vezes só que ela saiu para fazer alguma coisa na enfermaria mas ficou praticamente 100% do tempo com a gente. E um dia e meio depois a gente já saiu, foi pra casa. A gente não queria ninguém em casa, então a gente proibiu qualquer visita, até porque a gente morava sozinha em outra cidade então qualquer visita de familiar seria pra dormir lá, passar vários dias e a gente não queria, a gente queria só nós duas com a nossa filha, conhecendo ela, conhecendo dos cuidados, enfim, só nós e a gente realmente proibiu qualquer visita a minha avó foi mesmo assim... teimosa... e a Milena ficou puta porque não era isso que a gente tinha combinado, né... mas de qualquer forma ela não interferiu muito nas coisas então assim, a gente saiu da maternidade, foi pra casa, aprendeu tudo ali na hora, o que tinha dúvida a gente ia pro google e perguntava, a gente não queria realmente ninguém interferindo, a gente queria a gente e pronto. (Paola)

3.3 Esse tal maternar

De acordo com Galindo (2013), não é possível despatriarcar sem descolonizar e vice-versa.



Figura 8: Pixo do Mujeres Creando nas ruas de La Paz, Bolívia, Janeiro de 2017¹⁰

É preciso entender o Patriarcado como hierarquia social, que favorece os homens e desfavorece as mulheres no que diz respeito ao mundo econômico, cultural, político, social e, portanto, no que tange à criação de crianças. Desobedecer a este sistema é uma forma de desmantelá-lo, segundo a pesquisadora boliviana.

La despatriarcalización por tanto, no es un proyecto individual, sino que es un proyecto colectivo donde confluyen mujeres de diferentes universos; ésta funciona como elemento de cohesión y como horizonte al mismo tiempo. Escohesión en la medida en la que actuamos desprendidas de nuestro lugar de pertinencia para confluir en un nuevo lugar común; un lugar que ya nos es aquel lugar pertenencia lo que nos atan mandatos que cumplir. (GALINDO, 2014, p. 178)

Para a historiadora brasileira Tânia Navarro Swain (2021), a lógica de poder instituída em nossa sociedade nos atravessa de forma que homens ocupam lugar de dominação e mulheres de assujeitamento. O que compreendemos como mulher tem como base os fundamentos do cristianismo, ou seja, a já citada história de Adão e Eva.

Nesta lógica, ser mulher tem como ponto de partida a incapacidade de Eva de ter resistido ao *pecado original*, ter comido a *maçã proibida* e, assim, iniciado a vida terrestre a partir do que era visto como pecado: fazer sexo por prazer. Para Saunders (2017), a salvação para este pecado está no uso do próprio corpo apenas para fins reprodutivos, isto é, quando o

¹⁰ Arquivo pessoal

sexo que a mulher faz é para gerar sua prole. Logo, as mulheres são compostas por sua fraqueza ao não resistir à maçã e pela capacidade de reprodução e maternidade que seu corpo possui.

Fundadas nas premissas da heterossexualidade e nas matrizes de inteligibilidade do patriarcado, a reificação contínua destas categorias deixa um espaço de significação onde as mulheres não podem “estar no mundo”, senão para responder ao masculino, a seus desígnios, para dar-lhe uma descendência. A maternidade é assim seu destino e sua transcendência; a prostituição, a imanência na impureza de seu sexo. (SWAIN, 2021, p. 18)

Até o momento, a sociedade entende a mulher como fonte de procriação, como o ser humano que tem a reprodução como função. A maternidade é o ponto de vista pelo qual as mulheres são enxergadas e, ao mesmo tempo, maternas é o que faz com que sejamos compreendidas enquanto mulheres, como se toda a nossa subjetividade fosse resumida à capacidade de reprodução e à criação de crianças.

Às mulheres tem-se tentado, há 4 ou 5 séculos, no Ocidente, atribuir um modelo, uma forma singular centrada em seu corpo, em sua capacidade reprodutora. Louvada enquanto apanágio das mulheres, a capacidade de procriação tem, por outro lado, o peso de um destino, de uma fatalidade que definiria as mulheres enquanto a verdadeira mulher. Esta imagem, tão difundida pelas instituições sociais, na iteração de um discurso construtor de corpos disciplinados, vem moldando as representações do feminino e a auto-representação das mulheres em torno da figura da mãe. (SWAIN, 2021, p. 1)

A maternidade pode ser vista como dispositivo de poder e uma forma de controle, e ao mesmo tempo algo que legitimaria o ser mulher. Para as professoras brasileiras Paula Rita Bacellar Gonzaga e Claudia Mayorga

Repensar a maternidade é um caminho para repensar como a ficção de gênero e raça continua produzindo verdades totais sobre nossos corpos e impondo desvalorização de outras experiências, de outros modelos e de outras mulheres. (GONZAGA; MAYORGA, 2019, p.70)

Segundo Gonzaga e Mayorga (2019), pensar em mulher é pensar na maternidade; até mesmo para falar de mulheres que não querem ser mães, é preciso falar sobre maternas. Ser mãe é visto como o lugar onde toda mulher quer chegar, como auge da maturidade, um desejo necessário, uma obrigação:

Mãe é um significante presumido da palavra mulher, tornando aquelas que não são mães, estrangeiras no próprio substantivo que as nomeia, que reduz um rol de experiências generificadas à presença ou ausência da prole; estrangeiras em seus próprios corpos, definidos como fontes obrigatórias de vida. (GONZAGA; MAYORGA, 2019, p. 61)

Conversando com Celina, umas das mulheres mães e lésbicas que entrevistei, a ouvi dizendo sobre o quanto a maternidade não era algo que estava em sua expectativa de futuro até seu marido à época colocar a paternidade como desejo essencial. Celina é mãe de duas crianças e se percebeu lésbica quando era casada com seu ex marido, pai de sua filha e de seu filho.

Então assim, eu não tinha essa necessidade (de ser mãe), mas dentro do relacionamento hétero é quase que uma parada compulsória, você tipo é jogada na maternidade, catapultada na maternidade, né? E aí assim, não quer dizer que hoje eu não entenda a maternidade como uma coisa maravilhosa, eu amo ter tido dois filhos. Tive o segundo filho por, assim, quis ter, mas não foi uma coisa que eu escolhi assim “ah eu quero isso pra mim”. Eu depois de muitos anos de relacionamento ele falava “a gente vai ter filhos?” e eu falava “vamos, mas calma aí que eu tenho que fazer outra coisa agora” eu sempre tinha outras prioridades. Acabou que eu falei, não, beleza, vamos ter filhos e eu engravidei da Cecília. E aí fez todo sentido eu engravidar naquele momento e eu acho que hoje faz todo sentido dentro do meu corpo, da minha vida, eu ser mãe, eu acho que eu precisava ser mãe. Eu acho que eu precisava disso, acho que isso foi um movimento involuntário, mas não foi um movimento consciente “nossa eu quero muito ser mãe”, entendeu? É isso? (Celina).

Compreende-se então que a maternidade compulsória é uma forma de subjugar e controlar mulheres. Em prol da maternidade, mulheres tendem a aceitar diversos tipos de violência, podendo iniciar e/ou manter relações devastadoras, abdicar da própria vida, da própria carreira, de si. E ao engravidar, as mulheres passam a ser vistas apenas como mães, porque a maternidade compulsória é uma forma de transformar toda mulher em apenas mãe. Como explica a professora brasileira Anna Carolina Horstmann Amorim:

Importante notar que os corpos disciplinados (FOUCAULT, 1986) aos “encantos” da maternidade evocam valores ligados à premissa da heterossexualidade e nesta ordem simbólica a mulher tem seu corpo moldado e sua sexualidade domesticada (TUBERT, 1996). Nada obstante, é imprescindível indagar se a tônica e a reprodução das normas de gênero permanecem as mesmas quando nos referimos a mulheres lésbicas. Tenho indicado que essas mulheres assumem para si o controle de sua sexualidade, rachando com a premissa heterossexual e com a dominação patriarcal. Ainda sim, seguem signatárias da união entre seu corpo e a função social da maternidade? A maternidade compulsória parece sim continuar como reduto do reconhecimento da mulher, mesmo no tocante à lesbianidade. (AMORIM, 2013, p. 92)

Esta crítica compreende que existem sim corpos biologicamente distintos, que acabam por ser definidos a partir do aparelho reprodutor, mas seus funcionamentos ainda assim são distintos. Um corpo com útero nem sempre pode engravidar. Um corpo que produz espermatozoides não necessariamente tem a capacidade de fecundar óvulos. . Ser homem ou ser mulher não se resume ao aparelho reprodutor, a construção do corpo e os significados e significantes que damos a ele são sempre subjetivos, datados, marcados por classe social, cor da pele, território.

Faz-se necessário destituir a maternidade tanto do endeusamento de que tudo suporta – afinal, de que adianta o paraíso se for para padecer? – como da demonização que a ciência tão recorrentemente usa com o intuito de reificar a culpa das mulheres – mães psicotizantes, mães suficientemente boas, estéreis, disfuncionais, sujeitos faltantes. É preciso que falemos mais sobre a maternidade e menos sobre as mulheres que precisam vivê-la. Desconstruir o binarismo a que foi discursivamente reduzido o continuum de experiências que cercam a reprodução, desnaturalizar os imperativos que atrelam as mulheres à prole e considerar a recusa pela maternidade como escolha legítima, tanto pessoalmente como politicamente, podem ser caminhos para anular a ideia de que nossa existência precisa de redenção por uma maçã que foi supostamente roubada em um jardim em que nós nem escolhemos estar, nem precisamos permanecer. (GONZAGA; MAYORGA, 2019, p. 71)

Apesar da sensação de escolha, ser mãe é algo induzido e estimulado desde o momento do nascimento de meninas cisgênero, como se fosse o destino óbvio e até mesmo o único possível, o desejável, o que trará realização e felicidade. Portanto, mesmo com a sensação de escolha sobre maternar, fica evidente que se trata de uma construção social tida como a única possível. É o que Gonzaga e Mayorga elucidam:

Essa leitura já foi denunciada desde a década de 1940 na obra de Beauvoir (1980), que aponta que a maternidade é possivelmente o instrumento mais eficaz da subjugação feminina, visto que esse não se fazia através da violência explícita e sim pelo convencimento de que o melhor que a mulher podia fazer era ser mãe. Logo, a maternidade é um discurso que naturaliza a própria violência na qual se baseia, o que se explicita na repressão e rechaço às posições críticas à maternidade e às resistências. (GONZAGA; MAYORGA, 2019, p. 61)

Para as cientistas sociais brasileiras Anzorena e Yañez (2013), a descriminalização do aborto e a desconstrução da ideia de não querer maternar até hoje são vistas como sinônimo de perturbação e/ou deficiência. Invalidando o desejo de dismantelar a lógica da maternidade como obrigação e, conseqüentemente, o domínio estatal dos corpos de mulheres.

É curioso pensar que a única mãe que não colocou a maternidade como plano de vida foi Celina, que estava em um relacionamento até então heterossexual. Porém, também foi Celina que definiu a maternidade como forma de centralização, de equilíbrio, de necessidade atualmente.

Eu precisei dar uma centrada em mim, por que a responsabilidade, infelizmente a gente não tá numa sociedade justa, então a maternidade é quase um lugar de desigualdade social. A mulher quando tem um filho, ela entra em um lugar vulnerável, né, ela tá ali, tem que maternar, tem todas as outras coisas que ela tá fazendo, é como se fosse uma obrigação dela o que ela tá fazendo. (Celina)

Talvez a relação de Celina de desinteresse em relação à maternidade, que foi mãe casada com um homem, seja uma boa forma de perturbar a naturalização da mesma. Curioso que em

uma tese sobre maternidade lésbica, todas elas trouxeram o desejo de serem mães inscrito em suas vidas. A única que não tinha este sonho ou projeto, se via até determinado momento da vida como heterossexual.

Paola, Lúcia e Rita sempre quiseram ser mães. Lúcia conta que a partir do momento em que compreendeu que é lésbica, ainda na adolescência, começou a se informar sobre as possibilidades para que a gravidez acontecesse.

A partir do momento em que eu vi que eu era mulher lésbica e que eu não teria como ter filho da forma tradicional, eu fui me informando! E eu nunca achei que fosse ser algo impossível, assim. Sabia que seria mais difícil, sabia que eu teria que achar uma outra mulher que tivesse o mesmo desejo que eu; sabia que não ia ser por acidente, e isso é bom; mas sempre achei que fosse possível, sempre tive desejo de ser mãe. (Lúcia)

Lúcia aproveita o tema para contar que conhece muitas famílias de duas mães pelo Instagram e percebe que em muitas delas há uma reprodução da heterossexualidade, levando até mesmo a gravidezes que, de acordo com ela, não são bem avaliadas se é um desejo próprio ou se é um comportamento padrão que se espera de uma mulher e que muitas lésbicas querem alcançar na busca por legitimação da sociedade.

Querendo ou não tem um outro peso, é um ato político mesmo! Então é muito louco como mesmo não sendo um acidente eu ainda vejo que tem famílias de duas mães que fazem quase que sem pensar mesmo e reproduzem muitos estereótipos, da heteronormatividade, reproduzem muito assim. (...) Eu acho que pode ser falta de referência, eu acho que falta questionamento, muito do questionamento... Tentam reproduzir mesmo quase como se tivesse colocando um papel de um pai ali, mesmo sendo duas mulheres, mas não nas palavras, na reprodução de coisas. Tentando encaixar a família dentro dessa família padrão, né? E a gente não tem que se encaixar em lugar nenhum, a gente é outra família! Tão importante quanto qualquer uma, sem dúvida a gente é tão importante, tão válido como qualquer outra família, mas eu acho que é diferente, não é uma família comum: um pai e uma mãe. E eu acho que pra tentar ser aceito, para tentar se encaixar mesmo, muitas famílias tentam entrar nesse padrão e fazem as coisas meio do jeito que parece que tem que ser, sabe? (Lúcia)

Ainda que a heterossexualidade compulsória seja enfraquecida, como no caso de mulheres lésbicas, a maternidade segue sendo o locus de quem se compreende enquanto mulher e, muitas vezes, usada como legitimação da construção familiar lésbica. Como diz Isabela, uma das entrevistadas, sobre os inúmeros questionamentos sobre o desejo de maternar:

(...) mas e aí, você quer ter filho e tal? Que eu também acho uma pergunta bizarra, porque as pessoas perguntam isso para as outras? Eu acho que é um direito da mulher não querer ter filhos também, e eu brinco que eu devo ser muito burra porque a maioria dos meus amigos mais inteligentes, nenhum quer ter filhos, então eu falo assim: só as pessoas inteligentes não têm filhos, os burros têm filhos. Tenho muitos amigos muito inteligentes que são muito convictos que não querem ter filhos, e eu acho isso, caraca, tem alguma coisa aí que eu tenho que entender melhor. (Isabela)

Na fala de Lúcia, mãe da Lua, aparece muitas vezes o quanto, por mais que tenham almejado fugir da maternidade compulsória por julgarem ter tido pensamento crítico a este

respeito, acabaram ocupando lugar que a maternidade compulsória prevê, o de se enxergar e ser enxergada apenas como mãe.

Até mais, até uns nove meses assim, mas era algo que, por exemplo, a gente não transou esse tempo todo, mas não era algo que fazia falta, porque era como se precisasse daquilo ali, a gente precisasse ser aquela família de macaquinhos, digamos assim. É... A dinâmica muda muito, muda muito, porque você para... De certa forma você para de ser um casal e se torna uma família, duas mães, não era mais minha esposa, era a mãe da minha filha. Então a gente olhava muito mais pra ela do que pra gente enquanto casal. (Lúcia)

A maternidade, portanto, embora abarque a grandiosidade e potência de criar um ser humano, também é um dispositivo de controle dos corpos e das vidas das mulheres. É realidade que a maternidade praticada pela nossa sociedade até aqui é heteropatriarcal, é uma reprodução da forma de construir famílias nucleares onde o plano de vida é o casamento heterossexual monogâmico com filhas (os), o homem saindo para trabalhar e a mulher em casa cuidando (que vale ressaltar que também é um trabalho não reconhecido e não remunerado) da(s) criança(s). Como elucida a brasileira doutora em psicologia Renata Ferreira de Azeredo (2018):

(...) a família homoparental feminina faz parte de um processo complexo, que vai além do valor da conjugalidade monogâmica e das pressões da rede familiar ou tentativas de desassociar-se de um imaginário social negativo que as associa ao risco e ao perigo como estratégia de ganhar legitimidade perante a sociedade. (AZEREDO, 2018, p.:70)

A professora brasileira de administração Carmem Lígia Iochins Grisci acrescenta que o plano traçado para mulheres é a maternidade, desde que nascem mulheres colocam/tem colocado seu corpo como instrumento da maternidade

Esses aspectos da sexualidade mostram-se importantes no entendimento da mulher-mãe, já que as mulheres colocam o próprio corpo a serviço da reprodução das relações de gênero. Inclusive, o ato sexual, para algumas delas, ainda se justifica somente quando voltado para fins reprodutivos. (GRISCI, 1995, p.: 6)

Entretanto, existem fissuras que produzam outro olhar para a função materna? Para que a função de uma mulher não seja apenas ser mãe, seja no mercado de trabalho, dentro de relacionamentos ou em qualquer outro lugar social que esta mulher ocupe?

A maternidade lésbica pode ser uma reprodução heteropatriarcal, pode ser um exercício de desejo, teria uma pluralidade de explicações ou definições, mas talvez o mais importante seja exatamente garantir que esses sentidos se desloquem, produzam outros, contribuam para romper as amarras de uma sociedade machista, sexista e LGBTfóbica.

Logo, a maternidade pode ser sim um dispositivo colonial da forma como foi instituída no Abya Yala. Entretanto, gerar/criar/cuidar de crianças pode vir a ser instrumento decolonial se colocamos em vista os movimentos sociais, inclusive dentro da própria maternidade lésbica, que vem se propondo a enxergar crianças como pessoas e insistindo em perceber que mães são mulheres, como discutiremos a seguir.

Isabela, uma das entrevistadas, atribui a disparidade nos cuidados e responsabilidade na criação de crianças a uma questão estrutural e lembra que, por exemplo, a licença paternidade tem duração muito inferior à licença maternidade. Como se declaradamente homens fossem menos responsáveis do que as mulheres pelos cuidados e isso é um dos inícios da alienação parental, é quando os homens já começam a serem colocados menos responsáveis do que as mulheres:

(...) a desigualdade no mercado de trabalho, não é só a desigualdade no mercado de trabalho que está baseada na licença maternidade por causa dos custos da mulher, acho que é um problema mais grave social que é alienação parental existe porque no quinto dia ou no vigésimo dia corrido do nascimento do seu filho, dias corridos, o cara volta pro trabalho. (Isabela)

Assim, como nos lembra a filósofa francesa Elisabeth Badinter (1985), o amor materno não é natural, mas uma construção social, bem como os outros amores que aprendemos a sentir. Seu livro, escrito a partir de observação atenta de mães que pareciam estar entediadas ao lado de suas filhas e filhos e ambientes sociais compartilhados, onde ela entende que a maternidade não é composta apenas de momentos de amor ou felicidade, tem por intuito também desculpabilizar as mães por não estarem satisfeitas com a maternidade o tempo todo e também àquelas mulheres que não tem o desejo de serem mães. Badinter então começa a questionar a quem serve a ideia de que o amor materno é um instinto, de que mulheres imediatamente se apegam ao bebê que geraram.

De acordo com a filósofa, a intenção do mito do amor materno, cujo conceito começou a ser teorizado por Jean-Jacques Rousseau no final do século XVIII e foi desenvolvido até o século XIX, sobretudo com a Segunda Guerra Mundial, foi gerar um papel exclusivo para mulheres, de cuidado com a criação de crianças e com a casa, enquanto para os homens era reservado o lugar de poder e domínio do mundo exterior. Isto localiza os sujeitos geograficamente e socialmente no sentido de que mulheres cuidavam da casa, então, precisavam permanecer nelas como prisioneiras, enquanto os homens saíam para trabalhar e

assim poderiam aproveitar o mundo, o que impossibilitava uma relação de igualdade entre os gêneros.

O papel materno no século XIX foi concebido com base em alguns fatores. Primeiro por uma razão demográfica onde ensinavam que mulheres precisavam amamentar porque o leite materno tinha uma substância que garantia que os bebês sobrevivessem. Como no século XVIII somente uma em cada duas crianças chegavam à idade adulta na França, responsabilizaram as babás mercenárias que não alimentavam as crianças devidamente. Assim, no século XIX, mulheres foram obrigadas a amamentar seus bebês de seis meses a um ano. A recusa anterior de mulheres burguesas e aristocratas à amamentação, vale dizer, está relacionada ao fato de que as mesmas tinham outros interesses que não maternas. Era importante que estes bebês chegassem à fase adulta porque a França precisava de soldados na guerra e de camponeses nos campos, e portanto, desconsiderado se as mulheres francesas não estavam necessariamente com vontade de amamentar.

Badinter (1985) chama a atenção para o fato de que na França e outros países da Europa seu livro teve uma maior aceitação e sucesso devido à crise econômica que passaram com as guerras e isso fez com que a compreensão fosse maior pelo que ela tentava dizer. A filósofa francesa critica o parto natural e o sofrimento em torno do ato, dizendo do quanto evoluímos cientificamente, mas continuamos achando que para ser uma boa mãe, o parto precisa passar pelo sofrimento.

Jamais o parto na dor foi considerado um dogma tão absoluto. Como agora o "parto" abrange todo o período de formação da criança, do feto à idade adulta, a dor materna prolongou-se na mesma medida. A maldição divina sobre Eva nunca teve um alcance tão grande como entre os cristãos do século XIX. (BADINTER, 1985, p.:334)

O amor materno não constitui um sentimento inerente à condição de mulher, ele não é um determinismo, mas algo que se adquire. Tal como o vemos hoje, é produto da evolução social desde princípios do século XIX, já que, como o exame dos dados históricos mostra, nos séculos XVII e XVIII o próprio conceito do amor da mãe aos filhos era outro: as crianças eram normalmente entregues, desde tenra idade, às amas, para que as criassem, e só voltavam ao lar depois dos cinco anos. Dessa maneira, como todos os sentimentos humanos, ele varia de acordo com as flutuações sócioeconômicas da história. (BADINTER, 1985, p.:8)

Enquanto eu escrevo este capítulo, também assisto à série da Netflix traduzida para português com o título de “as guerreiras”, que foi feita em homenagem às mulheres que precisaram assumir todas as frentes sociais para que as cidades francesas continuassem funcionando durante a Primeira Guerra. Para tal, utiliza-se da história de uma mãe que

trabalha num convento que se torna um hospital de emergência de soldados feridos na guerra; uma prostituta que trabalha atendendo soldados que foram para as guerras; uma mãe que assume a liderança de uma fábrica quando o marido vai para a guerra e uma enfermeira fugitiva por práticas de aborto ilegal que também trabalha no convento. Existe uma rede complexa de histórias e memórias por trás de cada uma destas mulheres, mas aqui me refiro ao trabalho que começaram a desenvolver para se adaptar às novas realidades, suas e do mundo e para as quais não foram preparadas. Conto sobre esta série porque foi muito interessante e importante ter uma ideia imagética do que escrevo aqui e descobri através das palavras. Assistindo à série é perceptível o quanto mulheres eram hostilizadas e, muitas vezes, desumanizadas. E o quanto as mudanças que engendram podem ser revolucionárias. Estas questões me remetem ao pixo que fotografei na sede do coletivo boliviano Mujeres Creando em 2015, em La Paz:



Figura 9: Sede Mujeres Creando, La Paz, 2015¹¹

Em uma entrevista realizada pela psicanalista Betty Milan, publicada na Folha de São Paulo, Badinter (2014) comentou sobre a percepção de Françoise Dolto de que não há mais crianças perturbadas filhas de homossexuais do que de heterossexuais. Nos Estados Unidos foram realizadas muitas pesquisas nos anos 80 e 90 (UZIEL 2007). No entanto, preconceitos ainda existem em relação à maternidade lésbica.

Conversando com uma das mulheres que entrevistei, ela me disse que a maternidade por si só já é um lugar de solidão, mas que a maternidade lésbica é ainda mais forte por se somarem as opressões

¹¹ Arquivo pessoal,

Não, eu acho que assim, o processo de maternidade é sempre de muita solidão, mas eu acho que a maternidade lésbica é ainda mais só, assim, tem ainda mais solidão envolvida, assim. É difícil, é difícil não fazer parte do sistema mesmo, assim, quando eu falo parte do sistema parece uma coisa meio música da Legião Urbana, mas eu to falando sério, assim, nada é feito de um jeito que reconheça que a gente é, né. (Maitê)

Logo, a maternidade lésbica é um lugar atravessado pelas opressões acerca de ser mulher e de ser lésbica. Entretanto, estas opressões não anulam a sensação de privilégio relatada pelas entrevistadas sobre compartilhar a criação de crianças com outra mulher. Para elas, o fato de mulheres serem estimuladas a maternar desde que nascemos é um fator que as permite ver em outra mulher alguém tão capaz quanto ela mesma para exercer a função de cuidado materno. Isabela, uma das mulheres que entrevistei:

(...) ela [a maternidade] precisa ser conversada porque não tem mais nada pré estabelecido, entendeu, para o bem e pro mal. Porque eu tenho pena, cara, eu me sinto muito privilegiada por ser uma co-mãe, eu olho pras minhas amigas heterossexuais... outro dia eu tava conversando com uma mãe solo e eu pensei gente, como é possível isso, uma mãe solo na vida, como isso existe? Eu já tenho pena das minhas amigas heterossexuais, eu falo: cara, como você sobreviveu a isso? Mas tem essas outras coisas, então assim, na maternidade, na... eu sou muito privilegiada. Na sociedade eu sou muito desprivilegiada. (Isabela)

A mesma pessoa que reconhece que é privilegiada no aspecto do cuidado, familiar, entende que é o oposto socialmente falando:

Um ser humano do sexo masculino pode chegar em um hospital e chegar no cartório do hospital e falar, olha eu sou o pai dessa criança aqui quero registrar esse meu filho, um casal de mulheres tem que levar uma carta do médico que fez a inseminação com firma reconhecida, atestando que as duas são mães da criança e não são todos os cartórios no Brasil que registram. (Isabela)

A maternidade lésbica, apesar de ser atravessada por uma imposição patriarcal, também passa por uma escolha, pelo poder de decisão. Que é sim influenciado e atravessado por diversos fatores que socializam o sujeito, mas não é algo dado e óbvio:

Eu não fiz, eu não fiz nenhuma indução de hormônio, nada, eu fiz a minha gestação o mais natural possível, foi só uma anestesia, inclusive uma coisa que eu acho que os médicos forçam muito, a experiência dos médicos é com mulheres... Talvez agora não tanto, né, mas na época que eu fiz, eu fui a primeira a ter feito no Brasil, a primeira mulher lésbica a ter feito no Brasil por inseminação artificial por doador anônimo dentro de uma relação homoafetiva. Na época não tinha experiência de ninguém, é, não tinha referência. E os médicos insistem muito que você faça, é, estimulação de ovário, é para a produção de óvulos, porque a referência deles são de mulheres que tentaram engravidar por muito anos e precisam dessa estimulação porque já vem tentando, já são mais velhas e é muito caro e é um desgaste emocional muito grande. Então eles... A mulher, é, a mulher lésbica que chega no consultório do médico pra fazer isso, ela não tem essa questão, e aí ela vai fazer uma estimulação ovariana vai ter uma ninhada, né, você vê que a quantidade de lésbicas com gêmeos, trigêmeos é muito grande. (Ana)

Amorim defendeu em 2021 que a lesboparentalidade só começou a ser considerada na história com a liberação de tecnologias reprodutivas para casais de duas mulheres.

É certo que por algum tempo foi tomada como evidente a ideia de que para as pessoas homossexuais, e para casais formados por pessoas LGBTQIA+, estaria excluída a reprodução. Tal ideário, expresso na noção de “eu sou lésbica, então não terei filhos”, toma estas indivíduos como cercadas por uma infertilidade voluntária que torna antagônica a relação entre lesbianidade e maternidade. (AMORIM, 2021, p.:159)

A maternidade lésbica descrita por estas mães mostra que ao mesmo tempo em que elas precisam da Medicina para constituírem a sua própria família, utilizam-se dela para construir um modelo de família que vai de encontro com o modelo heterossexual/cristão, ou seja, dobram o conceito de família que espera-se que tenhamos. De acordo com a professora de antropologia americana radicada no Brasil, Cláudia Fonseca:

Pesquisadores especializados no assunto afirmam que a homoparentalidade, em muitos aspectos, não é diferente de outras formas de organização familiar. No entanto, tal como outras práticas atualmente na mira das atenções públicas - a filiação adotiva e o uso das tecnologias reprodutivas -, a “homoparentalidade” nos obriga a repensar as categorias básicas de nosso parentesco. Ao afastar a discussão da “tradicional família nuclear”, isto é, da procriação sexuada e da filiação biogenética, essas ‘novas’ formas familiares sacodem as bases de nossas crenças no que é ‘natural’. (FONSECA, 2008, p.:769)

Porém, é importante também perceber que apesar de serem duas mães, são duas maternidades diferentes; ter o mesmo gênero ou uma semelhança anatômica e funcional entre os corpos não é sinal de que a condução do materno será a mesma.

Logo, penso que sim, a lesbomaternidade é sim diferente de outras maternidades: lésbicas nem sempre são consideradas mulheres, como mencionamos, ; na dupla maternidade não existe referência/rede/dependência de homens, é uma constituição familiar apoiada e consolidada entre mulheres. E cada maternidade é singular. Mulheres são mães a partir de sua experiência única de vida e, para além disso, não é por ter o mesmo gênero que as duas mulheres do casal vão entender o que é melhor para o futuro daquela criança de forma similar. Talvez por isso eu tenha ouvido nas entrevistas que fiz sobre a necessidade de conversa entre o casal antes de decidir materno.

Amorim (2019) analisa o perfil de mães com outra mãe no Instagram. Conta que investiga a relação da maternidade e lesbianidade desde a escrita de sua dissertação, quando lia

sobre o tema em blogs e, depois, no Facebook, ou seja, ela acompanha o desenrolar do tema nas redes faz alguns anos e, com isso, o corpo que o discurso foi ganhando online.

Não sendo uma relação de parentesco evidente, já que dispensa a noção naturalizada da família como aquela que possui pai, mãe e filhos em favor de uma compreensão da família como formada por duas mães, a dupla maternidade tem de estar em constante construção e afirmação ou validação. Interessa, portanto, compreender quais os caminhos e elementos que estabelecem e contam para a produção da dupla maternidade como uma realidade de parentesco. Assim, antes de ser pensada apenas como uma categoria, a dupla maternidade é aqui elaborada enquanto uma pergunta, um fazer: como se constrói a dupla maternidade e qual o lugar da internet neste processo? (AMORIM, 2019, p.:172)

Talvez a invisibilidade da maternidade lésbica, que a sociedade ainda insiste em afirmar, além do conservadorismo que se evidenciou nos últimos anos no Brasil e a LGBTfobia facilitem a liberdade que as pessoas se arvoram para opinar sobre as configurações familiares que escapam daquela cisheteronormativa.

Então assim, tem uma coisa, assim, as pessoas se acham no direito de dar opinião, elas se acham no direito de, assim, hoje em dia eu respondo numa boa, porque eu acho que o tempo passou e eu fiquei velha, porque eu acho que eu tenho o papel de ajudar na educação das pessoas, mas quando as pessoas perguntam assim: mas como vocês fizeram, cara, de um jeito muito interessante, você quer me contar como você fez para ter o seu filho? Foi assim, papai e mamãe, frango assado, foi de quatro? Eu achava muito invasiva essa pergunta, porque você não pergunta como alguém transou no dia anterior. Outra coisa muito interessante que aconteceu comigo eram casais heterossexuais, ou pessoas, amigas minhas hetero que tinham dificuldade para engravidar, ou que não tinham ainda encontrado alguém que quisesse ainda ter filhos, vinham conversar sobre inseminação comigo e aí muitas pessoas vieram desabafar, muitas pessoas vieram confidenciar que fizeram inseminação e ao mesmo tempo que foi muito legal poder ser um ombro amigo para pessoas que se sentiam tão reprimidas foi tão triste, tão difícil ver que isso ainda é um tabu, falar sobre. E aí eu falo com muito escracho, falo que as crianças nasceram em um tubinho, eu sempre brincava que tinha engravidado na Black Friday, que foi dois por um, ou que o cara falou assim: vamos jogar mais um no tubinho e eu: vamos. Eu brincava pra tentar também normalizar, e transformar em uma coisa que se pudesse falar. Porque eu comecei, assim, a ver como era difícil, assim, como era sofrido pras pessoas tratarem de uma coisa que deveria ser natural, assim, quando você tá com enxaqueca você não liga para o seu médico, quando você tá com um troço na pele que você não sabe o que é você não procura um dermatologista? Cara, você está com dificuldade para engravidar, procure um médico. É igual com doenças mentais, né, assim, as pessoas têm dificuldade, elas acham que é um problema ir em um psiquiatra. (Isabela)

Contar a verdade sobre suas histórias, priorizar que suas (seus) filhas (os) experienciem uma vida onde a forma como foram planejadas (os), concebidas (os), geradas (os), paridas (os) seja tratado de forma natural, onde não haja tabu para falar sobre os temas, é um ponto em comum das sete mães que entrevistei. Poder viver uma vida onde a verdade sobre quem são sobressaia:

Em lugar nenhum que eu frequento, habito, que eu transito, eu nunca me escondi, eu sempre chego dizendo isso é assim com muita naturalidade. E isso de uma certa maneira força as pessoas a tratarem com naturalidade comigo, porque se elas têm um desconforto com isso o desconforto é delas, e fica com elas, entendeu? Então elas não tem espaço para esse lugar, assim, de... o que a pessoa pensa fica com ela. E aí no hospital foi super tranquilo. O registro não podia ser feito, era uma questão legal, né. Mas nós conseguimos colocar o sobrenome uma da outra na criança. (...) E eu acho que aí tem também uma coisa muito forte de classe, né. Um marcador de classe muito grande. Talvez uma pessoa que chegue lá querendo fazer isso, o cartório vai implicar, vai inventar muito problema. Só que eles veem uma pessoa mais articulada, de uma classe social que chega ali sabendo falar, sabendo a legislação, eles não podem crescer muito pra cima da pessoa, entendeu? Então você acaba se colocando, se impondo, pela classe social. Infelizmente estamos em um país que funciona muito desta maneira (...) E quando foi a minha filha que nasceu fizemos o contrário, botamos o nome dela de Ana Laura Lodi Isabel dos Reis, que é o nome da minha ex mulher. E quando foi permitido colocar o nome das duas mães na certidão de nascimento nós já estávamos separadas e aí o provimento do Conselho Nacional de Justiça pedia para que levasse Certidão de Casamento ou de União Estável, além da Certidão da clínica que nós tínhamos na clínica, mas nós não tínhamos Certidão de Casamento ou de União Estável porque nós nunca tínhamos tido porque na época que casamos não era permitido, né. Então a única dificuldade que nós tínhamos não era em si com o registro, mas em si de provar que nós havíamos sido casadas, né. E que a União Estável só saiu em 2011 e nós havíamos nos separado em 2007. Então tivemos que fazer uma comprovação de vida em comum, de que as crianças foram planejadas juntas, desejadas juntas e depois conseguimos, não foi complicado. Mas teve que ter essa construção, né. Aí registramos. (Ana)

Quando questiono Ana como é para seu filho que nasceu há vinte anos, fruto de uma inseminação artificial pioneira lésbica quando tínhamos ainda mais preconceitos e quase ninguém falava sobre isso, ela me diz:

Ele tem uma personalidade muito parecida com a minha e foi criado com essa mentalidade, se alguém tem problema com isso o problema pertence a pessoa, deixa ela lá com o problema dela e não se aborreça por causa disso. (Ana)

Importante marcar aqui as importantes conquistas que as mães lésbicas conseguiram alcançar até este momento. Atualmente, ainda há disparidade no registro de crianças filhas (os) de casais heterossexuais e casais gays e lésbicos, sejam cis ou trans, porém, a entrevista com Ana mostra os avanços que adquirimos. Quando ela e sua ex esposa engravidaram, registraram ambas as crianças como tendo nome composto onde o segundo (ou terceiro) nome era o sobrenome de uma das duas. Assim, o filho que Ana gerou ganhou o de André X (sobrenome da mãe que não gerou) Y (sobrenome da mãe que gerou) e a filha que sua ex esposa gerou ficou Ana Laura (Y) sobrenome da mãe que não gerou X (sobrenome da mãe que gerou), ou seja, o nome de seu filho ficou André XY e de sua filha Ana Laura YX, contemplando ambas as mães e tornando possível que a criança tivesse o sobrenome das duas mulheres que a criou. Porém, esta só foi uma solução eficaz enquanto as duas continuavam casadas, com o divórcio, cada criança precisou morar com a mãe que a tinha registrado na certidão de nascimento:

(...) quando eu me separei, é, como não tinha a certidão de nascimento com o nome das duas mães o André ficou morando comigo e a Ana Cláudia resolveu morar em outra cidade, então a Ana Laura foi com ela porque como que eu ia morar com uma criança que não tinha a certidão de nascimento com o meu nome (...) Então nós morávamos em cidades diferentes e a gente via as crianças nos finais de semana. Eles passavam todos os finais de semanas juntos, mas eu via a Ana Laura de quinze em quinze dias e ela via o André de quinze em quinze dias. E assim ficou até eu vir morar em Santa Catarina. Hoje em dia a gente só vê, eu só vejo a Ana Laura nas férias que ela sempre passa as férias dela comigo, férias de verão e férias de inverno. (Ana)

Para Ana, sua filha e seu filho têm muita consciência de quem são e dos preconceitos que existem e podem sofrer justamente por estarem atentos a isso desde que nasceram. Então ela percebe que o fato de serem quem são já os prepara para o que precisarão ou não enfrentar:

Eu acho que como qualquer questão não só em relação a isso, acho que você acaba ficando mais consciente daquela questão. Da mesma maneira que a gente não tem um olhar para uma série de coisas porque na nossa vida aquilo não se passa e aí a gente pode fazer uma analogia com qualquer coisa, se a gente não sofre o preconceito que uma pessoa negra sofre, ou se a gente não sofre as dificuldades que uma pessoa cadeirante, ou que tenha uma deficiência sofre, a gente não desenvolve um olhar para aquilo, né, pras dificuldades que aquilo traz. Mas a criança criada em um lar com duas mães (...) vai estar muito mais atenta, com um olhar muito mais atento, para as questões, é, de preconceito em relação a LGBT, ela pode ser hétero, mas ela vai estar muito mais atenta com as questões LGBTs e sobre orientação sexual e de gênero do que uma criança de uma família de pai e mãe, né. Ela vai ser muito mais consciente em relação a isso. Porque aquilo está na criação dela, na vida dela, no dia a dia dela desde pequenininha. (Ana)

Audre Lorde (2019) tem uma fala sobre racialidade que pode se aplicar aqui a respeito do que a lesbofobia estrutural criou no imaginário social como necessidade de segredo: “Meus silêncios não me protegeram. Seu silêncio não vai proteger você”(pág 52). Escrevo isto atravessada pela fala de Paola, mãe de Beatriz:

(...) eu vejo muitas mães da dupla maternidade que às vezes inclusive tem já um preconceito interior e acaba não se... não se impondo nessas situações porque realmente ainda tem um nível de preconceito, de vergonha e que isso acaba prejudicando muito a educação da criança, né... porque se ela percebe que aquilo ali é motivo de vergonha, ela vai... ela vai se sentir dessa forma (...) a questão de como a gente tem que lidar com a sociedade o tempo todo, é... de forma a não demonstrar nenhum tipo de vergonha da nossa configuração familiar porque qualquer coisa que a gente demonstrar a criança vai sentir e vai ser passado pra ela (...) a nossa educação sempre foi voltada pra isso, pra ela saber quem ela é, pra ela saber como ela merece ser tratada, é... pra ela saber que ela pode sim se manifestar quando alguma coisa que não tá agradando. Então a nossa educação sempre foi voltada pra isso, principalmente pensando em realmente reforçar o psicológico dela, né... Então, então não é alguma coisa que me preocupa muito não mas que eu sei que precisa ser dada atenção, não me preocupa porque eu já estou atenta a isso desde agora, mas não é alguma coisa que vai simplesmente cair um pózinho mágico e dar esse fortalecimento para criança. Não, a gente tem que provocar isso, mas como a gente sempre esteve atenta a esse tipo de coisa, isso sempre foi trabalhado, não só na educação da Beatriz, mas como na nossa reeducação, porque eu já mudei muito desde a gravidez. (Paola)

Ana conta como foi sua experiência quando foi questionada por seu filho e sua filha sobre sua configuração familiar e como acredita que o fato de lidar bem com quem ela é faz com que ele e ela também lidem.

(...) as pessoas perguntam muito assim: ah, mas e na escola? Eu sempre é... as crianças na escola, coleguinhas dos meus filhos é que perguntavam pras mães porque que eles não tinham duas mães. Nunca foram os meus filhos que perguntavam assim: ah, porque que eu não tenho pai? Entendeu? Sempre foi o contrário. O meu filho uma vez perguntou, mas foi muito pequenininho, porque a escola perguntou: olha, nós vamos ensaiar uma festinha de dia dos pais, quando ele tinha dois aninhos, e ele pode participar ou você quer que separe ele? Eu falei: não, não vai segregar a criança, deixa ele participar, o mundo tem crianças que não tem pai. Então ele vai. E aí quando era festinha assim ele, a gente perguntava pra ele. Primeiro presente de dia dos pais que ele fez na escola ele me deu, depois nos outros anos ele pediu pro tio ir, pro padrinho ir na festa de dia dos pais. E ele, na primeira vez que ele aprendeu a musiquinha com o pai ele falou assim: mãe, eu tenho papai? E eu falei assim: não. Aí ele falou assim: Por que? Ai eu: porque você tem duas mães, tem família que tem papai e mamãe, tem família que só tem papai, tem família que só tem mamãe e todas são boas, não tem nenhuma melhor que a outra, né. Contanto que a criança seja amada e querida, a família é boa. Aí ele ficou de boa. Nunca mais, nunca mais falou nisso, e os amiguinhos dele que perguntavam pra mãe: ah eu também quero ter duas mães, porque que o André tem duas mães e eu só tenho uma? As mães é que me contavam depois. Elas diziam: Ah, o André é um sortudo mesmo, com duas mães. E ele brinca que o problema é quem casar com ele vai ter quatro sogras, né. A Ana Laura... E a Ana Laura repete tudo. (Ana)

Pontes e Uziel (2023), ao relatarem entrevistas realizadas com filhas e filhos de lésbicas no Brasil e na França entenderam que o fato de serem criadas (os) por duas mães lésbicas não é sinônimo de que serão LGBT+. De acordo com as pessoas entrevistadas, o fato de ter duas mães pode ajudar na compreensão da existência de diversas sexualidades, entretanto não significa que haja maior liberdade sexual ou que seja necessariamente mais fácil *sair do armário*.

Famílias homoparentais podem proporcionar um ambiente mais favorável, demonstrando menos repressão à experimentação da sexualidade de filhas/os, conforme já apontado. No entanto, isso não significa que filhas/os se identificariam como homossexuais. Filhas/os podem se contagiar de homossexualidade, o que as/os fazem mais plurais nas suas formas de ser, mas não, necessariamente, homossexuais. (PONTES E UZIEL, 2023, p.:103)

Assim, pensando no que é específico, singular da dupla maternidade, do que é ser mãe lésbica ao lado de outra mãe lésbica, proponho pensarmos sobre as especificidades da dupla maternidade.

A entrevistada Isabela aponta para o fato de que a licença maternidade tem em média quatro meses, enquanto a do paternidade dura semanas. Ou seja, a relação materna e paterna são construídas a partir de conceitos heteropatriarcais onde as obrigações com a criança são majoritariamente da mãe e o pai tem menos tempo para desenvolver um vínculo afetivo com a criança.

(...) eu sou uma grande entusiasta, uma grande incentivadora, uma grande advogada da licença parental e não da licença maternidade. Porque eu acho que a desigualdade no mercado de trabalho, não é só a desigualdade no mercado de trabalho que está baseada na licença maternidade por causa dos custos da mulher, acho que é um problema mais grave social que é alienação parental existe porque no quinto dia ou no vigésimo dia corrido do nascimento do seu filho, dias corridos, o cara volta pro trabalho. (Isabela)

No caso de duas mães, mesmo sendo duas mulheres, duas maternidades, duas formas de entender e ocupar o lugar de mulher e lésbica no mundo, sobretudo trata-se de duas mulheres que, por terem a mesma cor, classe social e sexualidade, são lidas socialmente da mesma maneira e, portanto, reivindicam os mesmos direitos a tempo de licença do trabalho com as crianças, que se preocupam em poder nutrir através da amamentação as (os) bebês que tiveram, etc.

O que que a gente brinca assim, quando o neném chora e dizem que ele só se acalma com a mãe, é óbvio que ele só se acalma com a mãe, porque quando ele chorou e quando ele nasceu só tinha a mãe ali e ele se acostumou, então é óbvio e no nosso caso isso não acontecia porque, assim, até hoje eu e a Maitê a gente se divide igualmente com as crianças. É assim: uma bota pra dormir, acorda cedo em um dia e a outra bota pra dormir e acorda cedo no outro dia, eu dou banho em um dia e ela dá banho no outro. Hoje em dia, óbvio que porque eles estão maiores, é menos matemático, mas durante, sei lá, quatro anos da nossa vida, três anos da nossa vida era assim, sabe? E dói me fazer isso, então, e isso também é um desafio, que eu estava falando sobre o impacto social nos casais heterossexuais. Porque também é difícil, porque você... tudo tem que combinar e tudo vai ter uma carga de... e talvez porque essa é a dinâmica do nosso casamento, nosso casamento é um casamento que a gente tenta ser muito equivalente, assim, nas coisas. Óbvio ela manda super bem cuidando da lavanderia, porque como aqui nos Estados Unidos a gente não tem ajuda, no Brasil a gente tinha uma vida de privilégios, a gente tinha uma babá, tinha uma pessoa que cuidava da nossa casa, aqui a gente não tem. Então assim, eu cuido da comida, porque eu gosto mais de cozinhar, sempre fui a pessoa que cozinava mais em casa e ela cuida da roupa. Então nisso a gente se divide, essa são as tarefas domésticas, não são as tarefas das crianças, as tarefas das crianças, assim, eu levo na escola e ela busca, eu boto pra dormir hoje e ela bota amanhã, porque assim, essa é a dinâmica do meu casamento, não é todo casal que é assim. (Isabela)

Nas palavras das professoras Fabiula Renilda Bernardo e Luciana Patrícia Zucco (2015, p.:6) "A visão da maternidade é atrelada a uma suposta natureza feminina, que historicamente justificou a inserção da mulher no espaço doméstico, voltada principalmente ao cuidado e à educação dos filhos". Talvez por terem o cuidado como algo naturalizado devido à socialização, a divisão de tarefas da criação de crianças não seja uma questão para os casais entrevistados.

4. OS DUPLOS DA DUPLA MATERNIDADE

Projetar conjuntamente um filho, estarem juntas na escolha do doador de sêmen, fotografar a inseminação da companheira, segurar a pipeta que carrega o embrião a ser inserido na mãe gestacional, doar o óvulo que produzirá o embrião transferido para a mãe não genética, revezar gestações e amamentar são partes importantes do fazer dupla maternidade, que são possibilitadas, não apenas, mas sobretudo, pelo acesso às TR (tecnologias reprodutivas). (AMORIM, 2021, p.:160)

As mulheres continuam sendo socializadas para o casamento e a maternidade, apesar de todas as mudanças sociais. Em um casal de mulheres, essas prescrições duplicam. No entanto, como o modelo formativo ainda é o cisheteronormativo, muitas mulheres lésbicas não sabem que podem ser mães, e menos ainda compor famílias de duas mães, como vimos discutindo. Neste sentido, as redes sociais têm se constituído como possibilidade de troca, conhecimento, visibilidade da maternidade lésbica¹², e foi inclusive onde encontrei algumas das mulheres que entrevistei, sobre suas maternidades: publicizar a vida é uma forma de concretizá-la e, assim, validá-la. De acordo com Amorim (2019):

No contexto dos casais de mulheres lésbicas, o estar junto e o fazer a criança conjuntamente parece produzir um sentimento de partilha efetiva da maternidade, conforme já apresentado em outras pesquisas (AMORIM, 2018). O cotidiano torna-se relevante, criar um filho juntas e partilhar o dia a dia também produz a relação. Como bem se evidencia, a parentalidade passa de consequência natural de uma relação a uma intenção de tornar-se pai/mãe (TARNOVSKI, 2010) que se coloca em ação através de um projeto construído. Este projeto precisa ser publicizado, precisa ser registrado e compartilhado para afastar questionamentos. Em tempos em que a vida parece cada dia mais midiaticizada, o sentido do estar junto na construção do que é a maternidade lésbica também é edificado na postagem e compartilhamento constantes de fotos nas redes sociais. Assim, o entorno do casal vai sedimentando a realidade expressa daquela relação homoconjugal como família e a futura criança vai se “emparentando” das duas mães. (AMORIM, 2019, p. 179)

E o que significa ir sedimentando essa realidade? O que a experiência de dupla maternidade aporta para a conjugalidade? Isabela aborda uma questão muito interessante: a maternidade exige um novo exercício da conjugalidade porque propõe perguntas novas. E o pouco hábito social de se falar sobre maternidade lésbica, ou dupla maternidade lésbica não produziu ainda um conhecimento onde as famílias possam se apoiar. Ainda que a parentalidade também coloque questões para um casal heterossexual, há especificidades na experiência da dupla maternidade lésbica, encabeçada pelo preconceito e pela estranheza que traz ainda esta composição familiar.

¹² A dupla maternidade pode ser constituída por uma mãe e uma avó que ocupe este lugar, por mãe biológica e mãe adotiva, mãe e madrastra, mãe e madrinha. E do ponto de vista da orientação sexual, podemos pensar também em mães bissexuais. Nesta tese, no entanto, estamos tratando apenas da dupla maternidade lésbica **cis**, porque conversamos com mulheres que afirmam esta identidade **e são cis**.

Porque todas as coisas que nunca fizeram parte da relação, passam a fazer parte da relação. Como você cria, qual escola você vai botar, como o sei que lá. E que deveriam ser para todos os casais. Não deveria ser exclusividade de casais de mulheres juntas, ou de casais de homens. Mas passam a ser, por causa das convenções sociais, entendeu? Então isso, e aí a gente não tinha com quem falar, se tivesse uma enorme comunidade, uma enorme literatura, você pergunta, como é que você resolveu isso no seu caso, no seu casamento? No nosso caso, é tipo, cara, o que que a gente faz agora, sabe? Eu não sei, eu quero acreditar que, eu não sei se isso é uma boa coisa, porque a gente não achou um lugar legal ainda, mas assim, eu gostaria de acreditar que o lugar que dupla maternidade, a dupla parentalidade tá vivendo é o lugar onde casais inter raciais já viveram, inter religiosos, ou casais divorciados já viveram. Que vai ser, acho que tem muito ainda pra caminhar, na interracialidade, na inter religiosidade, na maternidade solo, na parentalidade solo, mas eu quero acreditar que eles já estão num lugar mais, que já existe conversa. E aí eu quero crer que a dupla maternidade, a dupla paternidade vai caminhar pra esse lugar, sabe? (Isabela)

Quais são as especificidades de ser mãe com outra mãe, que é também sua esposa? O que é ser mãe com outra mãe na perspectiva destas mães que compartilham o cuidado? Como é se diferenciar dessa mãe de quem se é dupla? Estes são questionamentos que inspiraram a temática da tese e as entrevistas realizadas. Os corpos físicos e subjetivos destas mulheres se transformam, engravidam, geram, amamentam. Entretanto, enquanto a maternidade da mãe biológica é perceptível, a da mãe não gestante é quase como uma gestação extrauterina - ao menos durante a gestação. Como fica perceptível no caso de Rita e Nicole, quando a mãe gestante relata sobre os sonhos que a mãe não gestante tinha enquanto estava grávida:

Ni sonhava...muitas vezes ela sonhou que eu tirava as crianças de dentro da minha barriga e entregava pra ela, colocava dentro da barriga dela pra ela cuidar. Então era uma relação como se as duas tivessem gestantes juntas, como se as duas estivessem se preparando pra maternidade. (Rita)

E estavam, ambas, se preparando para a maternidade. Para se tornarem mães, estas mulheres ressignificam a relação com seus corpos e sobre o que entendem como maternidade. Na entrevista com Isabela, ela diz que Maitê estava tendo uma gravidez psicológica. Ao passo que o corpo de Isabela se transformava, Maitê precisava lembrar aos outros que estava grávida, que sairia de licença maternidade, que amamentaria, etc. Como não estava gerando, nada evidenciava sua gravidez.

(...) durante a gravidez teve um problema, porque eu estava, no meu caso, nosso caso, eu estava me entendendo como um corpo em transformação e a Maitê, minha mulher, estava se entendendo como... tinha uma gravidez psicológica, assim, pra ela. Ela precisava lembrar os outros que ela estava grávida, então ela chegava em uma reunião de trabalho e falar assim, gente eu vou sair de licença maternidade, que também é um outro capítulo, ela teve licença maternidade. (Isabela)

E complementa:

(...) a pessoa me perguntava de quem é o óvulo, de quem é o filho, de quem é num sei que lá. E eu falava que de nós duas, quem engravidou e eu falo que nós duas, nós duas passamos pelo processo de gravidez. Cada uma à sua maneira. (Isabela)

Rita conta que no caso dela e de Nicole, ambas sempre se sentiram grávidas, fazendo parte igualmente do processo. Talvez o fato de Nicole ter feito indução à lactação e ter amamentando tenha facilitado esse sentimento. Porém durante a gravidez a maternidade de Nicole era contestada:

(...) durante a gestação inteira a gente falava que a gente estava grávida. A gente tá grávida, a gente tá grávida e as pessoas às vezes olhavam pra Nicole e falavam 'mas como assim vocês tão grávidas', e ela falava 'não, a minha esposa'. (Rita)

Lucia consegue nomear o que sente e o que acha que acontece em casos de invisibilidade da mãe que não gesta: lesbofobia. Para ela, lesbofobia é o que acontece quando sua maternidade é contestada por não performar feminilidade e por não ter sido a mãe que engravidou.

(...) exatamente pela minha aparência, então já me questionaram se eu era o pai, se me chamava de pai, como que ela me chamava, "ela chama as duas de mãe?", ou... Às vezes em contextos tipo assim a gente tava numa pracinha e todo o papo de maternidade era voltado à Tereza....É uma lesbofobia de certa forma anular a minha maternidade ali. (Lucia)

4.1 O duplo da amamentação, a dupla amamentação: dois corpos, leite em dobro e o que mais?

O aleitamento materno é de extrema importância para quem nutre e quem é nutrido do ponto de vista afetivo, visto que a amamentação é capaz de gerar vínculos a partir do contato, do conforto e da troca de calor, como aponta Nunes (2015). Para o pediatra, também existe o fator epigenético que aponta que além de fonte de nutrição, também possibilita que o “potencial genético inerente” àquela relação seja atingido.

Quando questionei Paola sobre qual teria sido o momento mais difícil de seu pós parto, ela me disse que foi a amamentação, visto que precisou fazer uma cirurgia para conter uma infecção ainda no primeiro mês da filha.

(...)eu classificaria o puerpério como bem tranquilo porque eu acho que eu tava muito focada no sofrimento da amamentação, eu não conseguia sofrer por mais nada além da amamentação. Então assim eu tive uma infecção, uma infecção que não cedia, é.. eu tive que fazer pulsão de pus porque eu tava com uma bola pus e ela não tava mais conseguindo pegar o peito porque deformou o... a... a bola de pus deformou uma parte do peito então ela não conseguia pegar, eu tive que fazer cirurgia, então assim, com menos de um mês de parida eu tava fazendo cirurgia pra poder retirar a infecção. (Paola)

Cerca de quarenta dias depois, com a melhora da infecção no peito, Beatriz pôde voltar a mamar, tanto que o faz até hoje, aos dois anos.

Milena não conseguiu tirar licença maternidade junto com Paola, conseguiu apenas a licença paternidade, o que fez com que precisasse voltar ao trabalho quando sua filha ainda era muito nova. Para além da saudade, foi ali que o casal percebeu que nenhuma das duas tinha condições de cuidar sozinha da recém-nascida, assim sendo, Milena pediu demissão de seu emprego e, quando acabou a licença maternidade de Paola, acordaram que Paola trabalharia fora de casa e Milena trabalharia cuidando de Beatriz e da casa.

Então assim, a questão da amamentação foi um inferno na terra, e realmente foi o que acabou com o meu puerpério, a Milena tava extremamente envolvida com os cuidados então ela acordava de madrugada, eu amamentava e ela já colocava para arrotar, fazia dormir, durante o dia também a Beatriz queria ficar o tempo todo no colo, né... era 100% do tempo no colo, então enquanto uma estava com ela no colo a outra ia fazer, é... coisas da casa, arrumar casa, arrumar comida, cuidar dos cachorros. Ela fazia todo o resto das coisas, tipo dar banho, trocar, cortar unha, tudo era ela que fazia porque eu tava muito desgastada com a amamentação, então eu praticamente só amamentava e a Milena fazia o resto e... eu tava assim, cansada das noites porque acaba sendo um pouco cansativo mas realmente o que me acabava era a amamentação, foi isso que foi um tormento no puerpério. (Paola)

Rita, como Paola, é a mãe que gerou (apesar de não ser a mãe genética, já que ela e a outra mãe de Beatriz engravidaram através de ROPA), mas teve uma experiência diferente com a amamentação. Nicole, esposa de Rita, também amamentou sua filha e seu filho, através de tratamento de estímulo à lactação. A ideia de as duas mães amamentarem partiu de Rita, que percebeu que ficaria sobrecarregada na amamentação, visto que já tinha passado por uma cirurgia de redução de mama.

Rita, inclusive, ficou sabendo da existência da possibilidade de que Nicole também amamentasse através de uma entrevista de Isabela e Maitê à revista Crescer, anos antes. Entretanto, no caso de Isabela e Maitê, o desejo de amamentar era de Maitê, a mãe que não gestou, foi dela a ideia, como ela disse quando a entrevistei.

nós duas queríamos amamentar, então o processo de translactação também é um processo complexo, que tinha muito pouca literatura, muito pouca informação. (Isabela)

Ao ler a entrevista acerca da dupla amamentação, Rita sugeriu o procedimento a Nicole para que, caso tivesse alguma dificuldade com amamentação devido à sua cirurgia e não pudesse amamentar, seus filhos tivessem a amamentação garantida, o que ambas consideram muito importante.

Foi uma matéria da revista Crescer que elas fizeram a dupla amamentação também. A Maitê...não, foi a Isabela que gestou e a Maitê que induziu...ou é ao contrário? Enfim, eu não lembro...tá nesse nível que eu não sei qual gestou e qual induziu. Mas uma gestou e a outra induziu. (Rita)

Quando as duas relataram sua preocupação ao médico que as acompanhava naquele momento, o mesmo disse que Nicole amamentar era uma possibilidade, mas que seria algo a ser pensado quando a gravidez estivesse mais avançada.

Quando a gente falou que a Nicole queria amamentar também ele falou 'ah, ótimo, existem umas medicações de homeopatia que eu posso te passar, pra você amamentar, mas isso a gente vê mais pra frente', e ficava nesse lugar assim de tipo 'mais pra frente a gente vê', não levava tão a sério essa questão. (Rita)

Esta conversa deixou ambas inseguras e, na tentativa de compreender melhor o tema, procuraram por consultoria de amamentação - muito em voga para mães lésbica que não têm acesso à informação e por crescerem em uma sociedade tão hostil para lésbicas, muitas vezes não se sabe nem por onde começar. - Conheceram a consultora de amamentação que as acompanhou durante todo o tempo em que as crianças mamaram através de comentários em uma publicação que fizeram no Facebook pedindo indicação de profissionais,

Isto de procurar por profissionais recomendados nos comentários de suas publicações no Facebook foi algo muito presente na gravidez de Rita e Nicole, visto que quando decidiram engravidar, conforme já comentado, recorreram a esta mesma rede social informando sobre seu desejo e pedindo indicação de profissionais,, o que mostra mais uma vez a importância das redes sociais para temas ainda tabu ou desconhecidos e também para disseminação de informação e aproximação de pensamentos similares.

(...)aí que a gente começou a pesquisar sobre a dupla amamentação e ela fez o protocolo todo a partir do sétimo mês da gestação. Então a partir do sétimo mês da gestação ela começou a tomar hormônios, usar bomba...(Rita)

Ao conhecerem sua consultora de amamentação e acharem que o seu modo de trabalhar fazia mais sentido para elas, começaram o protocolo de amamentação. O trabalho da consultora era acompanhado pelo de uma médica que Rita descreve como

(...)uma mulher feminista...ela é hétero, mas ela é uma pessoa maaaaravilhosa. E ela é super engajada na luta LGBTQIA+. Ela é médica...ela faz atendimentos gratuitos pra trans, ela tem um atendimento muito legal. E na hora que eu conheci ela eu falei 'cara, quero parir com essa mulher, não quero parir com o doutor lá, nem com a mulher que eu esqueci o nome, eu quero parir com ela'.(Rita)

Foi Nicole quem conversou com o antigo médico das duas e com as atuais profissionais, com quem gostariam de começar seu atendimento e tratamento.

E aí a Nicole conversou com ela, porque obviamente a bucha toda quando eu tava grávida era com a Nicole, era ela que tinha que resolver os problemas, e aí a gente mudou de equipe no meio do processo. (Rita)

A médica concordou em acompanhar Rita e Nicole e assim a mãe não gestante começou a fazer o tratamento a partir do sétimo mês de gestação de Rita.

Porém, nem sempre o processo de dupla amamentação é fácil. No caso de Isabela e Maitê, por exemplo, todo um processo extra corpóreo foi necessário para que as duas conseguissem alcançar o objetivo de amamentar. Para que Maitê conseguisse amamentar, era necessário um processo de translactação do leite de Isabela, o que demandava ainda mais das duas mães.

(...) para a Maitê amamentar eu tinha que tirar leite... eu tinha que assim, amamentar uma criança e tirar leite para botar em uma garrafa, para dar pra ela translactar. Então o processo que deveria ser, que é cansativo, e que deveria ser simples, quer dizer, a amamentação não é simples, mas que é de um jeito, virou outra coisa, virou um processo complexo. (Isabela)

Isabela também compartilha que o efeito colateral de alguns medicamentos para estimulação à amamentação aumentam a produção de prolactina: “mas o que realmente produz leite são duas coisas: uma é um processo emocional irracional e dois o processo mecânico de sucção nas mamas”. Assim sendo, quando uma pessoa não está grávida, mas deseja amamentar, precisa utilizar um indutor de produção de leite, que simula amamentação. Em contrapartida, pessoas grávidas não podem fazer tal estímulo, visto que o corpo poderia entendê-lo como chegado o momento do parto.

Então uma mulher quando está grávida ela não pode fazer indução de leite, ela não pode botar a bomba porque aquilo, o movimento de produção de leite, ele induz seu corpo a entender que você tem que parir, então tem um risco de trabalho de parto, mas uma mulher que não está grávida ela em geral precisa começar a fazer o processo de produção de leite antes do neném nascer e é cansativo pra caramba. Imagina você ter que parar no meio do trabalho e você tem que simular que você amamenta. Então eu não posso de vez em quando ir ali, a cada três horas você tem que enfiar uma bomba no peito e fazer vinte minutos de tentativa, e não vai sair nada durante muito tempo, depois vai sair uma gota. E aí hoje em dia, tem umas amigas que tem, que tão tendo filho agora, que nos Estados Unidos tem umas bombas que é só uma conchinha que você põe dentro do sutiã, e ninguém vê. Eu poderia estar aqui falando com você e pumping, na boa. Só que na minha época, cara, eram umas garrafas, era uma parafernália, e isso só tem cinco anos, tá. Mas, assim, a tecnologia mudou muito e não era uma coisa simples, e era difícil pra ela, assim, ela tinha que

levar para o escritório, né. Na época a gente não tinha home office, a gente trabalhava no escritório, então tinha que falar, “galera, então dá licença que eu vou ali na salinha”, e pra isso seu escritório tem que ter uma sala de amamentação, e as pessoas olham pra você assim, que que você vai fazer, você não tem filho, você não tá grávida? (Isabela)

Se nos primeiros meses, durante a gravidez, apenas a maternidade de Isabela era visível, a necessidade de Maitê de se afastar da mesa de trabalho para começar a produção do seu leite tornava pública também a sua maternidade, que em geral fica invisível até o nascimento do bebê, quando se trata da maternidade de duas mães. Este processo parece ter antecipado o reconhecimento externo da sua maternidade, o que é um elemento interessante a considerar ao pensarmos na dupla maternidade de mulheres cis.

Maitê sentia-se invisibilizada durante a gestação de Martin e Rebeca, visto que ela se sentia/sabia tão grávida quanto Isabela, mas não tinha barriga, o corpo se modificando visivelmente, então precisava explicar o tempo todo que estava grávida, mesmo que seu corpo não estivesse grávido.

Quando deu certo tem aquela coisa do caramba deu certo, estamos no céu, mas é também quando os problemas acontecem, né, quando a Isabela começou a se sentir mal fisicamente por causa da gravidez, e o enjoo. Eu me senti um pouco invisibilizada porque tipo a mãe gestante é a mãe que recebe atenção. Porque todo mundo quer saber como é que tá, todo mundo querendo botar a mão na barriga e etc. Você recebe apenas um: ah legal, parabéns. Então eu me sentia muito sozinha e eu não conhecia ninguém na época, isso foi em 2016, né. Eu já tinha visto no GNT, mas não tinha nenhuma amiga próxima com filhos. Então eu não tinha com quem conversar, eu não sabia o que que era. (Maitê)

Além de se sentir invisibilizada, como relata em nossa conversa, a amamentação também foi um processo complicado. Isto se deu ao fato de que ela não produzia leite o suficiente e precisava amamentar com o leite de Isabela através do processo de relactação:

a Maitê não produzia muito, então o que você tem que fazer, pro neném, o neném se ele começa a puxar e não sai nada ele fica frustrado, né, e o neném pequenininho ele fica cansado, então não dá pra você deixar a criança sugando o nada, né, não dá pra você explicar pra ela “ah a gente tá aqui tentando e tal”. Então o que você tem que fazer, tem um processo chamado translactação e relactação que são umas garrafinhas, que você pendura no pescoço, parecem aqueles sininhos de vaca, e ele tem um canudinho que você com uma fitinha, tipo essas fitinhas médicas, microporos, você coloca no bico do peito, então quando a criança suga o seu peito ela suga esse leite dessa garrafinha também. Mas é, assim, com certeza isso foi inventado pelo homem. Eu sempre brinco, assim, os problemas da humanidade é que os homens inventam as coisas que as mulheres vão usar e são todos uma merda. Por isso que a gente tinha que ter mais mulheres cientistas, mulheres nessas coisas todas, porque, engenharia mecânica, engenharia de produção, eu tenho certeza que todas elas seriam melhores, porque só homem inventa coisas bizarras, né. Desde absorvente, né, sei lá, a translactação, com certeza foi um homem que inventou isso. Então assim, é... esse era um desafio nos primeiros momentos, sabe, mesmo com o cansaço, e eu queria fazer isso, era importante pra ela, era importante pra gente como família, mas

isso gera uma carga física e emocional no casal, porque é uma cobrança, né. E isso foi um ponto de estresse, pra gente, nos primeiros meses dos nossos filhos, porque ela ficou com esse transletador por dois meses e meio, só que dois meses e meio de recém nascidos, de dois recém nascidos, né, de gêmeos, é uma vida. Porque é assim, eles mamam a cada duas horas e meia, três horas, você está lavando aquela garrafinha, você tá não sei o que, e tem que botar, e faz, e acontece, e tira leite, e bota leite, e põe o peito, tira o peito... Então, assim, foi muito difícil e veio com uma carga de culpa, de peso, de responsabilidade, né, que as mulheres já, como dizem aqui em inglês “over index”, já tem uma tendência a super, é... dimensionar a responsabilidade, a culpa e tal. Então isso foi difícil também pra gente, no começo. Valeu a pena pra caramba. Mudou a nossa concepção, assim, a nossa dinâmica de família em relação aos outros, assim, muito. (Isabela)

Quando a filha e o filho de Maitê e Isabela nasceram aconteceu uma questão: a amamentação das duas mães, que se prepararam para que acontecesse ali nos primeiros dias dos bebês, não poderia acontecer por não existir um protocolo no hospital que permitisse que uma criança fosse amamentada por duas mães diferentes.

Até o século XIX era uma prática comum que crianças fossem amamentadas por mulheres que não fossem suas mães, o período escravocrata no Brasil com mulheres escravizadas que amamentavam crianças de famílias brancas é um grande exemplo disso. Entretanto, desde o final do século XIX condena-se a prática das amas de leite e exige-se, através de teses médicas, que o leite passe por uma regulamentação antes de ser ingerido por um bebê que não seja filho biológico daquela mãe. A justificativa é que, ao mesmo tempo em que a amamentação é algo incentivado, “vista como um “nobre ato”, e o é leite percebido como uma substância “preciosa”, impregnada de qualidades medicinais e terapêuticas - marcado em expressões como “ouro líquido”, “amor em gotinhas” ou “cada mamada é uma vacina”” (Nucci et al, 2021):

É preciso observar que a proscrição da amamentação cruzada, concomitante à recomendação da amamentação exclusiva até os seis meses, fomenta certo tipo de subjetividades e modelo de família. Como procuramos argumentar, esse modo de olhar para a amamentação e o compartilhamento de leite não leva em conta dificuldades enfrentadas pelas mulheres, diferentes arranjos de cuidados, o aspecto relacional da amamentação e as vivências da maternidade para além do escrutínio médico. (NUCCI ET AL, 2021, p.: 15)

Além disso, desde 1985, após os primeiros casos de aids e a descoberta de que o hiv é transmitido pelo leite materno, o Ministério da Saúde e a OMS contraindicam a amamentação cruzada, que é a prática de um bebê ser amamentado por outra mulher que não sua mãe - prática comum nos tempos de amas de leite e ainda frequente em regiões do país - à época ainda sinônimo da mulher que o gestou. Duas mães que amamentam seu bebê não podem ser

consideradas como praticantes de amamentação cruzada. Não é uma outra mulher que nutre a criança, mas sua própria mãe, tenha ela vínculo genético com ela ou não. Novo desafio para os ambientes da saúde. Na experiência de Isabela e Maitê, o hospital em que estavam deu a assistência possível, de um hospital onde não existia protocolo que contemplasse a dupla maternidade e a dupla amamentação:

Então, quando os meus nasceram e a gente foi tirar leite, a gente estava em um dos melhores hospitais do mundo, assim, eu diria, né, a gente estava internada em um dos melhores hospitais do mundo em São Paulo e a chefe do banco de leite falou assim: não, pera aí, não pode. Aí o médico plantonista chefe da UTI pré natal falou assim: por que não pode? Não porque isso não existe aqui, a gente nunca teve isso. Aí ele virou e falou assim: ó, elas são as primeiras, mas eu tenho certeza que elas não vão ser as últimas, então se você não tem um protocolo para um casal de mães é bom você inventar. A gente só ficou sabendo disso depois e eu fico até arrepiada de contar, porque foi muito mágico, foi muito privilégio, eu fico arrepiada, me emociono, porque foi muito bom saber que a gente teve aliados nessa hora. Saber que mesmo a gente nem soube, que lutaram e deram pra gente o direito da minha mulher tirar leite. Ah mas como é que vai ser, vai misturar o leite das duas, não pode. Por que não pode? Até vinha na garrafinha do leite, ou na sondinha do leite dizendo de quem era aquele leite, por que que não pode? Então você tá dizendo que um caso de adoção, de uma mulher que faz uma translactação não pode amamentar o filho porque não é o leite da mãe que gerou? Então você está dizendo que crianças que tomam fórmula, ou crianças que têm doação de leite, tem muita doação de leite, né, não podem tomar aquele leite? Tudo bem você querer fazer teste de hepatite, tem um monte, por protocolo, legal, acho ótimo, mas você questionar, assim, sabe. Enfim, então foi muito bacana isso. (Isabela)

De fato, foi mais uma vitória atingida para uma parcela de mães lésbicas que acessam esse hospital:

Foi muito legal, assim, e virou um protocolo. Eu lembro que quando a gente teve alta, quando as crianças tiveram alta do hospital, uma das mulheres mais experientes do banco de leite me abraçou e me falou assim: você não sabe, no dia que eu escrever um livro você pode ter certeza que vocês vão ser um capítulo desse livro. (Isabela)

Para o casal, ficou como um movimento de conquista:

(...) foi muito interessante porque assim os bebês nascem, eles nasceram com trinta e três semanas e ainda não podia mamar, porque ainda não tem a maturidade neurológica para sugar. Até isso a gente aprende na vida, eu não sabia, descobri quando eles nasceram. Então quando eles nascem antes de trinta e quatro semanas eles não conseguem ir pro peito mamar, eles tem que aprender a mamar, então eles recebem o leite por uma sonda que vai do nariz até o estômago. Então enquanto isso a mãe vai tirando o leite e eles vão, do banco de leite do próprio hospital organizando para sua criança ter o leite que você tirou. Então não é um leite de doação, é um leite da mãe, da própria mãe. E aí eu já tava tirando leite, né, eu já tava com leite porque eu já tava fazendo a indução de lactação, já tava tirando leite em casa, mas já tava descartando. E aí quando eu cheguei lá eu falei: beleza, vamos nós duas tirar o leite, né, afinal de contas somos duas mães com leite aqui, mais leite para esses bebezinhos. E não tinha protocolo no Einstein, como é que faz? Mistura o leite das duas, não mistura? A gente não acompanhou esse processo, mas a minha pediatra Tieme falou depois pra gente que, assim, a primeira nutricionista que pegou o nosso caso, falou, assim: não, não pode, porque é amamentação cruzada, né, que eles chamam de

amamentação cruzada é uma mãe dando leite para a outra criança. E aí a minha pediatra falou assim: não, não é amamentação cruzada, é tipo, são duas mães amamentando o filho, é outra coisa. E aí o chefe da pediatria do Einstein virou e falou assim: não, pera, não tem protocolo a gente precisa desenvolver porque essas mães são as primeiras, mas certamente não serão as últimas mães lésbicas que apareçam aqui. (Maitê)

O fato é que quando Martin e Rebeca nasceram, Maitê e Isabela conseguiram, enfim, experimentar as dores e as delícias que foi poder amamentar em dupla. Descrevendo o quanto foi incrível poderem fazer isso juntas e, por mais que o corpo tenha demorado a se acostumar com a dupla amamentação, que tenha sido difícil no início, quando de fato aconteceu, Maitê julga ter tido um momento familiar privilegiado e se sente feliz por ter podido amamentar e se acostumado à amamentação mesmo não tendo gerado.

É lindo, depois que seu corpo acostuma é como qualquer exercício, né, você tem a endorfina de correr, mas os primeiros cinco minutos da corrida são horríveis. Primeira vez que uma criança mamou no seu peito é mágico porque você tem aquela ideia, aquela construção da amamentação, mas é uma dor, dói, é estranho a criança não pega direito, morde o peito, prensa, não sei o que, depois é demais e aí cara, a gente brincava que a gente tinha um lounge de amamentação, né, depois. A gente ficava nós duas amamentando juntas e a gente ficava horas filosofando. (Isabela)

Ao contrário de Rita e Nicole, Maitê e Isabela não precisaram procurar consultoria de amamentação. As duas também foram dominadas pela sensação do não saber e pelas dificuldades que isso resulta, porém o obstetra e ginecologista de Isabela cuidou das duas e se atentou às suas demandas:

E eu sabia que eu queria fazer a indução de lactação, mas assim, tudo era muito difícil. Por exemplo, pra onde eu ligo para começar a fazer a indução de lactação, para que médico liga? É o ginecologista? O obstetra da Isabela era um cara super frio, imagina, não tinha o menor sentido eu falar com ele. É... eu vou falar, sei lá, eu não sabia por onde começar, entendeu? Pra quem liga? Por quem começa? Então, é... eu acabei ligando e descobrindo algumas clínicas que são de, meio que de pediatria, meio que de amamentação em São Paulo, liguei pra lá perguntando se eles conheciam alguma enfermeira que cuidasse disso. Fui parar em um médico que é uma obstetra, ginecologista e mastologista que me adotou, assim, ele falou: ó, eu sei que dá pra fazer, nunca fiz, mas vou procurar, vou pesquisar e vou fazer com você. E ele fez e ele acabou virando obstetra da Isabela porque eu gostei tanto dele que a gente foi lá e ele acabou virando obstetra da Isabela. (Maitê)

A consultoria de amamentação foi importante para Rita e Nicole também pelo fato de Rita ter passado por uma cirurgia de redução de mama alguns anos antes, o que a fez ter receio de não conseguir amamentar. Somado a esse fato, o parto de sua filha e seu filho foi complicado, durou muitas horas em uma tentativa de parto natural e, afinal, necessitou que fosse uma cesárea e, por complicações do mesmo, Rita perdeu muito sangue precisou de uma transfusão e,

consequentemente, que sua esposa amamentasse os dois bebês já na primeira noite ainda no hospital. Fora as questões fisiológicas que se apresentam aqui, visto que apesar de serem duas mães com corpos semelhantes, o corpo de cada pessoa tem suas particularidades e na amamentação, isso impactou:

A Nicole que tinha passado pelo processo da indução ela já tava produzindo leite, leite, há um mês, já tinha um litro de leite congelado na nossa geladeira. Ela tinha um mamilo bem menor do que o meu. Então eu não consegui encaixar o peito...a boca da Olívia no meu mamilo, a Nicole sim (...) Ainda nisso tudo tendo que fazer transfusão de sangue e a Nicole que nem louca amamentando dois nenéns, a gente não queria deixar eles no berçário, a gente queria que eles ficassem no quarto junto com a gente, a gente dormia meio sentada com neném em cima, dois nenéns chorando, cada vez que chorava tentava botar no meu peito, se não pegava passava pra Nicole, então a Nicole que tinha que levantar pra pegar as crianças o tempo todo (Rita)

Todas as três mães que entrevistei e que tiveram amamentação em dupla, disseram ter tido uma boa experiência, mesmo com as dificuldades eventuais de todo o processo de indução a lactação. Um dos fatores apontados por Maitê é a possibilidade de duas mães poderem amamentar, quando as duas mães conseguem licença maternidade, faz com que ela não precisa ir dormir cedo ou descansar para trabalhar no dia seguinte.

Então várias questões do início do puerpério, né, não sei o que que eu faço com isso, a gente não teve, é, e a gente tava uma com a outra o tempo todo, né. Então eu dormia e acordava, eu podia ficar de madrugada porque no dia seguinte eu não estava indo trabalhar e assim foi por cinco meses e meio para mim e para a Isabela foi mais porque ela tinha seis meses de licença na época. Mas assim, não foi fácil, assim, mas as grandes questões que eu lembro foi muito da gente tentando se entender com a amamentação, eu querendo amamentar. (Maitê)

Rita complementa o que Maitê elucidou:

A gente tava vivendo a mesma situação, as duas tavam dormindo pouquíssimo porque as duas tavam amamentando, a gente tava vivendo exatamente a mesma história, a mesma situação, com a diferença hoje racional que eu vejo que não, eu tinha a bomba de um pós parto, tinha o corpo de quem tinha parido, de quem tinha vivido uma gestação, mas naquela época pra mim eu tava na mesma posição que ela, eu não via diferença nenhuma pra ela (...) Como nós duas estávamos amamentando a gente tava numa mesma relação com as crianças. Pras crianças tanto faz se elas tavam no meu colo amamentando ou no colo da Nicole. Não havia diferença (Rita).

Até mesmo no que diz respeito a se enxergar enquanto casal, as mães que amamentaram afirmam ter ainda mais cumplicidade e compreensão com o processo de aprender a ser mãe da outra. Não que a cumplicidade e compreensão esteja necessariamente relacionada à compartilhar a amamentação, não estão, entretanto as três mães que fizeram indução à lactação

entrevistadas por mim narram que foi um momento importante e de conexão no relacionamento.

(...) a gente ainda tem uma relação muito gostosa de casal mesmo, assim, então isso é legal (...) eu acho que como nós duas amamentamos essa mudança de corpo aconteceu nas duas, então eu também vi a Nicole amamentar. Então é...sabe, não tem essa do tipo 'agora eu vejo ela só como mãe'. Sim, somos duas mães, mas a gente continua se vendo em outro lugar, porque as duas estão na mesma situação. Ainda mais agora que já desmamou, então voltou a relação de peito diferente, mas enquanto amamentava era a mesma coisa. Então há uma compreensão e um entendimento maior, talvez, não sei (Rita).

A fala de Isabela complementa:

Primeira vez que uma criança mamou no seu peito é mágico porque você tem aquela ideia, aquela construção da amamentação, mas é uma dor, dói, é estranho a criança não pega direito, morde o peito, prensa, não sei o que, depois é demais e aí cara, a gente brincava que a gente tinha um lounge de amamentação, né, depois. A gente ficava nós duas amamentando juntas e a gente ficava horas filosofando (Isabela)

Pode-se concluir que a amamentação em dupla aproxima as mães? Que aumenta o nível de cumplicidade entre as duas? Afinal, tem efeitos de compartilhar um momento tão íntimo e transformador com a outra mãe do seu bebê.

4.2 Duplo puerpério e outras coisas em dobro...

Ao começar a pensar a dupla maternidade, uma vez que a dupla amamentação já aparecia nos posts da Marcela Tiboni, a quem me referi na introdução do trabalho, uma dúvida surgiu: existiria um duplo puerpério? Esta foi a pergunta pontapé inicial desta tese, já que antes de começar as entrevistas a minha grande questão era investigar se o fato de serem duas mães faria com que existisse dois puerpérios e como seriam esses puerpérios, qual o motivo que o levava a acontecer e como ele se dava. Ao longo das entrevistas, da leitura e escrita fui percebendo que a minha intenção era ampliar um pouco mais a discussão, entender apenas o puerpério com o mundo novo que estava sendo apresentado para mim não era o bastante e foi assim que o tema do puerpério se tornou uma parte da tese e não ela inteira. E comecei a pensar sobre o que seria o puerpério, além de uma biologização de questões pelas quais a pessoa que gesta passa depois que o bebê nasce. Existe? Seria biológico? Psíquico?

Importante ressaltar que todo esse questionamento acerca de corpos ditos femininos não é algo recente, mas sim uma construção histórica que permeia a falta de conhecimento e de interesse de tudo o que envolve o mundo de ser mulher.

De acordo com Fabíola Rohden (2006), até o século XIX era considerado perigoso por seu conteúdo lascivo que homens tocassem mulheres, mesmo médicos, em momentos de parto, portanto, mulheres deveriam preferir morrer em um parto difícil a contar com a ajuda de um parteiro. O corpo ditos feminino não tinha atenção de homens e era inclusive desconhecido para medicina, já que era considerado indecente que médicos atendessem e examinassem pacientes mulheres.

Durante muito tempo, o cuidado com o corpo feminino e das doenças que atingiam particularmente as mulheres não eram alvo direto da atenção dos médicos homens, que não raras vezes eram impedidos de atender as mulheres porque um exame mais próximo era visto como indecente. O corpo feminino era considerado um interdito e esta falta de acesso fez com que o conhecimento produzido pelos médicos não pudesse contar com os recursos da experiência prática. O parto, por exemplo, era muito mais um ritual de mulheres, muitas vezes encabeçado pela figura da parteira, que acompanhava a futura mãe antes, durante e depois da chegada da criança. (ROHDEN, 2006,p.:1)

Também por isso o parto era um ritual exclusivamente atribuído às mulheres, onde quem detinha o conhecimento sobre o que fazer eram as parteiras. Inclusive, na década de 1840, ser parteira dava às mulheres um status incomum ao gênero.

Contrariando as recomendações do Real Colégio dos Médicos de Londres, na segunda metade do século XIX, médicos começaram a consultar pacientes mulheres, sobretudo em partos que consideravam difíceis, aplicando manobras que acreditavam serem desconhecidas das parteiras, realizando cesáreas e contando com o auxílio do fórceps. Todas estas técnicas já eram criticadas desde o seu surgimento por preocupações com a condição da mãe no que tange a questões reprodutivas. Nesta mesma direção, as professoras brasileiras Luciana Aparecida Palharini e Silvia Fernanda de Mendonça Figueirôa (2018) apontam que:

A partir do momento em que a medicina penetra no ambiente doméstico, como o saber instituído para cuidar dos corpos, a mulher perde seu lugar no campo da saúde, passando a ser desqualificada e marginalizada, como aconteceu com as parteiras. Mas é preciso ter claro que a ela não era permitido o acesso a esse saber. O que mudaria com sua inserção, segundo o discurso apresentado, é que tal “vocação” teria encontrado um “espaço decisivo” que vai permitir às mulheres a continuidade de seu exercício de cuidar da saúde, agora sob o domínio da formação pelo saber válido socialmente para isso, a medicina. Nos parece mais um discurso que chama a atenção para as relações políticas que estão por trás do acesso a esse saber, e do que ele significou na vida das mulheres médicas, do que um pensamento hierárquico quanto ao caráter epistemológico da ciência em relação ao saber tradicional das parteiras e benzedoras. (PALHARINI E FIGUEIRÔA, 2018, p.:11)

A conversa com Rita me provocou alguns questionamentos acerca do puerpério, na verdade, conforme a entrevista ia acontecendo, eu tinha a sensação de conseguir elaborar pensamentos que me pareciam desconexos sobre este assunto. Sem dúvida este foi um encontro muito potente no âmbito criativo desta tese. No momento em que o puerpério acontece há uma dubiedade de ao mesmo tempo em que os corpos são iguais, eles são diferentes. O corpo não é apenas biológico, ele é socialmente construído, diariamente, a partir das experiências de cada sujeito individualmente e historicamente, e de como estas experiências atravessam cada um, como a filósofa estadunidense Judith Butler (1990) e o filósofo espanhol Paul Preciado (2015) já vêm afirmando, há marcas que o ambiente cria e deixa:

O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam, outros ficam elípticos e outros são sistematicamente eliminados ou riscados. A (hetero)sexualidade, longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, deve se reinscrever ou se reinstruir através de operações constantes de repetições e de recitações dos códigos (masculino e feminino) socialmente investidos como naturais (PRECIADO, 2015, p. 26).

O foco aqui é entender como as mulheres entrevistadas entendem a noção de puerpério, se faz sentido para elas, se esta é uma ligação, diferenciação, subestimação entre as mulheres do casal, que repercussões sociais e no casamento teve este momento da vida vivido por uma delas ou pelas duas.

Para além do fato de estarem vivendo processos fisiológicos diferentes em termos de intensidade hormonal do estímulo à lactação de uma e a gravidez, parto e pós parto de outra; Maitê e Isabela e Rita e Nicole viveram vidas completamente diferentes uma da outra, tiveram acessos a diferentes coisas e foram criadas de formas distintas. E isso também molda o corpo e o efeito do mundo nele. Mencionei aqui os casais que passaram, ambas, por mudanças fisiológicas provocadas, mas não significa que a mãe não gestante e que não se hormonizou não tenha vivido experiências corporais fortes também.

As enfermeiras brasileiras Márcia Strapasson e Maria Noemia Birck Nedel, em seu artigo “Puerpério imediato: desvendando o significado da maternidade”, publicado em 2010, definem o puerpério como o momento de transição ao papel materno, o momento em que a pessoa que gestou precisa reaprender sobre o próprio corpo, agora marcado pelas intensas mudanças físicas e emocionais do pré e pós-parto.

A cesariana, inclusive, é um fator para a intensificação dos efeitos do puerpério. Rita teve um início do pós-parto muito intenso, visto que não era o tipo de parto que gostaria de ter, mas foi o necessário, já que Gael não chegava a uma posição possível para que seu nascimento e de sua irmã fosse seguro.

Eu queria o parto normal e o Gael era o G1, que era o neném que tava mais embaixo, e ele passou a gestação inteira sentado. A criança não virou. Eu fiz acupuntura, fiz Spinning babies, fiz...fui participar de uma palestra no SIAPARTO, que é um simpósio de assistência ao parto humanizado, com a Gail Tully que é a moça que criou o Spinning babies, que fez comigo lá, mostrou todos os exercícios, depois ela fez uma série de manobras pra ver se o Gael virava. Gael não virou. Ele não queria nascer de parto normal. Ponto. Então tinha que ser uma cesária. (Rita)

Também aconteceu de precisar passar pelo processo de transfusão de sangue, que ela tentou evitar ao máximo, já que foi neste mesmo procedimento que sua mãe contraiu Hepatite C em seu parto.

Eu sujei o quarto inteiro de sangue, por tudo quanto é canto, porque saiu muito sangue. E dali eu não conseguia levantar, porque se eu levantasse eu desmaiava. Então eu desmaiei duas vezes nessas tentativas de ir até o banheiro...e aí...a minha mãe...essas coisas da epigenética, né, que fala...a minha mãe, no meu parto, teve uma hemorragia pós parto e ela perdeu o útero. E ela teve uma transfusão de sangue com hepatite C, que foi em 89, foi o último ano antes de descobrirem a hepatite C e verificarem nas bolsas de sangue. Então ela contraiu hepatite C no meu parto. Então a nossa médica sabia todas essa história porque sabia que isso era um trauma na minha família, ela falou 'Rita, eu vou fazer de tudo pra evitar transfusão de sangue. Eu sei que hoje o sangue é muito mais seguro, ele é super verificado e tudo mais, mas por saber que é um trauma na sua família eu vou evitar, eu vou fazer tudo'. (Rita)

Strapasson e Nedel (2010) afirmam que quando este tipo de parto cesárea acontece, este momento de re-aprendizagem se dá com o agravante do pós-operatório, o que o torna mais dificultoso. Isto porque além do processo emocional envolvido no pós parto com as novas demandas do bebê e as novas emoções que vem junto do puerpério, a pessoa que pariu também precisa se recuperar fisicamente de uma cirurgia.

De saída, o puerpério exige aprender sobre higiene pessoal de si e do outro; cuidado com o banho, cordão umbilical, alimentação da (do) recém nascida (o), etc.

Quanto às dificuldades encontradas neste período, pode-se inferir que as puérperas encontram-se inseguras e totalmente dependentes para assumir os cuidados com o recém-nascido e autocuidado, principalmente com a higiene corporal e cuidados com o coto umbilical. A atitude passiva assumida pelas puérperas em relação aos cuidados com o filho em parte pode ser explicada pelas dificuldades inerentes ao parto cesáreo e o favorecimento da equipe de enfermagem em assumir os cuidados, ficando a mãe como expectadora. Nessa perspectiva, a escolha do tipo de parto foi apresentada pelas puérperas como uma dificuldade a ser vencida, principalmente com relação ao desconforto, dor na ferida operatória e dificuldade de mobilização, referindo-se ao parto normal como a via de preferência, devido à experiência anterior de algumas mães. (STRAPASSON E NEDEL, 2010, p. 8)

Importante dizer que o Brasil tem a cultura da cesárea. Dados da Fiocruz¹³ em 2021 indicam que, no Brasil, são realizadas cesarianas em 55% dos casos, passando a 86% quando se analisa apenas a rede privada. A OMS recomenda que a variação de cesarianas seja entre 10 e 15%. O que a pesquisa referida não discute é a pouca liberdade da mulher nessa escolha. Com frequência é o médico que escolhe, segundo sua conveniência. E muitas mulheres mais abastadas são convencidas das comodidades da cesariana e optam sim por este procedimento. A passagem pela gravidez, no Brasil, pelo parto e pós-parto tem classe social, cor, escolaridade e território. Não apenas o acompanhamento pré-natal, cuja cobertura tem crescido bastante em nosso país, mas a rede de apoio para esta fase da vida marcam a maneira como a mulher vai experimentar tudo isso.

Para as professoras brasileiras Lucia Regina de Azevedo Nicida, Luiz Antônio da Silva Teixeira, Andreza Pereira Rodrigues e Claudia Bonan (2020), a falta de informação sobre o próprio corpo e todo o processo da gestação e do parto é, por si só, violência obstétrica. As autoras alegam que a falta de informação comunica uma relação de saber/poder científico sobre o corpo dito feminino. E ainda, que o parto medicalizado limita a autonomia de pessoas que gestam sob o próprio corpo.

(...) o deslocamento do conhecimento feminino sobre o partear para o conhecimento médico se configura como um processo de violação de direitos das mulheres. Contudo, também foram encontradas considerações de que o curso desse processo de medicalização, sob a ótica da violação de direitos, não se restringiria a uma relação de gênero, mas, de forma mais ampla, diz respeito a uma relação de dominação do saber científico sobre o saber feminino. Situação identificada na experiência de gestantes que mesmo quando atendidas por uma profissional mulher, esta atuou e demonstrou ter incorporado os saberes da categoria.(NICIDA ET AL, 2020, p.:8)

A pesquisa das enfermeiras (STRAPASSON e NEDEL, 2010) elucida algumas questões sobre os efeitos do puerpério da mãe gestante. Entretanto, conversando com as entrevistadas não-gestantes sobre o pós parto de suas (ex) esposas que não gestaram e até mesmo entrevistando uma mãe que não gestou, penso que talvez exista algo emocional que afete o biológico e não apenas o contrário. Por que parece importante destacar o puerpério, que em princípio seria uma consequência biológica da gravidez e do parto? A quem interessa? Que efeitos têm? Aproximar a mulher de uma suposta natureza? Ofertar liberdade para se entender reivindicações femininas por partilha do trabalho de cuidado como loucura ou efeito dos hormônios? Em casais heterossexuais espera-se socialmente, apesar de todas as mudanças, que

¹³ <https://coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1967-no-brasil-das-cesareas-a-falta-de-autonomia-da-mulher-sobre-o-parto-e-historica.html>

o tempo dedicado aos primeiros meses da criança seja maior por parte das mulheres. E da dupla maternidade lésbica, o que se espera?

De acordo com Swain (2021), a gravidez é o momento em que as duas mães se tornam quase uma no processo de entendimento do que é gravidez, ser mãe, ser casal, percepção que não apareceu exatamente desta forma entre todas as entrevistadas. Entretanto, quando a gravidez acaba e a criança nasce restam duas mães, duas mulheres, duas pessoas completamente distintas precisando dar conta da criação de um ser humano, precisando entrar em consensos e fazer concessões para adequar a história da própria vida e a história enquanto casal à história daquela família. Rita diz que antes dos bebês nascerem sentia que a gravidez dela e de Nicole era uma só, que elas eram extensão uma da outra, entretanto, assim que aconteceu o parto, ficou escancarado o quanto eram duas mães, duas maternidades e duas gravidezes diferentes.

(...) porque é estar ao lado de outra mulher que entende, que compreende as suas dores, as suas questões, as suas loucuras hormonais e que sabe que você não tá dando um pití, que você não tá 'ai, nossa, ela tá louca'. Não, ela não tá louca, ela tá no puerpério, é normal (Rita).

Apesar de ter essa percepção atualmente, à época essas sensações e emoções eram nebulosas para Rita, que olhava para sua esposa - que ela imaginava como alguém que tem o mesmo corpo que ela, que também passou por um procedimento hormonal através do tratamento à lactação - e não percebeu a diferença no processo puerperal de cada uma.

A gente tava vivendo a mesma situação, as duas tavam dormindo pouquíssimo porque as duas tavam amamentando, a gente tava vivendo exatamente a mesma história, a mesma situação, com a diferença hoje racional que eu vejo que não, eu tinha a bomba de um pós parto, tinha o corpo de quem tinha parido, de quem tinha vivido uma gestação, mas naquela época pra mim eu tava na mesma posição que ela, eu não via diferença nenhuma pra ela. Só que ela num lugar mais racional, ela de repente conseguindo fazer coisas, dizendo 'Rita, descansa, vou sair com os dois de carrinho e com a Cló'. E aí ela saía com os dois nenéns de carrinho, botava um no sling e um no carrinho e saía pra passear com a Cló, nossa cachorra. E eu falava 'mano, eu não consigo conceber ficar sozinha com os dois e ela tá saindo com a cachorra'. Sabe? E eu me diminuía muito nesse lugar de me achar menos mãe, de que eu tava pirando, louca e ela tava conseguindo manejar melhor a situação. E até hoje...somos duas mães das mesmas crianças, vivendo a mesma realidade de vida dentro de casa e somos muitos diferentes, temos jeitos muito diferentes, temos uma bagagem cultural, social e de relação com nossos pais diferente e a Nicole é uma pessoa muito mais paciente, calma e centrada e racional do que eu. Ponto. Então até hoje ela consegue ficar muito mais facilmente sozinha com os dois do que eu. E hoje são crianças de 2 anos e meio, que já dialogam, que negociam, que já fazem certos combinados. Não são muitos, mas cê já faz alguns combinados. Então é muito louco...porque é isso, são duas mães. São duas mães muito diferentes vivendo a maternidade uma ao lado da outra. (Rita)

Porém, ela considera que, por diversos fatores, Nicole também passou pelo puerpério. O que significa esta certeza? Percepção da intensidade das experiências? Parte da ideia de que

pode ser alguma coisa comum por serem duas mulheres? Uma naturalização do que seria o puerpério? Além de também ter passado por um tratamento hormonal para conseguir amamentar, Nicole precisou assumir grande parte da amamentação no período em que passaram no hospital, no pós-parto. Toda essa pressão psicológica fez com que Nicole chegasse a ter uma crise de ansiedade e, de forma muito interessante, sua doula a consolou com um argumento que remete ao conceito de transição ao papel materno de Strapasson e Nedel (2010).

Então eu não consegui encaixar o peito...a boca da Olívia no meu mamilo, a Nicole sim. Mas eu não conseguia pegar, não tinha posição, eu não conseguia ficar sentada direito por causa da cesárea, então foi um cú. Ainda nisso tudo tendo que fazer transfusão de sangue e a Nicole que nem louca amamentando dois nenéns, a gente não queria deixar eles no berçário, a gente queria que eles ficassem no quarto junto com a gente, a gente dormia meio sentada com neném em cima, dois nenéns chorando, cada vez que chorava tentava botar no meu peito, se não pegava passava pra Nicole, então a Nicole que tinha que levantar pra pegar as crianças o tempo todo, então na noite do segundo dia, que foi logo quando a gente decidiu que eu ia transfundir a Nicole teve uma crise...ela teve uma crise. Ela vomitava, chorava, botava o neném no peito e amamentava, aí chorava e ficava assim durante duas horas. A gente tava há dois dias sem conseguir dormir, porque as crianças...né, recém nascido, a gente nessa situação e...a Ni teve essa crise. Aí a obstetra veio falar que já tinha dado, que ia fazer a transfusão de sangue e nessa a Nicole foi parar no PS, passando mal. E foi muito louco porque ela ligou pra nossa doula às 4h da manhã...e falou assim 'Eu não paro de vomitar, eu não paro de chorar, eu não sei o que tá acontecendo, puta que pariu, o que eu faço? Eu não tenho força, eu tenho uma mulher e dois filhos que precisam da minha ajuda e eu não consigo'. E ela falou assim 'calma, o vômito é justamente essa sensação de falta de conseguir pôr pra fora, de segurança. Calma, tá tudo bem, você tá vomitando e você tá assumindo esse novo personagem que é o personagem de mãe que tá entrando aí pra você...enfim...você tá assumindo um novo personagem na sua vida, que é ser mãe. Então deixa, deixa sair isso tudo, vai pro pronto-socorro, deixa as crianças uma hora, duas horas, no berçário, pra eles ficarem tranquilos. Se precisar da fórmula, dá um pouquinho de fórmula, calma, ninguém vai morrer por causa disso e depois você volta a ficar mais tranquila e poder voltar a essa rotina maluca que é ser mãe' (Rita).

Quando questionei o porquê de Rita achar que essa comparação aconteceu e se ela acha que o fato de serem um casal lésbico afetou, ela concordou, dizendo que para ela duas mães estão mais implicadas na maternidade do que se fosse um pai e uma mãe. Para Rita, o homem, em um casal cis heterossexual, pode escolher se vai ser pai ou não, como se o bebê fosse da mãe e fosse ter um pai, e não que o bebê é dos dois, como ela diz que ela e Nicole sentiam.

Muito louco, porque isso é uma coisa que...é...a pergunta que toda repórter...todo mundo que é hétero faz muito uma pergunta, diz assim 'mas é muito louco ver como essa relação de vocês duas, vocês tão vivendo muito intensamente tudo'. E eu falo 'cara, eu não consigo conceber por que que o homem se acha tão distante da...desse processo como um todo, né. Por que que o pai pode não acompanhar as consultas, os exames...são os dois que estão grávidos juntos, né, no sentido...durante a gestação inteira a gente falava que a gente estava grávida. A gente tá grávida, a gente tá grávida e as pessoas às vezes olhavam pra Nicole e falavam 'mas como assim vocês tão grávidas', e ela falava 'não, a minha esposa'. Mas a gente viveu a maternidade

junto e pra mim, ao lado de uma outra mulher, é que eu não tô...naquela outra situação que eu posso ver dos casais que eu acompanho, héteros, meus amigos, minha irmã, é que o homem realmente ele não se implica, ele não se engaja nesse processo. A mulher que está grávida e ele vai ser pai, né. É isso. A gestação é dela, o filho é dela e ele vai ser pai. E conosco não, a gente desde o começo...ela teve em absolutamente todas as consultas junto, todos os exames junto, eu não conseguia me desgrudar da Nicole durante a gestação. E não sei se isso é toda mulher de dupla maternidade que vive isso dessa forma, tá, pode ser que não. Pode ser que as outras continuem num esquema mais heteronormativo de que uma tá gestante e a outra tá num papel mais de apoio, não sei, mas no nosso caso a Ni sonhava de noite que ela estava grávida. (Rita)

Faria muito sentido dizer, portanto, que o puerpério de Nicole se deve ao fato do tratamento de indução à lactação e ao evento traumático que passaram no hospital com o nascimento de Olívia e Gael? Porém, conversando com Lúcia, mãe de Lua, a ouço dizer que também sente que viveu o puerpério junto de Tereza, sua ex-esposa e outra mãe de sua filha.

E, diferente de Rita e Nicole, Lúcia e Tereza tiveram uma boa experiência com o parto de Lua. Lúcia diz que não foi o parto dos sonhos, mas levando em consideração que Tereza sofreu de diabetes gestacional e pré-eclâmpsia, foi um parto maravilhoso.

Então a gravidez foi boa, teve algumas complicações durante a gestação, ela teve pré-eclâmpsia, diabetes gestacional, mas a gente tinha muito desejo de ter um parto natural, esse era o nosso sonho, um parto natural. A gente buscou uma equipe que fazia isso, mas a gente teve que induzir o parto. No final a gente conseguiu ter um parto normal, ainda bem, mas não foi super dos sonhos como a gente queria, mas todo mundo ficou bem, é o que importa e ela conseguiu o parto normal que ela queria. O parto foi humanizado, foi um dos momentos mais malucos da minha vida com certeza. A gente ficou 5 dias internadas, a equipe era incrível... (Lúcia)

Quando questiono Lúcia sobre puerpério, ela me diz que sente sim que passou por um processo que ela via como semelhante ao de Tereza quanto a emoções e sensações, porém por não saber se é possível, não consegue nomear como puerpério.

Eu queria muito que existisse algum tipo de pesquisa, de estudo que conseguisse descobrir se existe como uma mulher que não pariu, por exemplo, tipo eu, se existe como eu ter passado por um puerpério! Por que às vezes eu acho que eu passei por um puerpério, mas isso tá muito ligado com hormônio que o corpo produz ali. Mas no meu emocional era como se eu tivesse no puerpério depois do parto (Lúcia).

A importância da biologia e a naturalização de certos fenômenos ligados à gravidez, parto e pós-parto talvez contribuam para esta dúvida de Lúcia, como se ela precisasse de uma autorização para nomear o que sentiu como puerpério. Entendendo, talvez, que passar pelo puerpério pudesse significasse estar mais próxima da maternidade reconhecida, por conta dos efeitos no corpo.

Ela caracteriza o puerpério como: sensibilidade, depressão, estar abalada emocionalmente, ficar de guarda em relação ao bebê. No pós parto, Lúcia relata que, assim

como Tereza, ficou os nove meses de gestação sem menstruar e isto só se regularizou meses depois do nascimento de Lua.

mais do que a Tereza até, eu tinha uma sensação muito ruim quando pegavam a Lua no colo, por exemplo. Não ruim, eu parecia um guarda, eu ficava de guarda perto. Eu gostava de ficar sempre com ela, eu tinha essa necessidade de proteção. Foi um período em que eu fiquei muito sensível, tanto que depois no primeiro ano da Lua eu tinha uma depressão muito forte, muito forte mesmo, um processo depressivo muito profundo. (Lúcia)

Por já estar em um momento um pouco mais avançado na pesquisa e na escrita quando entrevistei Maitê e Isabela do que quando fiz as outras entrevistas, conseguimos ter uma conversa um pouco mais direcionada, o que ajudou a sanar algumas questões e fazer algumas perguntas de forma mais direta. E, conseqüentemente, saber de forma mais específica o que cada fase significou para elas. Maitê, por exemplo, fala muito sobre o quanto a gravidez foi caótica e o pós-parto foi mais tranquilo porque se sentia mais amparada

Maitê acredita não ter sentido o puerpério por estar tentando tirar os bebês da neonatal.

Então a gravidez foi muito difícil, o puerpério, porque eu tive licença maternidade e porque as crianças ficaram três meses na neonatal, eu acho que foi menos pior do que a gente imaginava, assim. Primeiro porque quando você tem filho na neo natal você fica tão concentrado em tirar, né, aquela criança dali, assim, você tá tão, tipo, o mais importante pra mim que certas questões nem aparecem, né. Da maternidade, da identidade, da reedição de identidade e etc. Então, estas primeiras semanas foi a gente tipo: vamos tirar esses bebês daqui (...) E aí quando você vai pra casa tem várias coisas do início do puerpério que se você ficou na neo natal você não vive, do tipo, a gente tava há vinte um dias cuidando daquelas crianças com enfermeiras em volta, né, a gente tava... quando a gente foi pra casa com eles, a gente já sabia muito bem como trocar fralda, como amamentar, como é a pega. A gente não teve problema de amamentação porque tinha uma enfermeira lá o tempo todo ajudando a botar o bebê com a pega certa e etc. Então várias questões do início do puerpério, né, não sei o que que eu faço com isso, a gente não teve, é, e a gente tava uma com a outra o tempo todo, né (...). Mas assim, não foi fácil, assim, mas as grandes questões que eu lembro foi muito da gente tentando se entender com a amamentação, eu querendo amamentar. De novo essas desconexões porque eu queria muito amamentar e eu não tinha leite, então eu usava o leite da Isabela, aí enfim toda uma logística muito complicada. Mas eu acho que foi um puerpério de união nossa, assim, da gente estando juntas, assim. Eu tenho muitas memórias, as memórias doces que eu talvez não tenha da gravidez eu tenho da nossa licença maternidade, sabe? A gente andando com o carrinho para tomar um café na rua, indo para o Ibirapuera, indo pro clube, assim, tipo foi um momento de poder de fato ficar com aquelas crianças e aproveitar elas um pouco. E menos a solidão que eu acho que muitas mães sentem neste primeiro momento de puerpério. (Maitê)

Maitê acha que foi uma fase melhor do que na gravidez, por poder estar com os bebês e estar se reconectando com Júlia, depois de muitas brigas na gravidez. Em sua entrevista, Júlia diz que só sentiu o puerpério quando Maitê voltou ao trabalho:

(...) eu tive puerpério cinco meses depois do nascimento dos meus filhos, porque a Maitê voltou a trabalhar com cinco meses e eu voltei com sete, então eu tive puerpério quando ela foi embora, porque aí eu fiquei sozinha. Porque aí eu tive, experimentei aquela solidão, aquela responsabilidade. (Isabela)

Meses depois da primeira entrevista, pensando que o puerpério poderia dar boas pistas sobre os duplos da maternidade lésbica, perguntei às quatro primeiras entrevistadas (Lúcia, Celina, Rita e Paola) e diretamente às duas últimas entrevistadas (Isabela e Maitê) como elas definiriam o puerpério. Seguem as respostas que obtive:

Paola

P: Puerpério pra mim é imersão, é conexão profunda com aquela pessoa que acabou de aparecer no mundo. Puerpério pra mim foi bem tranquilo, me deixei "fundir" com a minha bebê, tudo era ela, dela, pra ela, por ela. E foi muito saudável que fosse assim. Estar confortável nesse lugar de imersão me deu muita tranquilidade e independência quando chegou a hora de me separar emocionalmente dela, o que começou a acontecer por volta de um ano de idade. Tive que voltar a trabalhar com cinco meses, mas ainda estava profundamente conectada com ela. Quando ela tinha por volta de um ano, senti necessidade de mais individualidade.

A: Quando você fala que quando ela tinha por volta de um ano você sentiu necessidade de individualidade... não sei se entendi muito bem

P: Senti necessidade de fazer coisas sozinha, o que eu não sentia antes. Antes eu queria fazer tudo com ela.

Lúcia

L: Puerpério pra mim é um momento super hiper mega delicado, acho que é uma das fases mais difíceis considerando gestação e extero gestação porque são os hormônios ali a flor da pele e o bebê pra você cuidar ao mesmo tempo. Porque a gestação tem todas as questões hormonais, mas você ainda é só você de certa forma, você não tem aquela responsabilidade que já tá fora do seu útero. Então pra mim o puerpério é uma coisa que não se fala muito sobre, a não ser que você estude e procure sobre o assunto. No nosso caso a gente estudou muito sobre isso, eu estudei bastante também pra saber como eu poderia dar um apoio pra Tereza em relação a isso. E pra mim o puerpério é isso, é uma fase muito delicada, que pode ser muito difícil, mais do que já é se não tiver o apoio certo, se não tiver pessoas que entendam aquele momento. Sem contar que puerpério não é três meses, na minha cabeça isso não faz sentido nenhum, puerpério ele dura ali sem brincar, fácil uns nove meses, um ano, porque essa novidade vai pra além do hormonal. E falando nisso eu sinto que eu tive meu

puerpério também, sabe? Não tive a parte hormonal...quer dizer, não sei, não fiz nenhum exame, talvez até tenha tido, mas enfim eu não pari, então eu não tenho essa parte hormonal óbvia, eu não vivi isso. Mas eu sinto que o emocional, quando nasce um bebê, quando você é mãe e você tem um filho, mesmo se ele não nasce de você é muito intenso essas mudanças, então por mais que eu soubesse que era o momento da Tereza, que ela precisava de muito apoio, eu também senti que estava passando pelo meu puerpério.

Celina

Então, pra mim, puerpério é solidão. É duro assim mesmo. Mas a solidão não é ruim, sabemos. Então é uma solidão que nos exige força (já dizia Clarice). É uma solidão que não dá tempo de sofrer, pois tem um neném berrando. É uma solidão que nos fez perceber que, de fato, mesmo com uma rede de mulheres por perto (quando há), somos sozinhas e estamos, essencialmente sozinhas, mesmo tendo virado dois. O puerpério nos coloca num lugar de sagradas. No entanto, lá nesse lugar, não tem ninguém, além de você e seu filho ou filha. E as necessidades são terrenas, de cuidado, alimento, afeto, sono. Um caminho solitário.

Rita

Quando eu e a Nicole...Quando eu tava grávida e a gente falava de puerpério, todas as médicas da equipe ficavam apostando se a Nicole teria puerpério ou não, então se o puerpério estaria ligado só à questão do parto ou não. E o mais louco é que depois de a gente ter vivido o puerpério a gente comprovou que de fato a Nicole teve um puerpério em parte por que sim, teve mudança hormonal por que ela amamentou, mas mais do que isso o que eu entendo que seja um puerpério é um conjunto de coisas. Tem uma questão hormonal também, que pra mim foi super pesada, por ter gêmeos, uma alteração de humor, um desequilíbrio hormonal, mas tem por outro lado a falta de dormir, a loucura de você não saber se é dia ou noite porque o neném acorda um milhão de vezes. Dizem e eu super acredito que existe puerpério pra quem adota, porque bem ou mal, me lembro muito da sensação, que era a maior clássica do puerpério, de chegar em casa com os nenéns e pensar “gente, mas a minha casa não é mais a minha casa, tem alguma coisa estranha, o que tá estranho aqui?” e aí descobrir que na verdade o que tá estranho é que você tá com dois elementos a mais, né, dois novos habitantes que não existiam na casa e que de repente chegam. Então pra mim puerpério tem muitas camadas, por isso eu tô te falando que é muito difícil eu te responder por que, acho que são muitas coisas, tem toda a parte física e

hormonal, mas tem também toda a questão psicológica do momento, da situação. E aí acho que em cada pessoa o puerpério bate de uma forma distinta, né? E fico me perguntando se existe puerpério também em homem, já que eu sei que em uma grande maioria da sociedade o homem não fica em casa quando o neném nasce, mas eu fico pensando em casais de homens que adotam ou que fazem o processo por FIV, eles com certeza devem viver algum processo de puerpério senão o puerpério como outro qualquer, não sei. Mas enfim, isso não é a pergunta que você me fez, desculpa, divagando.

Isabela

E aí desemboca em um lance que você tava falando sobre entender essas fases da maternidade lésbica, que eu digo que eu tava conversando com a minha psicanalista sobre isso, que eu tive puerpério cinco meses depois do nascimento dos meus filhos, porque a Maitê voltou a trabalhar com cinco meses e eu voltei com sete, então eu tive puerpério quando ela foi embora, porque aí eu fiquei sozinha. Porque aí eu tive, experimentei aquela solidão, aquela responsabilidade. Eu digo que o puerpério, e sempre falo para as minhas amigas que engravidam, que o puerpério é aquele limbo entre o que você era e quem você vai ser, né. É aquela solidão, é aquela... é aquele entendimento que todos os seus pontos de paixão, todas as coisas que você gostava vão ter que se readequar, você tem uma nova você, tem uma nova camada de identidade que você não conhecia, né, que é o título de mãe, que era uma coisa que você não tinha antes, e essa... esse título, esse cargo, é muito difícil, porque ele envolve um outro que você não conhece, né, você pode até ter parido aquela criança, mas aquele é um outro ser, por mais que digam que a criança vai se separar de você lá pelo lá qual mês da vida dela, você não... ela nunca te pertenceu, ela, mesmo ela sem muito entendimento dela própria ela tem outras vontades, ela chora quando ela quer, ela não chora quando você diz que ela pode chorar, ela tem fome quando ela quer. Então, assim, o puerpério é um entendimento que você tem uma outra coisa ali que você não sabe, o que que é, por isso que eu digo que o mundo seria perfeito se todo mundo começasse pelo segundo filho em vez do primeiro, né. A gente ficava nós duas amamentando juntas e a gente ficava horas filosofando, por isso que eu digo assim, o meu puerpério aconteceu quando a Maitê foi embora, que eu senti aquela solidão, foi muito difícil, muito difícil quando ela voltou a trabalhar. (...) a Maitê voltou a trabalhar com cinco meses e eu voltei com sete, então eu tive puerpério quando ela foi embora, porque aí eu fiquei sozinha. Porque aí eu tive, experimentei aquela solidão, aquela responsabilidade. Eu digo que o puerpério, e sempre falo para as minhas amigas que engravidam, que o puerpério é aquele limbo entre o que você era e quem você vai ser, né. É aquela solidão, é aquela... é aquele entendimento que todos os seus pontos de paixão, todas as coisas que você gostava vão ter que se

readequar, você tem uma nova, você tem uma nova ca... uma nova camada de identidade que você não conhecia, né, que é o título de mãe, que era uma coisa que você não tinha antes, e essa... esse título, esse cargo, é muito difícil, porque ele envolve um outro que você não conhece, né, você pode até ter parido aquela criança, mas aquele é um outro ser, por mais que digam que a criança vai se separar de você lá pelo lá qual mês da vida dela, você não... ela nunca te pertenceu, ela, mesmo ela sem muito entendimento dela própria ela tem outras vontades, ela chora quando ela quer, ela não chora quando você diz que ela pode chorar, ela tem fome quando ela quer. Então, assim, o puerpério é um entendimento que você tem uma outra coisa ali que você não sabe, o que que é, por isso que eu digo que o mundo seria perfeito se todo mundo começasse pelo segundo filho em vez do primeiro, né. Então, o puerpério pra mim ele aconteceu quando a Maitê voltou a trabalhar porque aí eu fiquei sozinha, e eu acho que o puerpério é esse processo de solidão, de profunda solidão, porque, né, o resto do mundo tá girando e eu lembro da sensação de um dia que eu saí na rua e eu falei: caramba o mundo continua existindo, apesar de tudo que eu to vivendo na minha casa.

Diferente das outras entrevistas, Maitê diz que não sentiu que passou pelo puerpério já que seu filho e sua filha precisaram ficar três meses na uti neonatal assim que nasceram, o que a faz acreditar que o que ela sentiria normalmente referente ao puerpério foi subdimensionado. Maitê aponta que o período em que esteve em casa com Isabela após o nascimento dos gêmeos foi de muita união das duas e que a única questão que apontaria foi a amamentação, já que ela queria amamentar e teve dificuldade no início do processo.

Lendo a dissertação da brasileira mestre em Ciências Sociais Marta Pereira Militão da Silva (2016), percebe-se que há de saída uma grande diferença entre os casais heterossexuais que ela entrevistou e os casais de duas mulheres que entrevistei. No caso de Silva (2016), apenas uma mãe relata ter ficado satisfeita - e ao mesmo tempo surpresa - por o marido ter tirado um mês de férias apoiá-la neste momento pós-parto. Já no presente trabalho fica evidente o quanto as duas mulheres se fazem presentes durante todo o processo para ter filhas (os), desde o projeto parental até o pós parto.

Entretanto, nossos trabalhos se encontram quando se pensa sobre o efeito do pós parto na vida das mães. Silva (2016) analisou apenas mães que gestaram, sensação que se estende também à mães que não tiveram a experiência de engravidar, afirmando:

Em geral, as questões mais relatadas no pós-parto foram: a solidão, a perda da identidade, a percepção de que a realidade é muito diferente das expectativas (tanto pessoais quanto sociais) e a experiência do luto (pela vida anterior, pela experiência de parto não satisfatória, pela menina que morreu). (SILVA, 2016, p.:60/61)

Para Isabela e Celina o puerpério remete à solidão. Isabela inscreve a solidão no afastamento físico de sua esposa, mas também na descoberta de uma nova camada de si mesma que precisa ser desvendada, um contato com o desconhecido onde você precisa aprender a lidar; ao passo em que Celina aponta para a solidão em relação ao lugar sagrado da maternidade onde só quem pode habitar são as mães e os bebês, onde não existe tempo para sentir as próprias sensações, já que é preciso suprir as demandas de um bebê.

Sensação parecida com a de Lucia, que diz que foi preciso um tempo para a acomodar as mudanças, não apenas as hormonais, mas a compreensão de que não se é mais sozinha e em meio a tantas mudanças é preciso dar conta de si mesma e também de um bebê.

Paola ficou imersa na maternidade e com a sensação de fusão com a bebê, algo também descrito por Silva em seu trabalho quando diz que muitas mães sentem que não foram avisadas sobre como de fato seria a maternidade, como por exemplo, a dificuldade que pode ser se separar do bebê.

Já Rita pensa o puerpério como período de mudanças hormonais somadas a necessidade de dar conta da vida de outros seres humanos enquanto está tentando entender as próprias mudanças.

O puerpério é um período de solidão de acordo com as entrevistadas, mas também é, segundo elas, um tempo para descobrir quem se está tornando. Um momento em que aquela mulher que antes tinha apenas o desejo de ser mãe, tinha que se adequar ao ser, de fato, mãe. É um momento extremamente delicado da própria vida onde não se tem tempo para olhar para si mesma, visto que é preciso exercer o cuidado dos bebês.

Talvez o puerpério esteja relacionado também à implicação que existe no cuidado e na adaptação de si para a chegada de filhas (os), há uma preparação não apenas na dimensão física, como também na emocional/psicológica. É possível que os corpos serem biologicamente iguais afetem na intensificação deste momento, na sensação de “sentir o que a outra sente”, “saber como a outra se sente”, porém imaginar que este seja um sentimento inerente à maternidade lésbica me parece ingênuo por considerar esta sociedade.

4.3 A outra mãe: duas mães, mas diferentes

A sacralização da maternidade, em nossa sociedade, ainda reina. Claudia Fonseca (2002), em um texto com nome bastante provocativo “Mãe é uma só?”, afirma que o fato de as

camadas médias terem adotado a família nuclear como modelo arremessa para a rubrica problemática qualquer formato que pareça desvio. Camilla Fernandes (2017), antropóloga brasileira, em sua tese de doutorado mostra como as mães que optam por não ficarem com os filhos ou não cuidam dentro de determinados padrões, são condenadas. Embora ambos os trabalhos se remetam a mulheres de baixa renda e formações familiares distintas das que tratamos aqui, entendemos que este olhar que produz desviantes também é acionado quando se trata de uma dupla maternidade lésbica. De acordo com Fonseca (2008, p.:5) “Hoje a tecnologia abre a possibilidade de duas mulheres serem classificadas como "mães biológicas". No entanto, o mais comum continua sendo concentrar as tecnologias em uma só mulher - que será mãe genética e gestante - inseminada com sêmen doado, deixando à parceira o status de "co-mãe”.

Nesta parte do trabalho vamos discutir três aspectos singulares da dupla maternidade: vínculos biológicos das duas mães, sua nomeação e a licença maternidade.

Duas mães, é esse construto que importa e se deseja e “Le fait d’élaborer dès le départ ce projet à deux est décisif”(DARIUS; DÉCHAUX, 2016, p. 127) para a construção desta maternidade partilhada. O parentesco se torna uma questão de escolha, de negociação das relações estabelecidas. Os laços familiares entre pessoas do mesmo sexo que podem ser eróticos, mas não fundados na biologia ou na procriação, não se enquadram em nenhuma divisão organizada do parentesco como relações de sangue ou casamento. O fato de elaborarem desde o início o projeto a dois é decisivo daquelas que se deseja ensinar. A dupla maternidade não acontece como um passo simples, antes ela é construída. E em o peso da gravidez ou da conexão biológica com o futuro filho, a mulher que não gesta pode ver seu lugar enquanto mãe ameaçado. Assim, observamos nas imagens analisadas que a grande maioria das postagens são de fotografia em que aparecem as duas mães e seus filhos. A constante aparição das duas mulheres juntas ao lado de barrigas grávidas, durante o parto, em chás de bebês ou mesmo antes do nascimento através de imagens de testes de gravidezes positivos, revelam estratégias centradas na consolidação do lugar desta mãe que não engravidou e que, por isso, não tem seu vínculo biológico na construção desta família. A presença dela em todos estes momentos garante a maternidade, já que ela constrói seu espaço através da participação intensiva - registrada em foto e tornada pública nos perfis de Instagram - no projeto comum da maternidade partilhada.(AMORIM, 2019, 179)

Quando comecei a entrevistar as mães, eu não trazia como pré-requisito ela ser ou não a mãe que gerou e/ou a mãe biológica, o importante era ouvi-las enquanto mães lésbicas. Porém, conforme fui ouvindo, fui me deparando com a história de mães não biológicas e de como isso as afetou na decisão de projeto familiar e como isso as afeta de maneira totalmente diferente hoje.

Ao longo da tese várias vezes nos referimos à mãe não gestante. No entanto, como parte do meu ofício de cartógrafa, uma inquietação permeou todo o trabalho e, chegando ao fim, é necessário pautar esses incômodos. Há uma diferença entre as maternidades, o que não significa hierarquia. Uma das duas vai gestar em seu ventre, a criança vai sair de dentro do seu corpo,

antes do nascimento ela será reconhecida como mãe - o que acontece sempre que uma mulher está grávida, mesmo que geste para outra pessoa. Será então que a nomeação da diferença deve ser pela gestação e mãe gestante e mãe não gestante é a melhor distinção?

A literatura francesa sobre o tema (Tarnovski, 2010) faz a distinção entre as mães não pela gestação, mas pela dimensão registral, uma vez que até 2021 não existia a possibilidade de casais de mulheres acessarem a maternidade pela reprodução assistida.

As mães que optam pela reprodução assistida parecem valorizar, de alguma forma, o laço biológico, o que não significa que ao longo da experiência de maternidade não possam mudar suas percepções.

A preferência pelo laço biológico mediante as dificuldades da reprodução assistida, pode ser pelo fato de o vínculo biológico mãe/filha(o), de acordo com Pontes e as professoras brasileiras Terezinha Féres Carneiro e Andrea Seixas Magalhães (2015) ser muito valorizado em nossa sociedade, como se o vínculo natural fosse o biológico e, portanto, o que torna aquela relação materna autêntica.

O grande desejo pela maternidade biológica parece, de acordo com os relatos, ser o responsável pelo enfrentamento de tentativas frustradas, efeitos colaterais de remédios, desgaste emocional e financeiro, e pela minimização dos riscos envolvidos. O laço biológico que une mães e filhos é sinônimo, em nossa sociedade, de laço verdadeiro e “natural”, percebido como o vínculo mais valorizado (...) Um filho “natural” parece não deixar dúvidas quanto à autenticidade da relação mãe/filho”. (PONTES E, 2015, p.:195)

Embora tenha elaborado seu planejamento familiar através de reprodução assistida ao lado de Tereza, para Lúcia, compartilhar a genética não era uma questão, por maior que fosse a sua insegurança sobre o reconhecimento de terceiros sobre sua maternidade referente a Lua. Ela entendeu desde sempre que sua maternidade não passaria pelo vínculo biológico:

(...) as pessoas muitas vezes questionam sobre a minha ligação com a minha filha e eu sou a mãe dela, mas geneticamente não tenho nenhuma ligação e não fui eu que gastei. A gente decidiu isso por ser natural pra gente, pra mim nunca foi uma questão em momento nenhum ter uma ligação genética com a minha filha, tanto que a gente considerava adotar, pra ela também não era. (Lúcia)

Já outras mães, quando pensaram em sua configuração de família, ter a genética compartilhada parecia importante. Como provar que sou mãe daquela (e) filha (o) se não existe uma prova genética? É interessante perceber que a construção deste sentimento e pensamento para estas mulheres varia muito, e a relação das entrevistadas com os laços biológicos, sejam genéticos ou pela gestação, são ambíguos e podem variar entre a escolha pelo método e ter os filhos nascidos. Paola, Isabela e Maitê utilizaram o método ROPA, ou seja, colocaram o óvulo de uma mãe na barriga de outra mãe, para que assim se parecesse mais com os meios

reprodutivos convencionais, para que algumas características físicas estivessem preservadas e talvez outros tantos motivos.

(...) a gente queria muito fazer uma inseminação cruzada, ou seja, botar óvulos de uma na outra. A gente achava na nossa cabeça da época, e hoje eu vejo que tipo, é uma grande bobagem, que isso emulava um pouco um processo padrão de parentalidade que a gente queria isso um pouco, as duas participando, um pedacinho, a gente falava: ah! que mágico! tem um pedacinho meu crescendo dentro de você. Hoje eu olho pra trás e penso: é mágico de qualquer jeito, não precisa ser um pedacinho de uma crescendo na outra, mas já com a minha cabeça na época, na nossa cabeça na época isso fazia sentido. Então a gente resolveu que ia ser uma inseminação cruzada e como eu sou dois anos mais velha a gente decidiu começar com os meus óvulos na Isabela porque o óvulo é o que envelhece primeiro e depois a gente faria o contrário, os óvulos dela em mim. Só que vieram gêmeos, né, então a gente acabou desistindo da jornada da volta, né. (Maitê)

Para Maitê ficou evidente que ela precisaria resolver tudo isso internamente como conta sobre quando ela e Isabela contaram da gravidez para a mãe de Isabela:

(...) quando a gente falou que ia ter filho e contou que ia ser filho, né, meu óvulo na barriga da Isabela, a reação dela foi assim: mas quando é que você vai ter meus netos de verdade. Foi horrível, eu fiquei assim, me sentindo muito mal. Quer dizer que os meus filhos, primeiro que não são os meus filhos, são nossos filhos, e segundo que só porque é o meu material genético significa que não é seu filho, não é seu neto? (Maitê)

Hoje, Maitê e Isabela afirmam ser este um assunto superado, mas quando engravidaram de Martin e Rebeca, sobretudo em um momento com poucas referências e, conseqüentemente, poucas pessoas para se conversar, foi um momento delicado.

(...) antes de ter filho tem um monte de coisa que parece importante que hoje em dia eu não acho importante, genética pra mim é zero importante hoje em dia. O único papel da genética, eu acho, hoje em dia, na minha vida, tem a ver com doença, tipo entender predisposição a certos tipos de doença e tal. Mas antes d'eu ter filho, eu tinha a pira da genética, a gente fez uma inseminação cruzada, então eu engravidei, eu gastei, eu gerei, óvulos da Maitê com um doador anônimo. (Isabela)

Além da preocupação com as possíveis doenças transmitidas geneticamente, ser a gestante tem outras implicações para Isabela: há toda uma narrativa sobre direito à prole que tem vários aspectos importantes.

num casal convencional, heterossexual, a mãe dá as regras, meio que assim, né. O que é errado também, mas é assim que é a sociedade convencional, quando você tem duas mães, quem dá regra? Quem é quem? Como é que é? O que que tá certo? Pode ou não pode comer chocolate? Pode ou não pode fazer isso? Eu falo chocolate porque eu banalizei pra coisa mais imbecil, né. Dar ou não dar remédio? Tratar a febre com um banho gelado ou com uma novalgina? É... liga ou não liga no pediatra? Nesse caso. Bota pra dormir no colo ou põe na cama? Mil coisas que num casal heterossexual até que se discute mas em tese, a mãe tem mais direito a decidir. Num casal de duas mulheres quem tem mais direito? Ninguém tem mais direito. E aí por exemplo, a gente começa a ouvir histórias, né, horríveis, de casais de mulheres que

se separam, acontece divórcio também, depois do nascimento dos filhos. E as atrocidades que acontecem no meio jurídico? De barbaridades, do tipo: Não é seu filho, não tem seu DNA, ou não é seu filho, não foi você quem carregou, sei lá, no nosso caso a gente briga assim, minha família é judia, e a gente briga que a gente hackeou o judaísmo, por que de acordo com os religiosos, os ortodoxos, as pessoas mais religiosas, é, judeu é quem nasce de um ventre judaico, e no nosso caso que é um ventre judaico, que o óvulo não era judeu? É ou não é? Meio que a gente hackeou o judaísmo. E foda-se, não é por que a gente se importa com isso não, tá? Só pra dizer que a gente brinca, vira as piadas que a gente zoa e tal. Mas é, tem várias questões sobre a dupla maternidade que são muito sem literatura, que quando você me fala assim, ah pô, meu doutorado, eu acho o máximo, por que cara, é muito difícil, a gente não tinha literatura sobre duas mães. E aí tem essas merdas que as pessoas escrevem que fodem a cabeça de duas mães. Porque você não vai ter aquele negócio da barriga, a voz da mãe, a sei lá o que. Ele vai te amar mais porque você carregou, cara, que nada a ver. As pessoas amam quem tem vínculos com elas. Porque o que vale para duas mães, é o que eu falo, o genético não tem nada a ver, quem carrega não tem nada a ver. Vale o amor, né. (Isabela)

Também conversamos sobre como é ser a outra mãe, a mãe que não gestou mesmo sendo a mãe biológica. E ela relata sobre as dificuldades da invisibilidade, sobre o quanto foi difícil ver a barriga crescendo em sua esposa enquanto ela também se sentia grávida.

Eu me senti um pouco invisibilizada porque tipo a mãe gestante é a mãe que recebe atenção. Porque todo mundo quer saber como é que tá, todo mundo querendo botar a mão na barriga e etc. Você recebe apenas um: ah legal, parabéns. Então eu me sentia muito sozinha e eu não conhecia ninguém na época, isso foi em 2016, né. (...) eu não sentia preconceito, mas eu me sentia excluída o tempo todo (Maitê)

Por maiores que sejam os progressos na caminhada para que famílias com duas mães sejam mais aceitas e estejam mais adaptadas à nossa sociedade -, no sentido se que o espaço que ocupam precisou ser criado, não foi algo dado - ainda temos um longo caminho:

É tudo é mais difícil, tudo é mais complicado, por mais que você não tenha alguém falando: ah sua sapatão, sai daqui. O sistema todo te diz, o tempo todo, principalmente para a mãe não gestante. Nesse início você não pertence, você não é mãe, você é uma outra coisa, afinal de contas mãe só tem uma, diz o ditado, né. Então, meio por aí. (Maitê)

No início a mãe não gestante é menos vista, não é mãe, não pertence. Quando sai a barriga a evidência acaba...

Nesse início você não pertence, você não é mãe, você é uma outra coisa, afinal de contas mãe só tem uma, diz o ditado, né. Então, meio por aí (...) Eu acho que, por exemplo, no Brasil essa coisa do sistema continua existindo, né. Você vai em qualquer ficha, em qualquer formulário é mãe e pai, mãe e pai, mãe e pai. Aqui nos Estados Unidos a gente mora na Califórnia, então não é nem mãe e pai, não é parent é guardian, é guardião um e guardião dois, porque assim tem gente que tem a guarda da criança e não é nem pai, nem mãe, né. Então, assim, é tão inclusivo a ponto de não ter nem pai e mãe, nem parent, é guardião. Se você é responsável legal por essa criança ou não. Então eu sinto menos, é... mas eu acho que não é nem só eu, eu acho que toda mãe lésbica acaba sentido meio deslocado porque tem essa concepção da mãe só tem uma e por exemplo, a gente faz parte de muitos, muitos não, mas de alguns grupos de maternidade lésbica e tem sempre a discussão de como é que seus filhos te chamam, né? É mamãe e mainha, é mama e mamay, mamãe e mamãe, aqui em casa

a gente acabou optando por mamãe e mamãe, é mamãe Maitê e mamãe Isabela e quando fala mamãe serve qualquer uma: mamãe, a gente sabe que a que for tá tudo bem, entendeu? Mamãe vem me limpar, qualquer uma que aparecer tá ótimo. Mas às vezes eles querem uma e aí eles chamam mamãe Maitê ou mamãe Isabela. Mas eu sinto menos assim, eu acho que a gente já tá, eles com cinco anos eu não sei se a gente já se acostumou, ou se, ou se de fato as coisas foram um pouco melhorando, e a gente se mudando pra cá as coisas ficaram um pouco mais fáceis, entendeu? Então, eu não sei muito bem responder a sua pergunta. (Maitê)

Conversando com Paola, uma mãe que engravidou através do método ROPA, ela relata que, apesar de ter sido um momento especial para ela e a outra mãe de sua filha à época, atualmente ela acha o método equivocado. Isto porque, segundo ela, é uma tentativa de validar a maternidade lésbica através da biologia, quando na verdade a maternidade não precisa ser atravessada pela biologia para existir ou ser validada. Importante ressaltar que quando finda a gravidez, a evidência biológica sobre a maternidade é a genética, o que ela não tem.

Mas os argumentos dela são muito potentes, apontando a história e os vínculos construídos, que é o que faz com que a criança reconheça suas mães. Segundo Paola, é a (o) filha (o) que ensina a mãe a ser mãe e não o DNA envolvido ali.

Porque eu acho que na verdade o que surge como uma... um... um pensamento de validação, porque a nossa ideia inicial era justamente validar a outra maternidade através do DNA, né... eu estou engravidando mas o DNA é dela então não tem como ninguém falar que as duas não são mães, as duas são mães, né... é... porque é o DNA de uma e a barriga de outra. Só que ao longo de todo esse meu processo de avaliar a dupla maternidade e tudo, eu percebi que isso na verdade não é uma validação, como eu tava imaginando, é justamente o contrário, é uma desvalidação da mãe não gestante como é... ela só poderia ter acesso real a dupla maternidade se ta dando a barriga ou o material. Então acaba que essa questão do método ROPA como validação na verdade invalida a maternidade e não é uma coisa interessante para ninguém. A gente não quer uma validação da maternidade baseada na barriga ou no DNA, né... não é interessante, não é desejável e a gente tem que trabalhar o psicológico das mulheres lésbicas pra isso, pra refletir sobre, não é porque seu DNA tá ali, ou porque você engravidou, porque você amamentou que você é realmente mãe daquela criança. A partir do momento que você decidiu ser mãe e está criando aquela criança você é mãe e pronto. O teu filho vai te mostrar que você é mãe, não é nenhuma outra, nenhuma dessas outras características, né... a gente na verdade não pensou na nossa própria validação a gente pensou na validação da sociedade mesma, né... pra facilitar a forma de lidar com a sociedade, né... pra ninguém chegar falando não então você não é. Só que o que a gente percebeu é que a sociedade vai fazer isso de qualquer forma, né... então assim, a gente acaba desvalidando... invalidando uma maternidade em nome de alguma coisa que a sociedade de qualquer forma não vai usar porque ela tem preconceitos que não interessa se tem DNA, se não tem, ela vai querer invalidar aquela dupla maternidade. Então assim é uma coisa muito de exclusão, né... Esse tipo de pensamento exclui e não é, e eu hoje em dia discordo totalmente e eu vejo muita gente chegando pra mim falando que meu sonho é esse método pra eu poder me sentir mãe também e eu acho isso extremamente equivocado. (Paola)

E continua:

a gente fica procurando uma validação da sociedade quando na verdade a gente só tem que pensar na nossa conexão com o próprio filho, não tem que pensar em validação externa porque isso a gente não vai ter nunca em muitos... em muitas áreas da sociedade. Então não dá pra gente viver em função disso e o que tem que realmente ser feito é focar na sua relação com a sua família, com o seu filho e é isso, independente de quem gestou, de quem deu DNA, de quem amamentou, nada disso é fator decisivo para maternidade, o que é fator decisivo é a relação. (Paola)

Importante pensar que, durante a gravidez de Isabela, ela era percebida como mãe e Maitê não, embora Isabela tenha gestado um óvulo de Maitê, ou seja, Maitê é a mãe genética. Ao passo que no caso de Paola, ela gerou um óvulo de Milena, porém ela era vista como a mãe que teve direito à licença maternidade, por exemplo. É certo que a gravidez pressupõe um vínculo biológico, mas não o garante. Logo, o que conta mais na legitimação do vínculo materno, a biologia ou a gravidez?

A maternidade lésbica, apesar de todas as mudanças na sociedade brasileira dos últimos 10 anos, ainda precisa de explicação, validação, e talvez isso empurre essas mulheres na direção de provas de maternidade, algo que se irrefutável, como se o desejo, o projeto e o vínculo tivessem um valor duvidoso perante a sociedade.

O posicionamento dessas mães que não gestaram apontam para o fato de que maternar não tem necessariamente a ver com parto ou biologia, mas tem necessariamente a ver com vínculo, cotidiano, implicação na vida da criança. Cada uma descobriu, a sua maneira, o que é ser mãe, como ser mãe e, por maior que fosse a insegurança durante a gravidez da mãe gestante, o receio de não ser reconhecida, a sensação de ocupar um não lugar, isso cessa quando a criança nasce, quando ela reconhece a mãe naquelas duas lésbicas, quando ela começa a falar e chama as duas de mãe, quando a relação construída mostra por si só que é o que importa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em outubro de 2022, no Seminário sobre Reprodução Assistida organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Subjetividades e Instituições em Dobras - disponível online no canal do youtube do GEPSID¹⁴ - houve uma pergunta que perpassou quase todas as mesas e foi debatida por profissionais das mais diversas áreas e espaços de trabalho: como construir um diálogo entre a maternidade lésbica e o direito reprodutivo de casais de duas mulheres cisgênero e a legitimação do direito à não maternidade, ou seja, o reconhecimento da luta de mulheres feministas que prezam pelo direito de não serem questionadas por decidirem não ser mães?

Não há uma resposta pronta ou respondida, tampouco são pautas incompatíveis. A aposta deste trabalho é que o feminismo, sobretudo o feminismo decolonial, que é marcado por incentivar o contato das mulheres com a própria história, que considera especificidades de minorias, fornece instrumentos para que se produza autonomia para tomadas de decisão no campo reprodutivo. O feminismo decolonial talvez seja uma aposta mais radical em considerar as marcas naturalizadas em nossos corpos formados por uma colonialidade despercebida, uma vez que, como elucida Castro (2020), sua proposta é romper seja com qual for a ideia de partida de um universal. Ainda que todas as entrevistadas desta tese sejam brancas e de camadas médias, são latino-americanas e exercem uma sexualidade vista ainda como dissidente. O feminismo decolonial atua no sentido de desnaturalizar o que se espera das mulheres, ou seja, que este gênero cumpra os requisitos de cuidado, empatia e até mesmo de colocar-se em segundo plano em favor de outrem. Não porque o lugar de cuidado não possa ser ocupado por mulheres, mas para que haja possibilidade de escolha, como elucida a economista espanhola María Jesús Izquierdo (2003):

El papel que la sociedad asigna a las mujeres, como género, las condiciona a hacerse cargo del cuidado de los otros, aprender a empatizar, a razonar, y por lo tanto, a percibir e identificarse más con las necesidades de los otros que con las propias, así como, en general, a anteponer los intereses y deseos de los otros a los de ellas mismas. Esto coloca al cuidado en una posición ambivalente, y en muchos casos íntimamente ligado al maltrato. (IZQUIERDO, 2003, p.:7)

Esta pesquisa é inaugurada pensando o lugar da escritora/cartógrafa que escreve sobre si, sobre o que percebe, sobre o campo, seus encontros. Costurando a decolonialidade e a cartografia a partir das impressões e sensações que a escrita traz, pude pensar sobre e com os atravessamentos do feminismo decolonial no nosso cotidiano e suas contribuições para a

¹⁴ <https://www.youtube.com/@GEPSID/streams>

discussão sobre a dupla maternidade. Compreende-se que a experiência da maternidade lésbica vivenciada pelas entrevistadas é perpassada pelo apoio mútuo e cumplicidade estabelecidos nos relacionamentos descritos por elas. A equidade entre direitos e obrigações no que diz respeito ao projeto parental, aos processos do parto e pós parto, na criação cotidiana das crianças transmitida pelas entrevistadas talvez tenha sido produzida por relações que escapam, de alguma forma, com mais ou menos intensidade, ao sistema hierárquico de opressão onde se inscrevem as relações conjugais entre homens e mulheres. Todas as mães mencionaram o fato de não se sentirem sobrecarregadas mentalmente a respeito dos cuidados com filhas e filhos, alegando que as tarefas são bem divididas, compartilhadas. Assim, o duplo na maternidade lésbica se expressa na possibilidade de vivenciar os processos em dupla: ser mãe em dupla, amamentar em dupla, etc, mas também diz sobre a cumplicidade que o cuidado estabelece.

Um aspecto presente desde o início e que vai tomando corpo ao longo da pesquisa é o lugar do biológico, provocado pela duplicidade anatômica dos corpos: ambos têm útero, ambos potencialmente engravidariam e/ouou produziram gametas. Ao contrário do que as entrevistadas Paola, Isabela e Maitê acreditavam enquanto construíam o projeto parental e engravidaram através do método ROPA, afirmam elas, agora já mães, a genética não é o que determina a maternidade, tampouco a gravidez, o parto ou o amamentar em si tem esta função ou poder. As entrevistadas mencionadas, assim como Celina, Rita, Ana e Lúcia compreenderam, sobretudo após o nascimento de suas filhas e filhos, que o que as torna mães não é o laço sanguíneo compartilhado ou não, mas o vínculo que se constrói cotidianamente através da relação de cuidado e da participação ativa da dupla de mães na vida de cada criança. Mesmo as mães que não engravidaram, como Maitê e Lúcia, dizem que, apesar da insegurança acerca do laço biológico, anterior ao nascimento de suas filhas e filho, atualmente não questionam ou aceitam ser questionadas por suas maternidades, pela certeza do que sentem sobre a mesma.

Cabe ressaltar o fato de que a mãe que gesta é imediatamente reconhecida como mãe, seja jurídica ou socialmente, enquanto a mãe que não gesta tem a maternidade questionada, ainda que o material genético gerado seja dela, como no caso de Maitê e Paola. Isabela gerou a partir do óvulo de Maitê, porém Maitê foi questionada sobre sua maternidade e passou por diversos conflitos no trabalho, sobre licença maternidade, se sentia invisibilizada enquanto mãe, por não ter a *barriga de grávida*. Paola gerou a partir do material genético de Milena e a maternidade que sempre foi legitimada foi a de Paola, que gerou, não a de Milena, que é a mãe genética. A gravidez acaba, a genética fica, mas a legitimidade da maternidade, em um primeiro momento, é dada pela barriga, que a aparenta. Embora seja um método que as mães

entrevistadas avaliaram não ser necessário para legitimar a maternidade, é interessante marcar que a ROPA, possível no caso da dupla maternidade realizada em clínica, subverte algo que estava dado, pois material genético e útero não coincidem, como se houvesse uma mistura de corpos, já que quando uma mulher gesta, usualmente o material genético é dela. A dupla amamentação onde, de saída, espera-se que a pessoa que gestou amamente, também subverte, já que há possibilidade outra de amamentar. Há uma torção do lugar da biologia. O que, em princípio, pareceria uma afirmação da importância do biológico, é um uso seu às avessas.

Ainda que o laço biológico tenha deixado de ser fator essencial de definição da maternidade, as mães entrevistadas que engravidaram tinham o desejo de passar pela experiência da gravidez. Por ter esse desejo, a possibilidade de adoção não foi considerada por nenhum casal.

Embora se trate de dois corpos fisiológica e anatomicamente semelhantes e isso tenha sido reforçado pelas entrevistadas ao longo da pesquisa, também é possível perceber que o ser mãe acontece de forma única para cada mãe, mesmo nos casais em que as duas mães amamentaram. Para as entrevistadas, inclusive as que utilizaram-se do método ROPA para engravidar, uma vez em que a gravidez finda, as diferenças que se constituem no cotidiano, nas formas de conduzir o maternar, não perpassa mais por quem gestou. Toda a insegurança da mãe que não gestou sobre a legitimação de sua maternidade, sobre o se sentir mãe, inclusive, é narrada como algo que desaparece uma vez que o bebê está no mundo, sobretudo quando aprende a falar e chama as duas de mãe.

Ainda que as mães entrevistadas e mencionadas nesta pesquisa tenham sido socializadas como mulheres e tenham aprendido a se portar no seu gênero e, conseqüentemente, ensinadas a ter o cuidado como valor e como atribuição, a maternidade, mesmo em dupla, é singular porque cada uma é mãe a seu modo, a partir de sua história, atravessamentos, marcas, experimentações de mundo. Cada mãe passou por seu processo de singularização (GUATTARI E ROLNIK, 1996), ainda que marcadas pelo mesmo gênero e corpo semelhantes; cada uma experimentou de uma forma estar no próprio corpo, no próprio gênero, na própria família, na própria história, o que faz com que suas maternidades, ainda que em dupla, ou em um duplo, sejam singulares. Como apontam Bernardo e Zucco (2015):

Sobre o cuidado que se estabelece no cotidiano: O sentido identificado no tema figura feminina está relacionado ao sinônimo mulher/mãe igual cuidado. A noção de cuidado compreende tanto o cuidado material - troca de fraldas, banho, amamentação, entre outros - quanto o cuidado imaterial, o vínculo afetivo e emocional. Supõe uma relação entre aquele que presta o cuidado e aquele que recebe, consolidando uma dinâmica de obrigação mútua baseada na reciprocidade. (BERNARDO E ZUCCO, 2015, p.:7)

Duas das mães entrevistadas saíram de seus empregos quando as crianças nasceram. Uma delas se mudou para os Estados Unidos a fim de acompanhar sua esposa que foi transferida para o país. No caso de Paola, sua ex-esposa saiu do emprego formal e se tornou autônoma. A explicação, em ambos os casos, foi a logística na criação da prole. Não se trata de uma relação onde a hierarquia de gênero é algo dado, como então compreender esse movimento? Entender a necessidade do momento como um reforço do cuidado que é designado como atributo de quem é socializada como mulher e que torna o abrir mão pelo outro como caminho a ser seguido? (IZQUIERDO, 2003).

As professoras argentinas Claudia Sandra Krmpotic e Lia Carla de Ieso (2010) afirmam que existem três esferas responsáveis pelo cuidado de pessoas dependentes: a comunidade, o Estado e a família. E que no âmbito familiar são as mulheres que, por excelência, assumem o lugar de cuidado. Cuidado é o que permite o estabelecimento de vínculos, a consolidação de relações, exige esforço ao passo em que se trata de pequenos e sutis atos conscientes e inconscientes.

La noción de cuidado comprende tanto el cuidado material como el cuidado inmaterial e implica un vínculo afectivo, emotivo, sentimental. Supone una relación entre el que brinda el cuidado y el que los recibe, consolidando un esquema de obligaciones mutuas basado en la reciprocidad. Al no ser resultado de una obligación jurídica o contractual, se basa en lo relacional, por lo que en general no se trata de tareas estipuladas ni remuneradas. En ese sentido, y según Hochschild (apud AGUIRRE, 2007) el cuidado es el resultado de muchos actos pequeños y sutiles, conscientes o inconscientes, aunque no pueda considerarse que sean naturales o sin esfuerzo. En las tareas de cuidado se vuelcan sentimientos, acciones, conocimiento y tiempo. (KRMPTIC E ISESÓ, 2010, p.: 4)

Izquierdo (2003) aponta que a divisão sexual do trabalho, que estabeleceu o lugar das mulheres como o de reprodução e cuidado com a família e a casa, fez com que mulheres se satisfizessem ao serem reconhecidas pelo que fazem pelo outro. De acordo com Izquierdo (2003), nós mulheres só conseguimos nos valorizar quando nos sentimos valorizadas.

Al ocupar la posición femenina en la división del trabajo se configura una subjetividad por la cual ser aceptada y valorada por las actividades que realizan es cuestión de primordial importancia. La mujer obtiene satisfacción principalmente de ser querida y valorada y sólo es capaz de valorarse en la medida en que se siente valorada. Conectada con el otro, receptiva a sus necesidades, relacionando su valor social con la capacidad de cuidar de los demás, tiene dificultades para enfrentar los conflictos, las oposiciones de intereses, los desencuentros, como lo tiene también para reconocer el valor de lo que hace. (IZQUIERDO, 2003, p.:8)

Como entender o lugar do cuidado na relação entre duas mulheres? E mulheres mães? O que diz Izquierdo (2003) faz sentido?

As mulheres que contribuíram para esta pesquisa e que constituem família ao lado de outra mulher estão apostando em uma maternidade que não está dentro do binômio de gênero, pelo menos entre as entrevistadas. E algo que fica reverberando deste trabalho a partir do contato com a bibliografia decolonial feminista cartográfica e com as mães entrevistadas, é o desejo de se movimentar na direção de uma sociedade mais igualitária. As mães apostam que diálogo, honestidade e afeto são a chave para que sua prole esteja confortável com a configuração familiar que habita.

Neste sentido, é preciso garantir que o exercício desta maternidade possa acontecer de forma segura. Um primeiro passo talvez seja pautar a existência da dupla maternidade lésbica socialmente, na mídia, nas escolas, nas famílias, espaços de sociabilidade. Este reconhecimento passa pelo direito a um protocolo que permita a dupla amamentação nos hospitais, a permissão para o uso do esperma de um mesmo doador para o casal, caso as duas desejem engravidar, o registro civil da prole no nome das duas. E, com o tempo, a diminuição da necessidade de explicações sobre afinal quem é a mãe do bebê, como se a maternidade ainda fosse algo exclusivo.

Fica em aberto o caminho para que futuras pesquisas aprofundem os temas aqui tensionados, por compreender que, felizmente, ainda há muito o que ser pensado e debatido acerca das especificidades da dupla maternidade lésbica. Com este estudo espera-se ter contribuído para muitos começos nos estudos da parentalidade, decolonialidade e lesbianidade.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Anna Carolina. *Dupla maternidade no Instagram: entre fotos, ativismo e parentesco*. Revista Movimentação, Dourados, MS, v.6, n.10, jan./jun. 2019

AMORIM, Anna Carolina. *Fazer parentesco: leis, normativas e o acesso de casais de mulheres lésbicas cisgêneras às tecnologias reprodutivas no Brasil e na França*. Revista Encuentros Latinoamericanos Segunda época, vol. V, n.o 2, julio-diciembre, 2021,

AMORIM, Anna Carolina. “*Nós já somos uma família, só faltam os filhos*”: maternidade lésbica e novas tecnologias reprodutivas no Brasil. Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação em Antropologia social da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de mestra em Antropologia

AMORIM, Anna Carolina. *Novas tecnologias reproduzidas e maternidades lésbicas no Brasil e na França: conexões entre parentesco, tecnologia e política*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2018.

ANTONIO, Maria Eduarda. *Abya Yala e o feminismo descolonial*. Disponível em: <https://dudantonino.medium.com/abya-yala-e-o-feminismo-descolonial-eb9f1b88b84> acessado em 09/09/2022.

ANZALDÚA, Gloria. *A vulva é uma ferida aberta & Outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora A Bolha, 2021.

ANZALDÚA, Gloria. *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*. Revista Estudos Feministas, v.8, n.1, p. 229-236. Florianópolis, 2000.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

BADINTER, Elisabeth. *O culto da mãe perfeita é diabólico com as mulheres*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Y6UC7QeeIC0&ab_channel=vejapontocom acessado em 11/09/2022.

BERNARDO, Fabiula e ZUCCO, Luciana. *A centralidade do feminino no método canguru*. Sexualidade, Saúde e Sociedade (Rio de Janeiro) (21) - Dezembro, 2015

BUTLER, Judith. *Problema de Gênero*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014.

CASTRO, Susana. *Feminismo Decolonial*. Princípios: Revista de Filosofia (UFRN), [S. l.], v. 27, n. 52, p. 213–220, 2020. DOI: 10.21680/1983-2109.2020v27n52ID19785. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/19785> acessado em: 28 agosto 2022.

COIMBRA, Cecília e NASCIMENTO, Maria Lívia. *Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/pode*. Disponível em: <https://philarchive.org/archive/VALPAI> acessado em 04/11/2019 às 18h.

CORRÊA, Edu. *Duas mães? Mulheres lésbicas e maternidade*. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Saúde Pública. São Paulo, USP, 2012.

CURIEL, Ochy. *El Lesbianismo Feminista: una propuesta política transformadora*. Disponível em: <https://www.alainet.org/es/print/121025> acessado em 04/11/2019 às 11:00h

CURIEL, O. *Um diálogo decolonial na colonial cidade de Cachoeira/BA*. Entrevista com Ochy Curiel, v. 03, n. 04, out./dez. 2017 Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv>.

DELEUZE, Gilles e PARNET, Claire. *Diálogos*. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

DONINI, Angela.

ESPINOSA-MIÑOSO, Y. *De por qué es necesario un feminismo decolonial: diferenciación, dominación co-constitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidad*. Solar, Lima, año 12, v. 12, n. 1, p.171, 2016.

ESPINOSA-MIÑOSO, Y. *Feminismo decolonial: una ruptura con la visión hegemónica, eurocéntrica, racista y burguesa*. Disponível em: <https://iberoamericasocial.com/feminismo-decolonial-una-ruptura-con-la-vision-hegemonica-eurocentrica-racista-y-burguesa/> acessado em 18/10/2020 às 15h.

FALQUET, Jules. *Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política*. Cadernos de Crítica Feminista Ano VI, N. 5 – dezembro / 2012

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERNANDES, Camila. 2017. *Figuras da causação: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado* Tese de Doutorado em Antropologia, PPGAS-Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

FLORES, Valeria. *La lengua bífida de la lesbiana*. Disponível em: <https://rebellion.org/la-lengua-bifida-de-la-lesbiana/> acessado em 20/07/2022.

FONSECA, Cláudia. *Homoparentalidade: novas luzes* Homoparentalidade: novas luzes sobre o parentesco sobre o parentesco. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro/2008.

FONSECA, Cândia. *Mãe é uma só?: Reflexões em torno de alguns casos brasileiros*. Psicologia USP, 13 (2), 49-68, 2022.

GALINDO, Maria. *A despatriarcar*. Disponível em: <http://mujerescreando.org/pag/articulos/2014/05-21-2014-a%20despatriarcar.html> acessado em 01/03/2020 às 22:00h

GALINDO, Maria. *Así como tú me quieres yo no quiero ser de ti*. Disponível em: <http://eipcp.net/transversal/0605/galindo/es> acessado em: 28/07/2019 às 18h.

GALINDO, Maria. *Detrás de una mujer feliz, un machista abandonado*. Disponível em: <http://mujerescreando.org/pag/articulos/2013/02-22-2013-detrasdeunamujerfeliz.html> acessado em: 01/03/2020 às 22:02h

GALINDO, Maria. Entrevistada da vez: Maria Galindo. Disponível em: <https://revistadr.com.br/posts/maria-galindo/> acessado em 11/03/2023.

GONZAGA, Paula e MAYORGA, Claudia. *Violências e Instituição Maternidade: uma Reflexão Feminista Decolonial*. *Psicologia: Ciência e Profissão* 2019 v. 39 (n.spe 2), e225712,59-73

GRISCI, Carmen. *Mulher-mãe*. *Psicologia, Ciência e profissão*. 15 (1-3) - 1995

GUATARRI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica Cartografias do Desejo*. Petrópolis: editora Vozes, 1996.

HERNANDÉZ, Jimena. *Engajamento político e fazeres acadêmicos: pistas para embarcar em pesquisas feministas*. *Gênero e sexualidade: intersecções necessárias à produção de conhecimentos*. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/conages/2016/ebook_conages.pdf acessado em 20/11/2021 às 16h.

HOYOS, Sandra. *Cartografía feminista: Interseccionalidad* disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uoXEImtxZHo&ab_channel=CanalEncuentro acessado em 07/09/2022 às 13:59h.

IZQUIERDO, María. *Del sexismo y la mercantilización del cuidado a su socialización: Hacia una política democrática del cuidado*. Disponível em: https://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/Boletin_ECOS/10/Socializacion_del_cuidado.pdf acessado em 15/09/2023.

KRMPOTIC, Claudia Sandra e IESO, Lia Carla. *Los cuidados familiares: aspectos de la reproducción social a la luz de la desigualdad de género*. *Revista Katálysis* 13 (1) - Junho, 2010.

KASTRUP, Virgínia e BARROS, Laura. *Cartografar é acompanhar processos in: Pistas do método da Cartografia - Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6828599/mod_resource/content/3/Pistas%20do%20metodo%20da%20cartografia%201_Livro.pdf acessado em 10/10/2020 às 20h.

LUGONES, Maria. *Rumo a um feminismo descolonial*. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 320, set./dez. 2014

MENANDRO, Maria et al. *Sobre o amor entre mulheres: apontamentos sobre conjugalidade e sexualidade*. Gerais, Rev. Interinst. Psicol. vol.14 no.2 Belo Horizonte maio/ago. 2021

MEZZARI, Danielly. “Amar é ter uma ética, é ter esse cuidado com o outro”: narrativas sobre amores e lesbianidades. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/doc/article/view/47417/31806> acessado em 28/08/2022.

MONTEIRO, Ana Claudia. *Feminismo, identidade e gênero: conversas com Haraway, Butler e Adichie*. Ensino, Saúde e Ambiente – V10 (3), pp. 144-158, Dez. 2017

NAVARRO, Tania. *A invenção do corpo feminino ou “a hora e a vez do nomadismo identitário?”*. Textos de História. Revista Do Programa De Pós-graduação Em História Da UnB., 8(1-2), 47–84. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27803>.

NICIDA, Lucia Regina et al. *Medicalização do parto: os sentidos atribuídos pela literatura de assistência ao parto no Brasil*. Ciência e saúde coletiva 25 (11) - Novembro, 2020

OLIVEIRA, Francine. *Existiam índios homossexuais?* Disponível em: <https://medium.com/nada-errado/existiram-%C3%ADndios-homossexuais-86af8bed586d> acessado em 04/11/2021 às 13:38h

OLIVEIRA, Leandra e MATTOS, Amana . *Diálogos sobre lesbianidades: Narrativas de lésbicas sobre conservadorismo, avanços e retrocessos*. In: XI Seminário de Teses e Dissertações do PPGPS-UERJ, 2018, Rio de Janeiro. Anais dos Resumos do XI Seminário de Teses e Dissertações do PPGPS-UERJ. Rio de Janeiro: PPGPS, 2018. v. 1. p. 135-137.

PALHARINI, Luciana e FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda. *Gênero, história e medicalização do parto: a exposição “Mulheres e práticas de saúde”*. História, ciência e saúde - Manguinhos 25 (4), Outubro-Dezembro - 2018

PONTES, Mônica. *Filhas e filhos de mães lésbicas: caminhos e margens no Brasil e na França*. Doutorado em Programa de Pós Graduação em Psicologia Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil.

PONTES, Mônica e UZIEL, Anna Paula. *Transmissão e contágio nas relações entre mães lésbicas e suas filhas e filhos*. Dossiê Temático: Parentalidades LGBTQIA+: desafios e experiências v. 6 n. 20 (2023): REBEH V.6 N.20 (2023).

PONTES, Mônica et al. *Famílias homoparentais e maternidade biológica*. Psicologia & Sociedade, 27(1), 189-198.

PRECIADO, Paul. *Manifesto Contrassexual: Práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: editora N-1, 2015.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clasco, 2005.

RICH, Adrienne. *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, [S. l.], v. 4, n. 05, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309> acessado em: 28 agosto de 2019.

ROLNIK, Suely. *Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: editora Estação Liberdade, 1989.

SANTOS, Vívian. *Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência*. Disponível em <https://www.scielo.br/j/psoc/a/FZ3rGJJ7FX6mVyMHkD3PsnK/?lang=pt#> acessado em 09/09/2023 às 17:23h.

SAUNDERS, Tanya. *Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária*. Periódicos, Salvador, n. 7, v. 1, maio-out. 2017—Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades Publicação periódica vinculada ao Grupo de Pesquisa CUS, da Universidade Federal da Bahia.

SCHUCMAN, Lia. *Porque queremos olhos azuis? | Lia Vainer Schucman | TEDxSaoPauloSalon*. disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EC-IywB3dEA&ab_channel=TEDxTalks acessado em 08/07/2020 Às 15:20h

SILVA, Ana Lucia et al. *Interseccionalidades em pauta: gênero, raça, sexualidades e classe social*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2020.

SILVA, Marta. *Significado da maternidade: um olhar antropológico sobre a experiência do pós-parto*. Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

SILVEIRA, Manuela. *Cartografias Feministas latino-americanas como contribuição para uma educação geográfica encarnada: reflexões iniciais*. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV15_4_MD1_SA149_ID332719112021235541.pdf acessado em 05/09/2022 às 20:22h.

SOARES, Gilberta. *Experiências reprodutivas e desejos de maternidade em lésbicas e bissexuais*. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278284965_ARQUIVO_ArtigoFazendoGenero-Gilberta.pdf acessado em 20/05/2022.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STRAPASSON, Márcia e NEDEL, Maria. *Puerpério imediato: desvendando o significado da maternidade*. Artigos Originais, Revista Gaúcha Enfermagem 31 (3), Setembro - 2010.

TARNOVSKI, Flávio. *Novas famílias, velhas tensões: definições de paternidade e maternidade no contexto das famílias homoparentais francesas*. Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos 23 a 26 de agosto de 2010.

TEDESCO, Silvia et al. *A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer*. Dossiê Cartografia: Pistas do Método da Cartografia - Vol. II, Fractal, Rev. Psicologia, Agosto, 2013

TIBONI, Marcela. *Mama: um relato de maternidade homoafetiva*. São Paulo: Editora Dita, 2019.

VITULE, Camila et al. *Práticas reprodutivas lésbicas: reflexões sobre genética e saúde*. Temas Livres . Ciência e Saúde Coletiva. 22 (12) - Dezembro 2017.

WITTING, Monique. *Ninguém nasce mulher*. Disponível em: <https://we.riseup.net/sapafem/ningu%C3%A9m-nasce-mulher-monique-witting> visitado em: 10 de dezembro de 2022.